



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

TIAGO SILVA DOS SANTOS

**A ECONOMIA DOS SETORES POPULARES:
ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO,
SALVADOR - BAHIA**

**SALVADOR/BA
2017**

TIAGO SILVA DOS SANTOS

**A ECONOMIA DOS SETORES POPULARES:
ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO,
SALVADOR - BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Territorialidade, Desenvolvimento Social e Meio Ambiente

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Helena Ochi Flexor

SALVADOR/BA

2017

UCSAL. Sistema de Bibliotecas

S237 Santos, Tiago Silva dos.
A economia dos setores populares: Engenho Velho da Federação
Salvador - Bahia/ Tiago Silva dos Santos. – Salvador, 2017.
167 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.
Orientação: Profa. Dra. Maria Helena Ochi Flexor.

1. Engenho Velho da Federação – Salvador – Bahia
2. Economia e empreendimentos - Setores populares 3. Economia
solidária I. Título.

CDU 711.4: 334.7(813.8)



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

Homologado pelo CNE (Portaria Nº 3.116, 09/09/2005)

TERMO DE APROVAÇÃO

TIAGO SILVA SANTOS

Economia dos setores populares: Engenho Velho da Federação, Salvador/Bahia

Dissertação aprovada como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 28 de março de 2017

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Maria Helena Matue Ochi Flexor
Doutora em História Social
Universidade Católica do Salvador

Prof. Dra. Silvana Sá de Carvalho
Doutora em Geografia
Universidade Católica do Salvador

Prof. Dr. Raphael Fontes Cloux
Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano
Universidade Salvador

A minha amada filha Maria Eduarda

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela confiança em mim depositada.

À minha orientadora e grande inspiradora, Professora Doutora Maria Helena Ochi Flexor, pela dedicação, carinho e o compartilhamento de seu conhecimento, pelas valiosas contribuições e a paciência de mãe que sempre dispensou a mim e ao meu trabalho.

Aos colegas e funcionários da UCSAL pelo tratamento sempre cordial a mim dispensado. À FAPESB, - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia -, pelo apoio, que viabilizou a minha dedicação integral à elaboração desta dissertação.

Ao professor Raphael Fontes Cloux, incentivador e conselheiro, desde o período da graduação, sempre solícito.

A professora Silvana de Sá Carvalho, um ser humano iluminado, professora de Georreferenciamento, que muito colaborou na construção da dissertação.

Aos moradores do Engenho Velho da Federação, entrevistados, pelas informações fornecidas.

Agradeço à minha família pela paciência e compreensão por todos os momentos nos quais não me fiz presente. Ao amor e carinho recebidos de minha esposa, Eliana Sousa Sampaio dos Santos, que com seu companheirismo me ajudou a vencer mais esse obstáculo com toda sua cumplicidade. A minha filha Maria Eduarda Sampaio dos Santos, em quem busquei alegria nos momentos mais difíceis dessa caminhada.

Aos meus pais, Paulo Sérgio Marques dos Santos e Ana Maria da Silva, pelo incentivo cotidiano e amor incondicional que me oferecem. Aos meus irmãos André e Rafael, que sempre torceram e apoiaram as minhas decisões. A minha avó, Célia Santos, a quem tenho grande apreço e amor.

Agradeço aos meus queridos amigos, cujos nomes me permito omitir, tendo em vista a extensa lista de pessoas que integram a minha vida.

Sobretudo, agradeço a Deus pelo trabalho concluído, pois sem ele nada sou.

RESUMO

Este estudo é o resultado de pesquisas de dados relativos ao surgimento do Engenho Velho da Federação, na cidade do Salvador/Brasil, identificando suas transformações socioespaciais, assim como apontando o perfil dos moradores, que exercem algum tipo de atividade econômica, - individual ou coletiva -, como forma regular de trabalho. Usando a metodologia de análise e síntese, busca-se mostrar onde essas atividades estão localizadas, sua organização, tipo de produtos e serviços, porte dos negócios dos empreendimentos populares e sua contribuição na economia local. A pesquisa de campo teve por objetivo levantar dados sobre as empresas, os negócios formais e empreendimentos populares, atuantes nesses segmentos comerciais. Apontam-se suas atividades e a procedência dos produtos comercializados, as motivações, quanto à escolha do tipo de comércio, - formais ou informais -, e os demarcadores norteadores do seu consumo. Os dados permitiram a elaboração de gráficos e mapas, apontando a sua localização e dados pertinentes. Através da pesquisa empírica e de campo, evidencia-se o crescimento das atividades desse comércio, por iniciativa própria no bairro, acentuada pela crescente precarização das oportunidades de emprego no mercado de trabalho formal, que está ocorrendo na Bahia e no Brasil. A relação dos sujeitos e negócios, analisados como fenômeno socioeconômico, - intrinsecamente ligados à sobrevivência de uma fração da população, que habita o local -, suscitaram questionamentos quanto à necessidade da realização deste estudo, baseado na composição deste "circuito inferior" miltoniano da economia.

Palavras-chave: Engenho Velho da Federação; Economia e empreendimentos dos setores populares; Economia solidária.

ABSTRACT

This study is the result of researches on the emergence of the Engenho Velho da Federação, in Salvador city, identifying its socio-spatial transformations, as well as pointing out the residents profiles, who carry out some type of economic activity, - individual or collective -, as a regular form of work. Using the methodology of analysis and synthesis, it is sought to show where these activities are located, their organization, type of products and services, size of business of the popular enterprises and their contribution in the local economy. The field research aimed to gather data on companies, formal businesses and popular enterprises, active in these business segments. Its activities and the origin of the products marketed, the motivations as to the choice of the type of commerce, - formal or informal - and the guiding routes of its consumption are pointed out. The data allowed the elaboration of graphs and maps, pointing out their location and pertinent data. Through the empirical and field research, the growth of the activities of this trade, on its own initiative in the neighborhood, is evidenced by the growing precariousness of the employment opportunities in the formal labor market, which is occurring in Bahia and Brazil. The relationship of subjects and businesses, analyzed as a socioeconomic phenomenon, - intrinsically linked to the survival of a fraction of the population that inhabits the place -, raised questions about the need to carry out this study, based on the composition of this miltoniano "inferior circuit" of the economy .

Keywords: Engenho Velho da Federação; Economy and entrepreneurship of the popular sectors; Solidarity economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista parcial do Cemitério do Campo Santo, primeira metade do século XX.....	66
Figura 2 - Início da Rua Caetano Moura, junto ao Campo Santo.....	67
Figura 3 - Estrada da Federação com a linha 7 de Bonde.....	72
Figura 4 - Bonde na Avenida Oceânica.....	72
Figura 5 - Estrada da Federação.....	73
Figura 6 - Estação de bonde da Federação.....	74
Figura 7 - Petição de averbação de documento na prefeitura.....	75
Figura 8 - Exemplo de modelo das primeiras casas construídas no bairro.....	75
Figura 9 - Rua das Palmeiras na década de 1970.....	76
Figura 10 - Escadarias da Rua das Palmeiras 1968.....	77
Figura 11 - Fotografia aérea vertical 1959.....	78
Figura 12 - Fotografia aérea vertical. 1976.....	79
Figura 13 - Fotografia aérea vertical. 1998.....	80
Figura 14 - Viaduto entre a Rua Caetano Moura e a Avenida Cardeal da Silva	82
Figura 15 - Reconstrução do Viaduto de ligação a Rua Caetano Moura e a Avenida Cardeal da Silva.....	82
Figura 16 - Rua Apolinário Santana.....	88
Figura 17 - Escadaria da Muriçoca.....	90
Figura 18 - Escadaria da rua Dulce.....	91
Figura 19 - Escadaria do Forno da Mangueira.....	91
Figura 20 - Posto de saúde do Engenho Velho da Federação.....	94
Figura 21 - Escola Via Magia.....	95
Figura 22 - Caminhada contra a intolerância religiosa.....	95
Figuras 23 e 24 - Afrobogum.....	96
Figura 25 - Logomarca da AMEVF.....	99
Figura 26 - Associadas da AMEVF na produção de peças.....	101
Figura 27 - Antiga sede da Associação Manoel Bonfim.....	102
Figura 28 - Expositor da antiga sede da AMEVF.....	103
Figura 29 - Empreendimentos populares.....	109
Figura 30 - Comércio de Salgados.....	152
Figura 31 - Banca de folhas.....	153

Figura 32 - Loja e Ampliação do Edifício.....	154
Figura 33 - Convivência entre comércio formal e informal.....	154
Figura 34 - Empreendimento familiar: Lanchonete.....	155
Figura 35 - Empreendimento popular casa Pet.....	156

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Engenho Velho da Federação e seus limites.....	59
Mapa 2 - Bairro do Engenho Velho da Federação e sua proximidade entre o centro antigo e o centro novo do Município de Salvador.....	84
Mapa 3 - Localização do bairro do Engenho Velho da Federação.....	85
Mapa 4 - O Engenho Velho da Federação e seus bairros limítrofes.....	86
Mapa 5 - Rua Apolinário Santana.....	87
Mapa 6 - Comércio no Engenho Velho da Federação.....	114
Mapa 7 - Empreendimentos Formais e informais ou Populares.....	116
Mapa 8 - Porte dos Empreendimentos no bairro do Engenho Velho da Federação.....	122
Mapa 9 - Empreendimentos Selecionados.....	135
Mapa 10 - Distribuição territorial dos Empreendimentos Populares por Remuneração.....	145
Mapa 11 - Localização dos Empreendimentos Populares do Bairro do Engenho Velho da Federação.....	149

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Empreendimentos na área urbana e rural do Estado da Bahia.....	52
Gráfico 2 - Formas de empreendimentos na Bahia.....	54
Gráfico 3 - Renda obtida pelos Sócios.....	55
Gráfico 4 – Produtores de insumos e matérias-prima.....	56
Gráfico 5 – Percentual de empreendimentos formais e populares informais.....	117
Gráfico 6 – Quantidade de empreendimentos populares de pequeno porte.....	123
Gráfico 7 - Quantidade de empregados nos empreendimentos de pequeno porte.....	125
Gráfico 8 - Quantidade de empreendimentos de médio porte.....	126
Gráfico 9 - Quantidade de empresas de grande porte.....	128
Gráfico 10 - Quantidade dos empregados dos empreendimentos de grande porte.....	129
Gráfico 11 - Quantidade de Empregados de Empreendimentos de Médio Porte...	130
Gráfico 12 - Percentual de empregados nos empreendimentos formais e nos setores populares.....	131
Gráfico 13 — Gênero dos Trabalhadores Populares.....	137
Gráfico 14 - Faixa etária do Trabalhador.....	138
Gráfico 15 - Escolaridade.....	139
Gráfico 16 - Contribuição para o INSS.....	141
Gráfico 17 - Horas de Trabalho Diárias.....	142
Gráfico 18 - Remunerações Mensais.....	144
Gráfico 19 - Público Consumidor.....	147
Gráfico 20 - Porte dos Empreendimentos Populares.....	148
Gráfico 21 - Motivação de Atividade.....	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Base Industrial Brasileira Instalada e os valores de sua Produção.....	22
Tabela 2 - Valores dos Terrenos por M ²	81
Tabela 3 - Faixa etária dos empreendedores.....	105
Tabela 4 - Grau de escolaridade.....	106
Tabela 5 - Tipos de Consumidor.....	108
Tabela 6 - Números de Empreendimentos no Engenho Velho da Federação.....	117
Tabela 7 - Empreendimentos Populares.....	119
Tabela 8 - Comércio Populares.....	126
Tabela 9 - Empresas Formais de Grande Porte.....	127
Tabela 10 - Tipos de instalações.....	136

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparativo: Empresa Capitalista e Empreendimentos Populares.....43

Quadro 2 - Bases Governamentais da Economia Solidária.....48

LISTA DE SIGLAS

ADH - Atlas do Desenvolvimento Humano

ADS - Agência de Desenvolvimento Social

AI5 - Ato Institucional nº5

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão

AMEVF - Associação dos Moradores do Engenho Velho da Federação

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CPDOC - Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil

CESOL - Centro de Economia Solidária

CEES - Conselho Estadual de Economia Solidária

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CLT - Consolidação das Leis de Trabalho

COFD – Coordenação de Formação e Divulgação

COFES- Coordenação de Fomento a Economia Solidária

COMFIS- Coordenação de Micro-Finanças

CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

COOPAED - Cooperativa Múltipla de Produção de Alimentos Engenho Doce

COPPE - Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CP- Comando da Paz

DESENBÁHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DIRCAS - Diretório do Centro Antigo de Salvador

ECOSOL - Economia Solidária

FAPESB - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FUNCEP – Fundação de Cultura e Apoio ao Ensino e Pesquisa e Extensão

GMEVF - Grupo de Mulheres do Engenho Velho da Federação

GPS - Sistema de Posicionamento Global

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ISS - Imposto Sobre Serviços

IGHB - Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPTU - Imposto de Terreno Urbano

ITCPS - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MEI - Microempreendedor Individual

MERCOSUL - Mercado de Comércio Sul-Americano

MST – Movimento Sem-Terra

MT - Ministério do Trabalho

ONG - Organização Não Governamental

PACS - Programa de Auxílio Cristão e Solidário

PCC - Primeiro Comando da Capital

PEA - População Economicamente Ativa

PETROBRAS - Petróleo Brasileiro

PIB – Produto Interno Bruto

PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

PT - Partido dos Trabalhadores

RBSES - Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária

RMS - Região Metropolitana de Salvador

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECTI - Secretaria de Ciências, Tecnologia e Inovação

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEAGRI - Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo da Bahia

SRTE - Superintendência Regional Do Trabalho e Emprego na Bahia

SUAF - Superintendência de Agricultura Familiar

UCSAL - Universidade Católica do Salvador

UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

USP - Universidade de São Paulo

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

VIRACOM - Vice-Reitoria de Assuntos Comunitários

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
Capítulo 1 - ECONOMIA BRASILEIRA.....	19
Capítulo 2 - ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	33
Economia popular/solidária no Brasil.....	37
Economia dos setores populares na Bahia.....	49
Capítulo 3 - FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BAIRRO.....	58
Primeiros ocupantes do território.....	58
Campo Santo e o bonde alargando os limites da cidade.....	63
Os bondes.....	71
As edificações e o “urbanismo”	74
Localização do território.....	83
Relações entre a UCSal e o Engenho Velho.....	92
Saúde, educação e cultura.....	93
Capítulo 4 - ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	97
Associação dos Moradores do Engenho Velho da Federação.....	97
Associação Cultural dos Moradores da Ladeira João de Deus.....	97
Centro Cultural Recreativo Bom Bocado.....	97
Associação das Mulheres do Engenho Velho da Federação.....	98
Condição socioeconômica das associadas.....	104
Capítulo 5 - EMPREENDIMENTOS POPULARES.....	111
Identificação e mapeamento dos comércios do Engenho Velho da Federação.....	112
Empreendimentos formais e populares.....	115

Tipos de empreendimentos populares.....	118
Porte dos empreendimentos populares.....	121
Tipos dos empreendimentos e quantidade de empregados.....	124
Capítulo 6 - PERFIS SOCIOECONÔMICOS E EMPREENDIMENTOS DOS SETORES POPULARES.....	134
Localização dos empreendimentos dos setores populares.....	134
Tipo de instalações e trabalhadores.....	135
Localização dos empreendimentos populares por ganhos e tipos de consumidores.....	145
Localização dos empreendimentos populares.....	149
Motivos de escolha das atividades populares.....	150
Exemplos de empreendimentos populares.....	152
CONCLUSÕES.....	158
REFERÊNCIAS.....	161
ANEXO.....	166

1. INTRODUÇÃO

A atual conjuntura econômica, política e social, pela qual passa o Brasil, com crescente aumento do desemprego formal e informal, vem influenciando as pessoas afetadas a buscarem outras atividades, o que tem resultado numa nova estruturação do mercado de trabalho. A crise econômica, paulatinamente, provoca a exclusão, cada vez mais acentuada, de trabalhadores do mercado de trabalho, do tão desejado modelo de “trabalho com carteira assinada”, forçando os desempregados a pensarem novas formas de ocupações remuneradas, cujo objetivo é proporcionar condições de subsistência para eles e suas famílias.

Este estudo abrange o território do Engenho Velho da Federação/Salvador/Bahia. O tema apresentou-se como desafio de maior conhecimento, - sobre esse trecho da cidade -, voltado para a comunidade soteropolitana e baiana, em termos socioeconômicos e históricos. Nativo, morador e vivenciando o bairro, este autor sentiu a necessidade de aprofundar o conhecimento desse território, para a sua identificação e o sentimento de pertencimento ao bairro, compreendendo a rede social, econômica e cultural, a fim de interpretar e compreender a realidade da comunidade em que habita, possuindo vínculos empíricos, materiais e simbólicos com o local, que BOURDIN (2001, p. 25), conceituou

[...] por sua vez, acredita que a vulgata localista pode ser apanhada em *três* dimensões: a) o local necessário; b) o local herdado; c) o local construído. O local necessário é caracterizado pelo sentimento de pertença a um grupo comunitário, que poderia ser caracterizado pelos vínculos de sangue, da língua e do território.

Para o autor, esse vínculo comunitário estaria apoiado em uma antropologia localista que é composta por fatores históricos, etnológicos e pelo que o autor chamou de “evidência de falta”.

O objetivo principal desta dissertação é identificar, registrar e analisar a atual realidade, localização, tipologia e porte dos empreendedores dos setores populares, que atuam na localidade abordada.

Com o objetivo de poder contribuir na construção de mais conhecimento sobre a formação do bairro e identificar as formas de comércio exercidas nele, é uma satisfação que ultrapassa o âmbito acadêmico. Mesmo com essa proximidade, - existente entre o pesquisador e o objeto de pesquisa -, tomou-se todas as precauções, para que os resultados das análises dos dados coletados se mantivessem dentro dos parâmetros acadêmicos.

A escassez de trabalhos, relacionados à economia popular, dos bairros de Salvador, foi outro motivador do presente estudo. Por acreditar nas diferentes formas de relações de trabalho, e a sua presença em variados territórios, buscou-se identificar os empreendimentos populares, existentes no bairro, assim como sua localização, porte, membros envolvidos, levando em consideração a crescente adesão aos empreendimentos populares individuais, ou familiares, nos últimos anos.

Com o intuito de atingir os objetivos propostos, fez-se uso da metodologia de análise e síntese, a partir de leituras de bibliografia específica, associando-a à realização de pesquisa de campo, através de entrevistas e aplicação de questionários fechados, entre os empreendedores locais, buscando apreender o máximo de informações possíveis. No questionário contemplou-se uma série de questões, que buscavam elucidar o perfil do empreendedor popular, que se encontra no Engenho Velho da Federação, entre eles, o gênero ou tipo predominante dos empreendimentos, faixa etária dos seus componentes, grau de escolaridade, porte do negócio, tempo de atuação no setor, assim como renda mensal aproximada e projeções futuras. Nessa ocasião se buscou identificar os empreendimentos populares e/ou solidários, os quais foram georreferenciados e mapeados. As informações coletadas foram de grande utilidade para identificar a relação que esses empreendimentos mantêm com a comunidade e com seus moradores.

Nesse contexto o trabalho se justifica, considerando o contexto socioeconômico no qual o país está inserido, com os crescentes índices de desemprego e que é ressentido, também, no Estado da Bahia. Além disso, acrescenta-se a necessidade em estabelecer, mostrar, através de um processo investigativo, acerca da organização dos empreendimentos dos setores

populares, que se apresentam como uma alternativa da lógica econômica que o País está vivenciando.

A Dissertação está distribuída em seis capítulos. No Capítulo 1 se faz uma síntese sobre a economia brasileira e se faz o seu resgate histórico. Analisa-se a conjuntura econômica brasileira no século XX, assim como as transformações pelas quais o Brasil passou, no âmbito econômico, e como elas influenciaram a sociedade brasileira.

No Capítulo 2 aborda-se a história da economia popular e a solidária no mundo, sua gênese e desenvolvimento. São apontados o surgimento, causas e consequências do exercício e reconhecimento da economia popular no Brasil e sua condição atual.

O Capítulo 3 traça a história sumária do Engenho Velho da Federação, analisando a formação histórica, do que se considera o bairro e a sua ocupação, transformações pelas quais vem passando e os seus limites com os territórios adjacentes, pertencentes ou não ao bairro da Federação.

Capítulo 4 trata dos empreendimentos populares, sua identificação, apresentando os respectivos mapeamentos, realizados através de georreferenciamento, além da descrição da estrutura física dos variados tipos de empreendimentos populares encontrados no Engenho Velho da Federação.

Capítulo 5 Empreendimentos populares, a sua localização no território, estrutura física e organização.

O Capítulo 6 traz o perfil socioeconômico dos comerciantes ou prestadores de serviços que integram os empreendimentos populares. Neste item busca-se compreender as características dos empreendedores populares, suas ações, motivações e objetivos futuros para suas atividades, através dos dados coletados na pesquisa de campo.

Capítulo 1 – ECONOMIA BRASILEIRA

A economia brasileira é marcada desde 1500 até a década de 1920, pelo estilo de produção agrícola, a monocultura, que se caracterizava pelo modelo de produção, de um único produto, essa produção exige a utilização de ampla quantidade de terra, buscando produzir cada vez mais, o primeiro produto a ser produzido em larga escala com o objetivo de atender ao mercado externo foi o Açúcar, que teve uma boa adaptação em alguns locais do Nordeste como Bahia e Pernambuco, no entanto a necessidade em alimentar a população que habitava a colônia fez necessário o cultivo de outras culturas alimentares, outros produtos cultivados e utilizados como moeda de troca no exterior foram o tabaco e a aguardente, principalmente em negociações envolvendo escravos africanos que se tornaram a principal mão de obra utilizada na colônia.

O Brasil permaneceu produzindo gêneros cujo destino era a Europa, o primeiro produto, em maior importância foi o açúcar, elaborado no Nordeste brasileiro, foi o principal item da época colonial, e principal fonte de renda do período até a primeira metade do século XVIII, quando o ouro é descoberto nas Minas Gerais.

No Brasil Imperial o foco de produção sofreu mudanças foi substituído. O café foi o produto de maior destaque na economia nacional, como ressaltou (Rezende, 2002, p. 16)

A produção cafeeira foi o motor da economia brasileira, entre 1840-1930, sendo responsável direta pela implantação da rede ferroviária comercial do país, pela viabilização de uma base industrial centrada na produção de bens de consumo no Estado de São Paulo, a partir das últimas décadas do século XIX [...]

Na Bahia, nesse período, o café de Maragogipe tinha grande destaque no mercado europeu, principalmente o inglês, apenas havia queixa de que era quebradiço (FLEXOR, 1999).

Salvador, embora pertencesse ao Recôncavo da Baía de Todos os Santos, como capital da província teve melhoramentos consideráveis, foram

implantados trilhos de bondes e trem, esses meios de transportes deslocaram os limites da cidade, permitindo a ocupação de outros territórios, não apenas no âmbito da capital, mas estendendo-se para o interior. Foi quando se construiu a estação da Calçada e começou a ligar Salvador com Alagoinhas, daí para diante o trem foi se estendendo, de forma gradual (FLEXOR, 1999).

Em São Paulo, com a chegada dos imigrantes estrangeiros para as colônias agrícolas, que também plantavam café já haviam iniciado a rede ferroviária. Foram elaboradas propagandas incentivadas pelo governo imperial, com o intuito de atrair imigrantes também para Salvador, porém as condições climáticas não foram propícias para a permanência dos mesmos. Acabaram se fixando artistas e arquitetos que, monumentalizaram a cidade do Salvador.

No início do século XX, a Bahia já contava com indústrias de tecidos, como a de Luiz Tarquínio na Boa Viagem que operavam com maquinário e tecnologia inglesa durante o período da 1ª Guerra Mundial se iniciam um processo de industrialização no Brasil devido à dificuldade encontrada na importação de bens de consumo, contudo o setor industrial não produzia um valor financeiro comparável com a produção cafeeira (FLEXOR, 2011).

No final da década de 1920 o Estado da Bahia encontrava-se falido, em consequência das manumissões dos escravos. Todas as obras de remodelação da cidade, no final do Império e começo da República, foram feitas com subscrições públicas por particulares (FLEXOR, 1999). Alguns cidadãos importantes encabeçavam listas de subscrições, recebendo e administrando as contribuições vindas de diversas origens. No cenário mundial com a quebra da bolsa, de Nova Iorque, em 1929, os Estados Unidos adotaram um conjunto de posturas com o objetivo de restabelecer sua economia. Entre elas destacaram-se o repatriamento de capitais, investidos no exterior e o desestímulo das importações, implantando políticas de proteção à indústria nacional (FAUSTO, 2006).

A redução de recursos financeiros no Brasil, disponíveis para empréstimos, prejudicou a ampliação da produção cafeeira, que sofreu grande abalo com a drástica redução de importações, do produto, pelos Estados Unidos, e os demais países atingidos pela crise de 1929, além da grande perda de valor do

café, inserindo o País em uma grande crise econômica, colaborando para o fechamento de várias empresas ligadas ao produto (FAUSTO, 2006).

Com a redução nas exportações do café brasileiro, afetou-se o modelo agroexportador, que se apoiou em bases extremamente frágeis, fez-se necessário adotar uma série de transformações estruturais, que se iniciaram na década de 1930. Mesmo com grandes dificuldades em restabelecer a economia nacional, depois do declínio do produto, - além da crise econômica internacional que afetava todo o mundo-, mas com maior intensidade os países atrasados, na década de 1930 iniciaram uma série de medidas baseadas no “nacionalismo econômico” (REZENDE, 2002, p.25). Iniciaram-se mudanças na taxa cambial, foi criado o Conselho Nacional do Café, em 1931, que transferiu o controle sobre o produto do governo estadual para o governo federal, que promoveu a destruição de parte da safra em 1931 com o intuito de manter o preço do produto, garantir o emprego de milhares de trabalhadores e reduzir os prejuízos, em 1933 ocorre a mudança para Departamento Nacional do Café (LEOPOLDI, 2011).

As indústrias, em todo o mundo, recuperaram-se ao seu patamar de antes da quebra da bolsa de Nova York, em 1929, contudo ainda não se dispunha no Brasil de uma ampla concentração de indústrias, e as existentes, em sua maioria, eram de pequeno porte, com um pequeno número de funcionários. (FAUSTO, 2006).

Com o advento de Getúlio Vargas no poder através da Revolução de 1930 iniciaram-se algumas mudanças relacionadas ao setor trabalhista no Brasil, nos primeiros anos da década de 30 ele cria o Ministério do Trabalho (MT), cuja responsabilidade era a criação de leis e fiscalização das atividades laborais, esse era um pedido constante dos trabalhadores, mas também era uma maneira do Estado exercer o controle nas relações de classe, patrão e funcionário (CAPELATO, 2011, p. 115).

Tabela 1 - BASE INDUSTRIAL BRASILEIRA INSTALADA E OS VALORES DE SUA PRODUÇÃO

Ano	Nº de fábricas	Valor da produção
1929	54.578	4.144.380
1930	50.069	2.940.355
1931	-	3.164.358
1932	50.093	3.286.003
1933	-	4.045.160
1934	55.926	4.560.163

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, ano V. 1939, 1940.

Conforme a Tabela 1, além da redução no número de fábricas instaladas no Brasil, principalmente as de menor porte, que contavam de dois a seis empregados, o setor industrial passou por um forte declínio produtivo, principalmente em 1930, perdendo 40.94% de valor de produção. Essa perda refletiu-se na fonte de renda, que o setor industrial gerava para a União, contudo, o crescimento foi retomado no ano de 1931, de forma lenta. Não foram obtidos dados referentes aos anos 1931 e 1933¹, ficando quantificada apenas a produção industrial, em 1934, quando o seu valor superou o de 1929, antes de ocorrer a crise.

Nos anos decorridos, entre 1934 e 1937, a indústria brasileira beneficiou-se com a migração inter-regional de mão-de-obra, da região Nordeste, - devido aos longos períodos de seca-, para o Sudeste. Essa ampliação da mão-de-obra proporcionou a utilização da capacidade ociosa das indústrias paulistas, registrando crescimento da sua produção, que buscava atender à demanda interna do País (EARP; PRADO, 2013).

Durante o período em que vigorou o Estado Novo, adotaram-se outras políticas econômicas, destacando-se a redução de impostos na exportação do café o que tornou o produto mais competitivo no mercado internacional, intensificou o

¹ Os dados sobre esses anos não foram fornecidos pelas fábricas.

processo de industrialização no País, dentre elas a desvalorização da taxa cambial na década de 30, garantiu recursos vindos da exportação cujo objetivo era utilizar parte da moeda estrangeira recebida para pagamentos de débitos no exterior. Outros produtos, de crescente importância na economia brasileira, eram o algodão e o cacau, contudo com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, e a ocupação de praticamente toda a Europa pela Alemanha, a balança comercial brasileira sofreu um duro golpe (LEOPOLDI, 2011, p. 246, 247).

Durante todo o período da década de 1930 ocorre um maior investimento no mercado interno brasileiro, criando formas de proporcionar um crescimento e fortalecimento do País. Para atingir esse objetivo, se criou um sistema tributário padrão, o que ocasionou maior integração entre os estados, se ampliou o uso da capacidade ociosa das indústrias nacionais. A partir da substituição das importações, se impôs os produtos fabricados no país, protegendo e fortalecendo a indústria nacional (CAPELATO, 2011, p. 119).

Dentre as políticas do período que transcorre essa fase ocorreu a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) na década de 1940, que envolveu um conjunto de ações direcionadas ao trabalhador, como a instituição do salário mínimo, férias, delimitação da carga horária, carteira de trabalho, justiça do trabalho, tutela dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, avanços importantes para o trabalhador que buscava melhores condições, entretanto os trabalhadores do movimento sindical se encontravam divididos, um grupo estava satisfeito com as ações e benefícios do governo a outra parte não aceitou a perda de liberdade política e protestava contra o governo, conquanto logo foi sufocado (CAPELATO, 2011).

Nesse mesmo período, terminada a Guerra, iniciou-se o programa de industrialização nacional e com ele uma série de ações a serem regulamentadas para proteger as empresas e os trabalhadores nacionais da concorrência estrangeira. Nota-se a ação do Estado, tanto na regulamentação de atividades econômicas, quanto agindo em setores estratégicos, através de empresas estatais ou de economia mista, embasando suas ações no argumento da utilidade pública. Iniciou-se assim o investimento do setor público

nos setores de produção, com o dinheiro obtido através de recursos norte americanos investidos no País (CAPELATO, 2011).

Passada a Segunda Guerra Mundial, instalou-se no País a economia de guerra, onde o Estado agia diretamente nos setores produtivos, financiando o déficit público, expandiu o programa de créditos para as indústrias, nesse mesmo período ocorreu um aumento nos preços dos produtos que eram exportados. Esse controle ocorreu em todo setor produtivo, buscando manter abastecido o mercado interno, além de atender às necessidades do mercado externo. Essas medidas proporcionaram um crescimento em vários setores industriais, como a metalurgia, transportes, farmacêuticos entre outros. Nesse período, já se constatava uma grande concentração industrial dos mais variados setores, prevalentes no Sudeste (CAPELATO, 2011).

Após o fim do regime autoritário do Estado Novo, pode-se observar que a economia brasileira não se encontrava mais sob o domínio do setor agroexportador, principalmente dos cafeicultores paulistas, que dominavam a política federal, através de sua influência econômica. O setor industrial desenvolveu-se, de forma ampla, devido ao programa de industrialização nacional apoiado pelo estado, o que possibilitou o desenvolvimento de outros setores da economia (CAPELATO, 2011).

No período de 1945-1954 ocorria um embate ideológico entre o nacionalismo x liberalismo, sob o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra. Nessa ocasião, os preços da produção agrícola se mantiveram estáveis, prejudicando a economia brasileira, que contava com o aumento dos preços desses produtos, além da redução de capital estrangeiro disponível, visto que os Estados Unidos priorizavam investir na reconstrução de parte da Europa. Nessa realidade, a indústria, que tanto havia progredido em período anterior, iniciou um processo de perdas, o que desencadeou déficits acumulados, no balanço de pagamentos. Essa situação perdurou até o último governo do presidente Getúlio Vargas, o que dificultou o equilíbrio orçamentário do País (CAPELATO, 2011).

Após governos interinos, no período do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), implantou-se o plano de Metas, que foi classificado

como a complementação do processo de industrialização, iniciado no período do Estado Novo, proporcionando a autossuficiência na produção dos bens de consumo não duráveis. (MOREIRA, 2016).

Nesse plano, investiu-se com maior intensidade, nos setores de energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação, ficando os investimentos sob a responsabilidade do setor público, com participação dos setores privados, contudo nenhuma das metas estabelecidas foi cumprida na sua totalidade. Pode-se apontar que, apesar disso, ocorreu um grande desenvolvimento do setor industrial, através da modernização dos equipamentos e de infraestrutura, assim como diversificação na produção (MOREIRA, 2016).

Outra inovação ocorreu com a construção de Brasília, que se transformou na nova capital brasileira. Localizada na região Centro-Oeste, Brasília contribuiu para o desenvolvimento de cidades de médio porte e estados que, devido à construção e ampliação de estradas e vias ligando a Capital Federal aos quatro cantos do País, “a grande meta de integração nacional” (MOREIRA, 2016, p. 159), o que proporcionou uma série de transformações para todo o Brasil.

Ao final do governo do presidente Kubitschek, constatou-se a transição do modelo agroexportador para um modelo industrial, no entanto, essas transformações proporcionaram alguns desequilíbrios regionais.

JK deixou de cumprir as promessas de desenvolvimento social que, via de regra, estavam associadas à idéia de aceleração da prosperidade econômica. Não conseguiu elevar o nível de vida da população sertaneja, nem tampouco foi bem-sucedido em duas outras promessas empenhadas. Os desníveis de desenvolvimento regional não foram superados. Tal problema era sobretudo visível nas diferenças que superavam Nordeste e Sudeste e na destoante qualidade de vida da população do “interior” (campo) quando comparada à do “litoral” (cidade)[...] (MOREIRA, 2016, p. 191).

O Nordeste brasileiro era assolado por acentuadas secas proporcionando uma perda de parte de sua população, que buscava emprego e melhores condições de vida na região Sudeste, essa situação incentivou a criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), através da Lei nº 3.692,

no dia 15 de dezembro de 1959, cujo objetivo era promover e coordenar o desenvolvimento da região Nordeste. Entretanto o antagonismo entre as regiões Sudeste e Nordeste se ampliava, sendo necessária a intervenção do estado para reduzir a diferença (REZENDE, 2002).

O País se encontrava em um contexto de aumento da inflação, crescentes reivindicações socioeconômicas de vários setores da sociedade, essa situação fez com que pela primeira vez, no período republicano, o governo federal não designasse o sucessor presidencial, proporcionando a eleição de Jânio Quadros para presidente.

A década de 1960 foi um período conturbado para o País, devido a um sentimento de insegurança, que envolveu parte da população brasileira, gerando um clima de tensão. Ocorreu, então, a renúncia do presidente Jânio Quadros. A tentativa de evitar que o seu vice, João Goulart, assumisse o cargo, foi adotado um breve período parlamentarista, culminando no Golpe Militar, em 1964, com a tomada do poder pelas forças armadas (FERREIRA, 2016, p. 348).

No setor econômico, o Brasil também sofreu uma série de dificuldades para implantar uma política que beneficiasse aos variados setores, mas a ineficiência acabou por gerar uma série de conseqüências, desencadeando um processo de deterioração econômica, o que acabou agravando a crise institucional (FERREIRA, 2016).

Após o golpe de 1964, o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a presidência, num clima de apreensão e disputas entre grupos, o que desejava articular a sucessão de João Goulart e o dos militares, que já haviam assumido o poder e desejavam nele se manter. No âmbito econômico, Castelo Branco buscou aproximar-se dos credores, principalmente dos Estados Unidos, com o intuito de renegociar as dívidas e conseguir novos empréstimos, além de tentar controlar a inflação, criar novos postos de trabalho, e reduzir os acentuados desequilíbrios regionais do território, permitindo que se intensificasse a participação do capital externo em diversos setores das atividades produtivas no Brasil (REZENDE, 2002).

No governo do presidente Arthur da Costa e Silva intensificasse o controle do Governo Federal sobre toda a sociedade brasileira. Durante sua administração ascendeu ao poder uma nova classe dominante

[...] a administração Costa e Silva significou a formalização de um novo bloco hegemônico, empresariado / tecnoburocracia / oficialato, que a partir de 1969 impôs ao país um modelo de desenvolvimento baseado no tripé Estado / empresas multinacionais / grande capital nacional (REZENDE, 2002, p. 126)

Foi nomeado Antônio Delfim Neto para ministro da Fazenda, que estipulou como objetivo principal do governo o controle da inflação, que para ele, era a grande fragilidade da economia brasileira e precisava ser solucionada para haver desenvolvimento. Buscava expandir os diferentes setores econômicos, e adotou outras posturas, que proporcionaram o equilíbrio das contas do governo, criando as bases, através da estabilidade econômica e de um amplo processo de remodelação de toda estrutura capitalista interna, colaborando para o que foi denominado projeto “Brasil Potência” (PRADO; EARP, 2013).

Pelos anos de 1970, ainda predominava o modelo Keynesiano², quando ocorreu o endividamento do Estado, devido ao amplo investimento financeiro, tanto em obras de infra-estrutura, quanto em setores estratégicos da economia, buscando manter a autonomia nacional, contudo, as ações levaram o País a um alto grau de endividamento, devido aos vultosos empréstimos junto aos países desenvolvidos, para realização das obras (REZENDE, 2002).

O projeto “Brasil Potência” se estendeu pelo período de 1969-1985. A implantação desse projeto ocorreu graças ao domínio que o Governo exercia sobre a sociedade civil, após a instituição do AI5. O objetivo era promover o desenvolvimento, principalmente os setores ligados à indústria produtora de bens duráveis, para inserir o Brasil no mercado internacional, como grande parceiro comercial (REZENDE, 2002).

² Modelo keynesianismo é uma teoria econômica, do começo do século XX, baseada nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes, que defendia a ação do estado na economia com o objetivo de atingir o pleno emprego.

Foi então no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, que ocorreu o denominado “milagre econômico brasileiro”, baseado em dois pilares principais, o da segurança nacional, no qual se adotou posturas extremamente violentas de repressão aos contrários ao governo e ao desenvolvimento, o segundo objetivo era promover o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), contendo a inflação abaixo dos 20% anual, além de ampliar as reservas de moedas estrangeiras que seriam utilizadas em parte para o pagamento da dívida externa (PRADO; EARP, 2013).

O projeto econômico brasileiro fracassou, pois não conseguiu reduzir as desigualdades sociais, ao contrário, acentuou-se o processo de empobrecimento da classe trabalhadora. Os membros, que ocupavam cargos mais especializados nas empresas tiveram grande ascensão salarial, acentuando neles a maior concentração de riqueza. Outro fator, que colaborou para o fracasso do projeto foi a escolha do modelo de desenvolvimento, baseado no crescimento setorial da produção industrial, tendo como maior meta o desenvolvimento das indústrias de veículos. Isto provocou dispendiosos investimentos em infraestrutura, pelo governo, obtendo este baixo retorno econômico, devido ao alto grau de dependências do petróleo e seus derivados. Essa situação se agravou com a alta nos preços dessa matéria prima, o que proporcionou o empobrecimento do País, devido ao aumento do valor das importações frente às exportações (REZENDE, 2002).

O ultimo fator para o fracasso do projeto, foi o crescimento da inflação e da dívida externa, que levaram à necessidade de mudança da política econômica nacional. O que ocorreu, contudo, foi uma continuidade do projeto “Brasil - Potência”, mantendo a ampliação da dívida externa com o objetivo de criar novas empresas e ampliar a produção, com o intuito de acelerar o crescimento econômico e intensificando o controle da sociedade através de ações autoritárias (MOREIRA, 2016).

A crise internacional do petróleo provocou, durante os anos de 1980, momentos de recessão da economia dos países desenvolvidos e industrializados, o que acarretou maior impacto às economias em desenvolvimento, pois, os preços das importações do petróleo sofreram aumentos extremamente elevados, desencadeando um processo de retração

comercial e de empréstimos. O segundo fato acabou por desestruturar o modelo de desenvolvimento brasileiro, estruturado em modelos keynesianos. Esse advento transformou as estruturas econômicas, políticas e sociais dos países, propiciando a abertura ao liberalismo econômico. Nessa realidade, acentuou-se o processo de desestruturação da organização do trabalho, iniciando um período de precarização extrema das relações de trabalho (REZENDE, 2002).

A década de 1990, em consequência da promulgação da Constituição de 1988, intensificou o processo de ação ampla do liberalismo econômico, através de algumas iniciativas, tomadas durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello, através de uma série de privatizações de empresas estatais e da abertura nacional às importações. Essas ações colaboraram para acentuar e acelerar o processo de desestruturação do mercado de trabalho e o que se transformou na consequência mais grave, que foi o acentuado aumento do desemprego de grande parcela dos trabalhadores. Disto resultou a intensificação e a adesão a atividades não formalizadas, e sem seguridade social, contudo, era a única alternativa para milhares de trabalhadores, que tinham sido excluídos do mercado formal de trabalho, o que logo trouxe consequências negativas para o País (REZENDE, 2002).

Em virtude disso, observa-se nos anos 90 um movimento de desassalariamento, provocado fundamentalmente pela eliminação dos empregos com registro. Em 1989, o total de assalariados representava 64% da PEA (População Economicamente Ativa) e em 1995 havia passado para 58,2%, refletindo uma taxa negativa de variação média anual do emprego assalariado com registro (-1,4%) (POCHMANN, 2000, p. 72-73).

Iniciou-se, então, a formação de blocos econômicos, por todo o mundo, com o objetivo de fortalecer as economias nacionais, através de parceiros comerciais. O Brasil se inseriu no MERCOSUL, que englobava o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, contudo, mesmo com a sua inserção nesse bloco, a economia nacional permaneceu em crise, principalmente as indústrias nacionais, impossibilitadas de concorrer com a qualidade e quantidade produtiva

internacional, ampliando, em consequência, o processo de desemprego dos trabalhadores (REZENDE, 2002).

A implantação do sistema econômico, baseado no liberalismo, transformou o modelo de organização do trabalho. As empresas adotaram a redução e/ou substituição de mão-de-obra para utilizar novos equipamentos, que realizam as mesmas funções de uma determinada quantidade de funcionários. Ampliou-se a adoção das terceirizações de mão-de-obra, buscando reduzir custos e não estabelecer relações trabalhistas diretas (ANTUNES, 2005).

O processo de abertura do mercado brasileiro, para empresas internacionais, desencadeou uma série de consequências, que afetaram as empresas nacionais, devido à incapacidade de concorrer com a produção estrangeira, no grau produção e, conseqüentemente, nos custos e na qualidade de seus produtos. O resultado foi a perda de espaço das empresas nacionais para as empresas estrangeiras em seu próprio território, porém o trabalhador foi o maior prejudicado, devido a um conjunto de mudanças, impostas pela nova realidade econômica.

Quando da abertura do mercado brasileiro a produtos importados competitivos, as empresas perderam espaço, sendo obrigadas a cortar custos. Tal pressão recaiu sobre os trabalhadores. Além disso, com a inserção do Brasil no processo de globalização, houve a modernização da tecnologia, o que possibilitou obter altos ganhos de produtividade com a respectiva redução de postos de trabalho (BEATRIZ, 2012, p. 37).

O impacto dessas, e outras medidas adotadas, colaboraram para a criação do atual contexto socioeconômico, no qual a crescente desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas vem ocorrendo com a permissividade do Estado, através do crescente número de terceirizações para a prestação de serviço nas empresas e mesmo no próprio Estado. Nesse caso, as contratações são baseadas em acordos, de curto e médio prazos, nos quais não se estabelece qualquer vínculo empregatício. Os trabalhadores têm visto serem ceifados todos os seus direitos trabalhistas adquiridos e ficam entregues à própria sorte,

até o fim do seu contrato, quando os indivíduos voltam a integrar a fileira dos desempregados. Isso foi constatado, já há quase quinze anos que

Um dos riscos imediatos de tal processo de desregulamentação das relações de trabalho é que ele vem acompanhado de desresponsabilização do Estado sobre os cidadãos, que deixam de estar inseridos no mercado formal de trabalho, criando uma população cada vez mais excluída [...] dos direitos da cidadania (PARRA, 2002, p. 44)

Na crescente busca por oportunidades, muitos dos trabalhadores acabavam por inserir-se nas empresas terceirizadas, mesmo sem a seguridade social e trabalhista. Além disso, têm que conviver com a precarização das relações de trabalho, com os níveis salariais baixos, assim como o cumprimento das normas trabalhistas.

Essa procura justifica-se, pela redução acentuada dos postos de trabalho no mercado formal, fazendo com que esses desempregados sobrevivam com baixas fontes salariais.

A desregulamentação da sociedade salarial vem contribuindo para legitimar a economia informal, coroando o trabalho informal como horizonte último dos processos de flexibilização das relações entre capital e trabalho, necessários ao modelo neoliberal de acumulação de capital (PICANÇO; TIRIBA, 2004, p. 79)

Foi nesse contexto, de amplas desigualdades sociais e de crises econômicas, cada vez mais constantes e em curto espaço de tempo, que a realidade afetou, com maior intensidade, a população que se encontrava num estado de vulnerabilidade social mais acentuado. Assim, a economia popular passou a apresentar-se como uma nova alternativa contra a proposta capitalista de trabalho assalariado que tinha se tornado hegemônica, na qual todas as coisas e relações são transformadas em mercadoria, pensamento confirmado por Beatriz (2012, p. 43)

[...] o alargamento do trabalho assalariado, no mundo, fez com que essa forma de relação capitalista se tornasse hegemônica, transformando tudo, inclusive o trabalho humano, em mercadoria.

As recessões, cada vez mais constantes, enfrentadas no Brasil e no mundo, colaboraram para reduzir, constantemente, o número de trabalhadores nas instituições, empresas, fábricas, etc., ampliando o exército de excluídos do mercado de trabalho, indivíduos que perderam seus meios de obtenção de renda e seu lugar na sociedade. Tem se constatado, porém que, nos períodos de crise, ocorrem diversificações das formas de trabalho, sejam individuais ou coletivas, formais ou de iniciativa individual, ressignificando a economia popular e/ou solidária, não só como uma alternativa imediatista, mas porque se apresenta como uma nova opção das relações de trabalho e meio de prover a subsistência do trabalhador e de sua família (SINGER (2002)).

Capítulo 2 - ECONOMIA POPULAR E/OU SOLIDÁRIA NO TEMPO E NO ESPAÇO

No final do século XVIII eclodiram duas revoluções, que mudaram o curso da história da humanidade. Foram elas, a Revolução Industrial, que se deu, nos seus primórdios, na Inglaterra, a partir dos finais desse século. Foram criadas condições, além das instalações, outras subsidiárias, como a instituição e aceitação do lucro de iniciativas privadas, medidas para solucionar a problemática situação agrária, - na qual as produções já se destinavam para o mercado externo -, além do fornecimento do excedente de mão-de-obra rural, para as cidades, com o objetivo de empregá-la nas fábricas nascentes (DEMOUSTIER, 2001).

As novas condições promoveram importantes mudanças, não só técnicas e econômicas, - através da industrialização e da produção em série de objetos de consumo mais baratos -, como, no setor de infraestrutura, através da construção e ampliação de estradas de ferro e, posteriormente, de rodagem, com o intuito de permitir circulação de matérias-primas e da produção, com maior eficácia, assim como melhorias sociais, através de urbanização dos locais em que as indústrias foram ocupando.

A segunda grande revolução foi a Revolução Francesa, que rompeu, não só com a estrutura sócio-administrativa do Antigo Regime, mas também, com a organização econômica, - permitida pelo liberalismo -, em contraposição à monarquia, com a adoção do sistema capitalista, quando o Estado teve sua intervenção direta reduzida, na indústria e no comércio, ficando os cidadãos, não só à mercê dos empregadores e do mercado, quanto tendo possibilidades de intervir diretamente no processo de desenvolvimento.

No contexto da Revolução Industrial ocorreu o fortalecimento dos ideais liberais, em que o Estado interferia menos no setor econômico, sendo este sujeito ao mercado. Esse conceito passou a ser o dogma imutável na concepção capitalista, após a adoção desse novo modelo a indústria e o liberalismo modificaram a estrutura social das cidades, especialmente nos territórios mais desenvolvidos, dando origem a benefícios, mas também a

malefícios, sobretudo, ditando o estilo de vida da classe operária nascente. O acúmulo de trabalhadores e suas famílias, em torno das fábricas nascentes, tornaram cada vez mais precárias as condições de moradia e de trabalho (DEMOUSTIER, (2001).

As sementes da economia solidária foram ressignificadas, - a partir das ideias das guildas medievalistas -, surgindo como uma reação dos trabalhadores à redução de ganhos, que sofreram após a Revolução Industrial, na Inglaterra, quando se encontravam expostos aos desmandos dos patrões, - homens, mulheres e principalmente as crianças -, sem idades e horários delimitados de trabalho. Essas condições colaboraram para o aparecimento dos cortiços, com acúmulo de moradores em edifícios abandonados, o que provocou as possibilidades de epidemias e subsequente aumento da mortalidade, acabando por gerar, muitas vezes, impacto direto na produção. Os impactos sobre a saúde da população provocaram inúmeras iniciativas, que deram origem ao descobrimento dos causadores das doenças, - como dos vírus e bactérias -, quanto se deu início ao planejamento de centros urbanos mais adequados, incluindo cidades jardins e vilas operárias, entre outras iniciativas.

Entre os principais pensadores de uma economia cooperativa daquele período, que se pode considerar como origem moderna da iniciativa popular e/ou solidária, destacaram-se os franceses e ingleses do século XIX, como Conde de Saint-Simon ou Claude-Henri de Rouvroy, 1760-1825, filósofo, economista, socialista, Charles Fourier 1772-1873, precursor do socialismo; Pierre Proudhon, 1809-1865, filósofo e economista. A Inglaterra, berço da Revolução Industrial, também contou com um pensador da economia solidária, Robert Owen, (1773-1858). Owen foi responsável por construir modelos de sociedades cooperativas, na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, esses “pensadores foram denominados por Marx como socialistas utópicos” Arroyo; Tupinambá (2006, p. 25).

A Revolução Francesa provocou um extenso período de guerras na Europa, por outro lado, também colaborou para provocar o declínio econômico da Inglaterra, devido à redução no consumo das mercadorias industrializadas. Nesse contexto o britânico, Robert Owen, proprietário de um grande complexo têxtil, em New Lanark, na Inglaterra, aplicando seu modelo de economia

solidária aos seus trabalhadores, além dos desempregados, com o intuito de reinserir os indivíduos na produção, proporcionando os meios para consumir as mercadorias, produzidas por eles próprios, para sua subsistência.

Em vez de explorar plenamente os trabalhadores que empregava Owen decidiu, ainda na primeira década do século XIX, limitar a jornada e proibir o emprego de crianças, para as quais ergueu escolas. O tratamento generoso que Owen dava aos assalariados resultou em maior produtividade do trabalho, o que tornou sua empresa bastante lucrativa, apesar de gastar mais com a folha de pagamento (SINGER, 2002, p. 24-25)

Owen buscava apoio do governo inglês para a compra de terras para o uso do benefício de sustento dos pobres, visando instituir aldeias cooperativas, onde os indivíduos trabalhariam na agricultura e na indústria, criando condições para sua subsistência e o excedente dessa produção poderia ser comercializado com outros locais. O projeto, que no primeiro momento, surgiu como forma de reduzir gastos com a manutenção, conseguindo resultados importantes, tanto no viés econômico como no social.

O raciocínio de Owen era impecável, pois o maior desperdício, em qualquer crise econômica do tipo capitalista, é a ociosidade forçada de parte substancial da força de trabalho. Há um efetivo empobrecimento da sociedade, que se concentra nos que foram excluídos da atividade econômica (SINGER, 2002, p. 26).

Owen adotou uma série de medidas que tinham como objetivo proporcionar mudança no sistema social, através do estabelecimento de novas formas de relação de trabalho, maior qualidade de vida, através da redução na jornada laboral nas indústrias, além de não utilizar mão-de-obra infantil, construindo escolas para as mesmas (SINGER, 2002).

Contudo, Owen foi perdendo apoio do governo inglês e admiradores, por suas ideias reduzirem o lucro dos capitalistas do período. As decepções fizeram com que ele se mudasse para os Estados Unidos em 1825 e implantasse, no território americano, em New Harmony, no estado de Indiana as aldeias

cooperativas, que não tiveram sucesso, o que provocou seu retorno em 1829 para a Grã Bretanha (DEMOUSTIER, 2001).

Suas ideias, de cunho socialista, passaram a conquistar adeptos em vários locais, Londres através de George Mudie e um grupo de jornalistas, a comunidade de Orbiston criada por Abrram Combe e Brighton liderada por Dr. William King. Owen passou a lutar, com os operários, através de sindicatos, buscando o estabelecimento de relações de trabalho mais justas, o que possibilitou o surgimento de produções cooperativas, que traziam, em seu seio, críticas do operariado ao capitalismo (SINGER, 2002).

Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão (SINGER, 2002, p. 29).

Entre alguns exemplos de cooperativas, que foram criadas após as influências das ideias de Owen, pode-se destacar o The Economist, que foi um jornal cooperativo entre 1821 e 1822, distribuído pela London Cooperative Society, que era constituída por um grupo de jornalistas, do qual George Mudie foi principal articulador. Tinham como objetivo viver dos seus ganhos profissionais, entretanto, alguns meses após, os membros desistiram de viver em comunidade. Mudie ainda colaborou para formação de outro empreendimento, influenciado pelos ideais owenista, que foi a comunidade de Orbiston, no Reino Unido, cujo trabalho se voltava para desenvolver pesquisas e experimentos no setor educacional, porém, mais uma vez a comunidade foi extinta.

O médico, William King, também desenvolveu uma comunidade, dentro dos princípios owenista, em que a atuação se dava através do armazenamento cooperativo, além da obtenção de terras para o desenvolvimento agrícola, para a venda desses produtos no armazém. Dessa associação surgiram outras com a mesma proposta, o que permitiu por determinado tempo, a continuidade da produção solidária entre os grupos, além do surgimento de clubes de troca, cooperativas de crédito, de consumo, entre outras.

Na França o estabelecimento de associações também se fez presente através das denominadas Sociedades de Socorro, que arrecadavam doações com o intuito de promover assistência

[...] os membros criaram um seguro pagando contribuições voluntárias de beneficência (apoio filantrópico) e de resistência, combinando a garantia contra os riscos sociais (doenças, funerais...), o apoio aos mais fracos (viúvas e órfãos) e a proteção profissional (fundos de desemprego e de greve). (DEMOUSTIER, 2001, p. 20).

Outras formas associativas foram criadas, como as associações de consumo, que visavam comprar alimentos em certa quantidade, o que colaborava para uma redução nos custos, promovendo vantagens para os trabalhadores. Fizeram-se presentes também as associações de produção que contavam com o trabalho de um grupo de associados que cultivavam o campo para a comercialização.

Essas atividades levavam, aos membros integrantes, a produção e apropriação da renda. Demonstaram, também, que a economia popular e/ou solidária surge intimamente ligada ao movimento operário, em processo de organização, frente à exploração do sistema capitalista e condições de trabalho, sobrevivência e moradia, bem como buscando amenizar os rigores das crises econômicas, que se tornaram cada vez mais constantes e precoces, além das suas consequências, como a precarização do trabalho e o desemprego (DEMOUSTIER, 2001).

Economia popular e/ou solidária no Brasil

Foi observado, globalmente, que no final do século passado e com maior intensidade no início do século XXI, o crescente fenômeno da precarização do trabalho, cujos reflexos atingiram o Brasil, que possibilitou a substituição ou dispensa dos trabalhadores, em diversos setores. Essa nova situação causou maior impacto entre os indivíduos menos especializados. Essa ausência de

especializações profissionais levou os indivíduos a buscar novos meios de geração de algum numerário, para possibilitar a sua subsistência. Isso gerou a necessidade de empreender a luta contra esse processo, que resultou num exército de desempregados, que estão buscando continuamente, formas para retornar ao mercado formal de trabalho (ANTUNES, 2005).

Essas mudanças modificaram o sistema trabalhista existente nas relações de trabalho, o que colaborou para a fragilização de grande parte da população, que passou a se sujeitar a condições, cada vez mais precárias, de atividades laborais, assim como nos ganhos salariais e respectivos direitos sociais, - que, em muitos casos, não são recolhidos aos cofres públicos, mostrando que essa nova estrutura, não só causa precarização, mas também a constituição de outra morfologia do trabalho (ANTUNES, 2005).

Como consequência dessa nova morfologia, o exército de desempregados, que se encontra pronto para entrar no mercado de trabalho, tem encontrado sérias dificuldades nesse acesso, o que Antunes (2005, p. 17), caracterizou de “individualismo possessivo” por parte dos empregadores. Neste caso o desempregado perde até a possibilidade da venda de seu único bem, que é sua força de trabalho, considerando que a mesma vem sendo intensamente substituída por maquinários de alto desempenho tecnológico, o que colabora para a intensificação do processo produtivo e, conseqüentemente, a dispensa de múltiplos indivíduos.

As transformações desse sistema do trabalho vêm promovendo a multiplicação de trabalhadores terceirizados. A exclusão de jovens, que não têm uma boa formação profissional, e dos mais velhos, que são tidos como ultrapassados, ou mão-de-obra cara, também compõem o contingente dos afetados pelas transformações das formas de contratação (ANTUNES, 2000).

Tem crescido o uso da mão-de-obra feminina nos postos de trabalho, contudo, esse crescimento está estreitamente ligado à menor remuneração em relação ao público masculino.

“A inserção desses indivíduos desempregados, em atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres onde mantém relações privilegiadas com a sua região” é o conceito denominado circuito

inferior criado por Santos, (2008, p. 22), apesar de ocorrer rapidamente, esses trabalhadores terão que vivenciar uma série de dificuldades, entre elas destacam-se, a má remuneração pela atividade desenvolvida, trabalhos temporários e instáveis em que as condições de trabalho não destoam da sua remuneração. Essas mesmas incertezas apontadas acima irão continuar nos chamados setores populares.

Nesse contexto de transformações e incertezas econômicas, surgiu a economia dos setores populares, que mostra como uma nova organização do trabalho, entre os membros que a integram, além de ter como princípio básico a propriedade coletiva, de um lado, e a liberdade individual, de outro, - possibilitando novas alternativas e meios de subsistência aos trabalhadores -, que estão excluídos momentaneamente. O sistema de economia dos setores populares é desenvolvido por trabalhadores que não detém os meios de produção, contudo após serem excluídos dos seus trabalhos formais, buscam utilizar formas de empregar sua força de trabalho em outros setores.

Após o agravamento das condições socioeconômicas dos trabalhadores, no início da década 1990, com a nova morfologia de trabalho brasileiro, que ocorreu com a adoção de uma política econômica liberal, adotada no governo do presidente Fernando Collor de Melo no âmbito da economia, iniciou-se a busca por meios de promover à subsistência dos indivíduos desempregados. Nessa tarefa, a Igreja Católica já desempenhava um papel importante, através das Cáritas brasileiras, desde a década de 1980. Era uma organização humanitária, que busca proporcionar aos indivíduos mais necessitados, melhores condições de vida. Através de grupos, associações e cooperativas comunitárias iniciaram projetos de auxílio ao desenvolvimento de outras formas de trabalho, através de um conjunto de atividades produtivas.

Os PACS³, porém, não são uma iniciativa exclusiva da Cáritas e nem da ação social da Igreja. Eles fazem parte de um contexto mais amplo de reorganização da sociedade no início dos anos 80, na luta contra o regime militar, quando se fortaleceram os movimentos populares como alternativas organizativas, valorizando os espaços da vida cotidiana e política (BERTUCCI; SILVA, 2003, p, 14).

³ Programa de Assistência Cristão Solidário.

Na década de 1990 se deu início, através do professor Gonçalo Guimarães, da UFRJ, ao projeto de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS) nas universidades, coordenadas por pensadores de temáticas, cujo objetivo era promover auxílio às empresas autogestionadas, durante todo o processo de organização, implantação e fortalecimento dos empreendimentos, que eram compostos por trabalhadores, que tinham sido excluídos do mercado de trabalho, e necessitavam de meios para inserir-se no mercado, assim como, prover meios de subsistência para si e sua família.

A primeira experiência de ITCPS ocorreu em 1996. Aplicada em universidades brasileiras, ocorreu na COPPE (Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia), na UFRJ, cujo projeto de extensão tinha cunho interdisciplinar, com ênfase no estudo do trabalho, da renda e da promoção da cidadania em empreendimentos populares

“A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) é um programa de extensão universitária do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1995, a ITCP foi concebida como um centro de tecnologia que tornaria disponíveis os conhecimentos e os recursos acumulados na universidade pública para gerar, por meio do suporte à formação e desenvolvimento (incubação) de empreendimentos solidários autogestionários, alternativas de trabalho, renda e cidadania para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica (ITCP.COOPE.UFRJ., s. d.).

A experiência obteve êxito em seus objetivos, promovendo a implantação de uma série de outras ITCPS, em universidades de várias localidades do Brasil, como, por exemplo, na USP, Estadual da Bahia, Federal do Paraná etc. No final da década de 1990, o Governo Federal, sob o patrocínio do Ministério do Trabalho, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso implantou um projeto de incentivo para a expansão de ITCPS nas universidades, através do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares-PRONINC (GUIMARÃES, 2000).

Não se definiu um conceito único para a economia dos setores populares. Os principais pensadores conceberam esse setor da economia, cada um ao seu modo, porém são unânimes em defender que elas não são apenas um refúgio para o desemprego crescente na sociedade capitalista, mas se apresentam como uma nova forma de organização do trabalho, cujas atitudes podem desenvolver mudanças, não só no âmbito econômico, mas também no social, influenciando a maneira de pensar e agir dos indivíduos, desenvolvendo, além de ações solidárias, o próprio pensamento e comportamento solidários.

Sobre o conceito de economia dos setores populares, Kraychete (2000) afirmou que ela é composta

[...] além das atividades realizadas de forma individual ou familiar, as diferentes modalidades de trabalho associativo, empreendimentos autogestionários, oficinas de produção associada, centrais de comercialização de agricultores familiares, associações de artesãos, escolas e projetos de educação e formação de trabalhadores, organizações de microcrédito, fundos rotativos etc. (KRAYCHETE, 2000, p. 15,16).

Singer (2002), ao analisar o sistema capitalista e os seus efeitos na sociedade, dizia que

[...] o capitalismo produz desigualdade crescente verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capital, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornam inempregáveis, o que significa que as derrotas os marcaram tanto que ninguém mais quer empregá-los (SINGER, 2002, p. 8).

Milton Santos também deu sua colaboração ao analisar empreendimentos, baseados em circuitos da economia, apontando níveis, apontando vantagem e desvantagem dos empreendedores

O circuito inferior na economia urbana constitui um mecanismo permanente de integração que oferece um número máximo de oportunidades de emprego com um volume mínimo de capital (SANTOS, 2008, p. 67).

Lima (2013), por exemplo, mais recentemente definiu o conceito de economia solidária como

A economia solidária apresenta-se como uma proposta de trabalho que visa transpor a lógica capitalista e estabelecer relações de cooperativas e solidárias, considerando o contexto socioambiental e, resgatando a dimensão humana (LIMA, 2013, p. 30).

Constata-se que os diferentes conceitos tratam do mesmo fenômeno que é o trabalho por conta própria como meio de promover a subsistência dos indivíduos e de sua família. Contudo, se apresenta também, como uma nova opção nas relações de trabalho, proporcionando aos indivíduos novas oportunidades para enfrentar o processo de exploração e de exclusão, que sofriam quando inseridos no mercado de trabalho formal. Com isso se usará o conceito economia dos setores populares, de Kraychete (2000), e o de economia solidária, de Lima (2013), para embasar esta Dissertação.

Na economia dos setores populares encontram-se as iniciativas para o bem-estar do cidadão, em que as ações voltadas para a valorização do indivíduo, baseadas na cooperação, companheirismo e relações solidárias, sentimentos e ações que não existem nas empresas capitalistas, o Quadro 1, abaixo, colabora para o entendimento das diferenças entre os empreendimentos capitalistas e os empreendimentos populares.

Quadro 1 – COMPARATIVO

EMPRESAS CAPITALISTAS E EMPREENDIMENTOS POPULARES

EMPRESAS CAPITALISTAS		EMPREENDIMENTOS POPULARES/SOLIDÁRIOS
SALÁRIOS	Empregados ganham salários desiguais, determinado pelo nível de complexidades das tarefas e pela demanda e oferta pelo mesmo no mercado de trabalho.	Os sócios não recebem salários, mas retiradas que variam conforme a receita obtida. A decisão se as retiradas serão iguais ou diferentes é tomada em assembléias. Quando optam por retiradas diferenciadas ainda assim as diferenças são muito menores entre o trabalho manual e mental.
TRABALHADORES	Os trabalhadores são livres para procurar emprego, tendem a buscar melhores salários.	Os cooperados são livres para saírem das cooperativas, mas deverão desistir de retirar o fundo indivisível, como uma forma de perpetuar a economia solidária.
EMPREGADORES	Os empregadores são livres para demitir e para procurar os que melhor produzem.	Não existe a relação patronal, sendo o sistema autogestionário, um indivíduo é igual a um voto.
LUCRO	A destinação do lucro cabe à assembléia de acionistas, quase sempre dominada por um pequeno número de grandes acionistas, chamado de 'grupo controlador". Todo lucro é apropriado, imediatamente ou alguns anos depois, pelos acionistas, sempre em proporção ao número de ações possuído por cada um deles.	A destinação das sobras é decidida pela assembléia de sócios. Uma parte é colocada em fundo de educação. Fundo de investimentos que pode ser divisíveis ou indivisíveis. O restante é distribuído em dinheiro aos sócios por algum critério aprovado pela maioria: por igual, pelo tamanho da retirada , pela cooperação dada à cooperativa etc.
GESTÃO	Utiliza a Heterogestão, ou seja, a administração hierárquica, formadas por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo.	A em presa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. As ordens e instruções devem fluir de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo. Os níveis mais altos, na autogestão, são delegados pelos mais baixos e são responsáveis perante os mesmos.

FONTE: (Singer, 2002, p. 11, 23). Tabela adaptada pelo autor.

Nos primeiros anos do século XXI, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, ampliou-se a discussão sobre a utilização da economia solidária, que se tornou mais visível. Proporcionando o desenvolvimento desse tipo de empreendimentos em todo território nacional.

Com a colaboração de diversas entidades ligadas aos empreendimentos, universidades, as ITCPS, membros da sociedade civil, pensadores e defensores de uma nova economia, destacando-se Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO

O primeiro Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) ocorreu em 2002, no qual se apresentaram todas as bases para a criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, tendo como secretário, o intelectual e militante, Paul Israel Singer. Este, austríaco de nascimento, chegou ao Brasil na década de 1940, quando, nos anos seguintes, se naturalizou e concluiu seus estudos, Liderou movimentos sindicais, na década de 1950, e cursou Ciências Econômicas e Administrativas, na Universidade de São Paulo (USP) entre 1956 e 1959. Na década de 1960 passou a exercer a função de professor visitante, da USP, na qual obteve o título de Livre Docente.

[...] O esforço ganhou eco quando foi convidado a integrar o quadro docente da faculdade, numa época em qual tal decisão (sic) cabia ao catedrático (porque era Livre Docente). Ocupou o cargo até que as circunstâncias o permitiram, sendo levado a se demitir em decorrência do golpe de 1964 (OLIVEIRA, 2003, p. 14).

Retirando-se da docência da USP, realizou trabalhos de consultoria e o doutorado em Sociologia, na mesma Universidade, entre 1962 e 1964, tendo como orientador Florestan Fernandes. Em 1968 foi convidado a retornar a

lecionar na instituição, contudo, com a decretação do Ato Institucional nº 5, foi aposentado compulsoriamente de suas funções docentes que exercia. Colaborou e trabalhou no CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), retornou a lecionar na USP, em 1984.

O professor Singer lecionou na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), Secretário de Planejamento da Prefeitura de São Paulo, durante a gestão de Luiza Erundina, e coordenou as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas, da USP, sendo referência recomendada em economia solidária no Brasil (OLIVEIRA, 2003).

No início dos anos 2000 assumiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e passou a definir uma série de ações para integrar os empreendimentos, que compõem a realidade econômica no País. Para a SENAES a economia solidária baseava-se em

[...] uma forma de produção e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano, e não no capital de base, associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida (BRASIL, Ministério, 2006, s.p.)

De acordo com a Lei nº 10683, de 28 de maio de 2003, foi definida a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, ficando esta instituição imbuída dos seguintes propósitos:

I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério;

II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;

III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;

IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;

V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;

VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;

VII - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;

VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;

IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;

X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;

XI - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais;

XII - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;

XIII - supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;

XIV - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério, em sua área de competência;

XV - articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência. (BRASIL. Casa Civil, 2003).

O objetivo da Secretaria era proporcionar o desenvolvimento de negócios populares, em parceria com ONG, Igreja Católica, por meio dos seus projetos sociais, assim como a própria sociedade, através dos indivíduos que se encontrassem inseridos em experiências de economia popular e/ou solidária, proporcionando uma aliança, - mesmo que extremamente frágil -, entre o Estado, movimentos de economia popular e setores da sociedade. Estabeleciam o processo que Mance (2003, p. 81) denominou como a criação de redes de solidariedade, o que proporcionaria, não apenas a criação de postos de trabalho e renda para os trabalhadores, - que se encontram excluídos do mercado de trabalho -, mas contribuindo para a construção de uma sociedade menos desigual, sustentada nos valores da solidariedade

[...] integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço em uma mesma organização. Todos se propõem a praticar o consumo solidário, isto é, comprar produtos e serviços da própria rede para garantir trabalho e renda aos seus membros e para preservar o meio ambiente.

Por outro lado, uma parte do excedente obtido pelos produtores e prestadores de serviços com a venda de seus produtos e serviços na rede é reinvestida na própria rede para gerar mais cooperativas, grupos de produção e microempresas, a fim de criar novos postos de trabalho e aumentar a oferta solidária de produtos e serviços. Isso permite incrementar o consumo de todos, ao mesmo tempo em que diminui o volume e número de itens que a rede ainda compra no mercado capitalista, evitando com isso a riqueza produzida na rede seja acumulada pelos capitalistas. O objetivo da rede é produzir tudo o que as pessoas necessitam para realizar o bem viver de cada um, de maneira ecológica e socialmente sustentável (MANCE, 2003, p. 81-82).

O Quadro 2 permite a maior compreensão da estrutura da SENAES, desde sua criação, o modo de ação com os empreendimentos da economia popular e/ou solidária, abaixo, composto pelo autor, com base em Barbosa (2007, p. 23)

Quadro 2 - BASES GOVERNAMENTAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

CONCEPÇÃO	Atividades econômicas- de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito- organizados sob a forma de autogestão (propriedade coletiva do capital e participação democrática- ‘cada cabeça um voto’)
PROGRAMA	Economia Solidária em Desenvolvimento
OBJETIVOS	Fortalecer e divulgar a economia solidária nacional, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO	<p>Elaborar e propor medidas para articulação de políticas de finanças solidárias;</p> <p>Intervir na revisão da legislação de cooperativas e propor estatuto do empreendimento autogestionário;</p> <p>Fortalecer os empreendimentos por meio do fomento material, articulação das cadeias produtivas e apoio ao consumo ético e ao comércio justo;</p> <p>Estimular a produção de conhecimentos, sistema de avaliação e de informações sobre economia solidária;</p> <p>Fortalecer os espaços de organização da sociedade civil e demais entes governamentais para formulação de políticas públicas para o setor.</p>
PÚBLICO- ALVO	Trabalhadores em risco de desemprego, trabalhadores autônomos, trabalhadores informais, pequenos produtores familiares rurais e urbanos, redes de economia solidária(cooperativas, empresas autogestionárias, associações e outros), agência de fomento da economia solidária, fóruns municipais e regionais de desenvolvimento, beneficiários de programas governamentais de inclusão social.
ESTRUTURA DA SENAES	<p>Departamento de Estudos e Divulgação</p> <p>Departamento de Fomento à Economia Solidária</p>
LINHAS DE AÇÃO	<p>Funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária</p> <p>Fomento à geração de Trabalho e Renda em atividades de Economia Solidária.</p> <p>Constituição e consolidação de políticas públicas de economia solidária.</p> <p>Promoção do consumo Ético</p> <p>Assistência Técnica para Geração de Finanças Solidárias</p>

Fonte: BARBOSA, 2007, p, 231.

A criação e manutenção da Secretaria, no âmbito do Ministério do Trabalho, causaram conflitos com outros setores do Governo Federal, pois esse órgão visava elucidar os diversos problemas, enfrentados pelo setor do sistema de trabalho mais desassistido, que são os indivíduos desempregados, ou que se encontravam em situações de trabalho precárias, e que necessitavam de apoio institucional para mudar essa realidade.

O economista Paul Singer manteve-se a frente da SENAES desde 2003, ainda no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, exerceu importante influência no cargo e possibilitou o avanço das políticas públicas, de incentivo a economia solidária no País. Sua saída da secretaria e bem como de toda sua equipe, em 2015, significou um rompimento com o trabalho que vinha sendo realizado por um dos grandes pensadores do assunto e de profissionais que o assessoravam. Assumiu o órgão Ronaldo Nogueira, indicado pelo novo governo interino, após o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016.

Mesmo afastado da secretaria, Singer ainda prosseguiu na busca pela aprovação da Lei 4582/ 2011, de autoria de Luiza Erundina, Paulo Teixeira, Eudes Xavier, entre outros. A Lei visa a criação de uma Política Nacional de Economia Solidária e, conseqüentemente, a criação do Sistema Nacional de Economia Solidária, possibilitando a regularização da economia solidária no País, seguindo exemplo de países como a França, Itália, México, Espanha e Portugal. A aprovação da Lei pode propiciar o amplo desenvolvimento para esse setor da economia brasileira OLIVEIRA, (2003).

Economia dos setores populares na Bahia

O Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES) é um órgão ligado a Secretaria do Trabalho Renda e Esporte (SETRE), onde sua função é acompanhar os projetos de apoio a Economia Solidária.

Composição do CEES

I - 01 (um) representante da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, que o presidirá;

II - 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES;

III - 01 (um) representante da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI;

IV - 01 (um) representante da Secretaria da Educação - SEC;

V - 01 (um) representante da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI;

VI - 01 (um) representante da Agência de Fomento do Estado da Bahia - DESENBAHIA;

VII - 01 (um) representante da Secretaria Executiva do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza do Estado da Bahia - FUNCEP;

VIII - 04 (quatro) representantes de Empreendimentos de Economia Solidária;

IX - 03 (três) representantes de Entidades de Assessoria e Fomento a Empreendimentos e Redes de Economia Solidária e de Comércio Justo e Solidário;

X - 01 (um) representante da Coordenação do Fórum Baiano de Economia Solidária - FBES;

XI - 01 (um) representante da Superintendência Regional do Trabalho na Bahia - SRTE-BA.

(BAHIA. SERTRE. CEES, s. d.)

A SESOL, com o apoio da Secretaria do Governo Federal, buscou utilizar a economia dos setores populares e a solidária, como forma de emancipação dos indivíduos, e de suas famílias, fortalecendo os empreendimentos autogestionários. Entre as principais propostas da Secretaria se destacam

I - Apoio à geração de trabalho e renda em atividades de economia solidária.

II - Promoção de ações de geração de trabalho e renda para população carente.

III - Apoio às cooperativas e associações atuantes com resíduos sólidos.

IV - Implantação e manutenção dos centros públicos de economia solidária.

V - Apoio à implantação de instituições de finanças solidárias.

VI - Atualização do sistema estadual de informações em economia solidária.

VII - Apoio à implantação e manutenção de incubadoras públicas.

VIII - Apoio à trabalhadores organizados em autogestão para recuperação de empresas.

IX - Realização de eventos sobre economia solidária.

X- Apoio à concessão de crédito produtivo e orientado.

XI- Capacitação gerencial de empreendedor de micro e pequeno negócio.

XII- Publicidade de utilidade pública- Economia solidária.

XIII- Formação de educadores para atuação em Economia Solidária (BAHIA. SETRE. **Sobre a SESOL.** s.d.).

A Superintendência de Economia Solidária (SESOL) dividiu-se em três setores com o objetivo de estreitar as relações com os empreendimentos: a Coordenação de Fomento de Economia Solidária (COFES), cuja atuação tem como objetivo ampliar as linhas de comércio dos produtos executados pelos empreendimentos dos setores populares com outros setores, a Coordenação de Formação e Divulgação (COFD), cuja proposta de ação se refere ao estudo e desenvolvimento de novas tecnologias e sua divulgação, para serem empregados na economia dos setores populares, a Coordenação de Micro Finanças (COMFIS), que fica responsável em ampliar o acesso dos empreendimentos as linhas de crédito com a proposta de desenvolver e ampliar as atividades realizadas (SETRE, 2016).

Entre as linhas de crédito, que o Estado disponibiliza para os pequenos empreendedores, destaca-se o CREDIBAHIA, com postos em quase todos os municípios baianos, com linha de crédito que contempla os micros e pequenos empreendimentos, que têm maior dificuldade na obtenção de empréstimos e financiamentos nos bancos públicos e privados. Esse crédito possibilita a ampliação das atividades realizadas, assim como permite o investimento na obtenção de equipamentos para o empreendimento (SETRE, 2016).

De acordo com a SETRE, é possível se obter empréstimos que variam de R\$ 500,00 até R\$ 10.000, com taxas de juros que variam de 0,55% até 1,3%, tendo como prazo de pagamento, de seis até vinte e quatro meses. Entre as condicionantes, é necessária a presença de um avalista individual, ou um aval solidário, para que seja requerido o benefício. Normalmente é o que dificulta a obtenção do recurso (SETRE, 2016).

A SETRE (2016) também desenvolve trabalhos com incubadoras, visando promover processo de educação comunitária, com o intuito de fortalecer os empreendimentos em laços de cooperação, a sustentabilidade e a solidariedade, buscando reduzir os riscos de distorção dos valores solidários, que podem afetar parte dos empreendimentos, tornando-os empresas mais capitalistas do que populares e/ou solidárias.

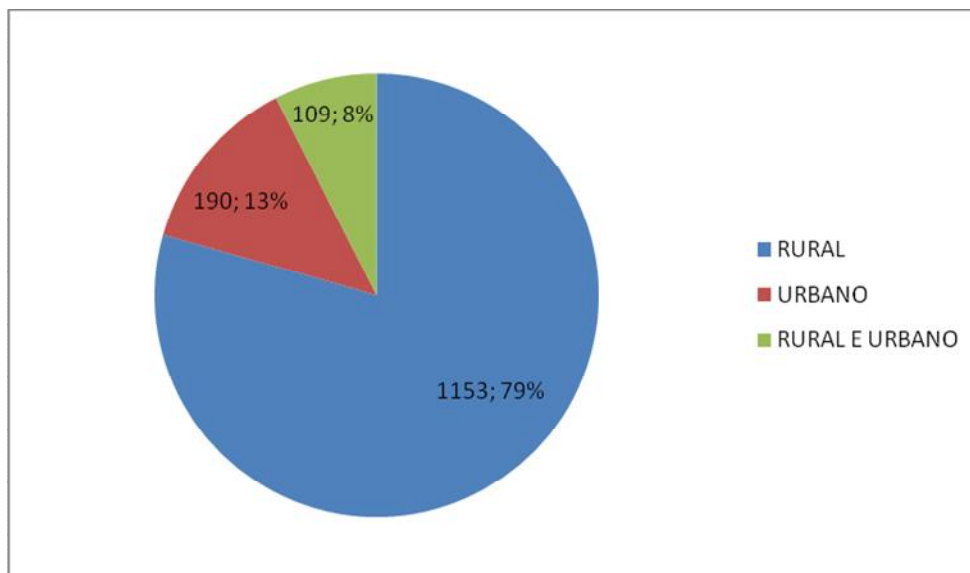
Os interessados podem fazer parcerias com incubadoras de produção específica, denominadas de Incubadoras Temáticas, buscando estabelecer

modos de produção, consumo e distribuição ou as Incubadoras Territoriais, que trabalham as particularidades de cada região e território, estimulando o desenvolvimento local. Também podem recorrer às Incubadoras Universitárias, na qual as universidades, os docentes e discentes, interagem com os empreendedores populares -, e em parceria, buscam solucionar ou amenizar problemas sociais, e propiciar a transformação dos indivíduos e de suas realidades.

Como se pode verificar, com base nos dados, fornecidos pela Economia Solidária, (ECOSOL), que registrou no seu Atlas digital todos os empreendimentos solidários que estão registrados no órgão, no qual, é indicado todo o território nacional, que informa uma série de dados, ligados ao objeto do presente estudo.

Ao analisar o Estado da Bahia é possível compreender melhor o modelo organizacional dos empreendimentos. No Gráfico 1, abaixo são identificados os empreendimentos baianos, nas zonas rural e urbana, onde o objetivo é proporcionar meios de subsistência aos seus habitantes.

Gráfico 1 - Empreendimentos na área urbana e rural do estado da Bahia



Fonte: ECOSOL, 2017.

Ao analisar o Gráfico1 identifica-se a existência de 1.153 empreendimentos populares na área rural, no Estado da Bahia. Essa predominância é compreensível, pois, num País, com atividades agrícolas, desde tempos

remotos, foi no campo que se iniciou o pensamento solidário e cooperativo. O Governo do Estado da Bahia, com o governador José Marcelino Souza, que incentivou, além da criação de sindicatos, dentro destes a criação de cooperativas.

Na zona urbana foram identificados apenas 190 empreendimentos, numericamente muito menor do que foram encontrados nos dados colhidos referente à zona rural. As atividades constatadas no referido Atlas apontam para 109 empreendimentos envolvendo ao mesmo tempo, campo e cidade, sem declarar a sua natureza.

Esses empreendimentos da zona rural normalmente se encontram em situação de extrema precarização, onde os trabalhadores recebem remunerações insuficientes para realização de suas atividades, possuem péssimas condições de trabalho, má conservação de seus instrumentos, assim como se ressentem da ausência dos direitos sociais. Existe, ainda, um número considerável de trabalhadores rurais que exercem suas funções sem o registro na carteira profissional de trabalho.

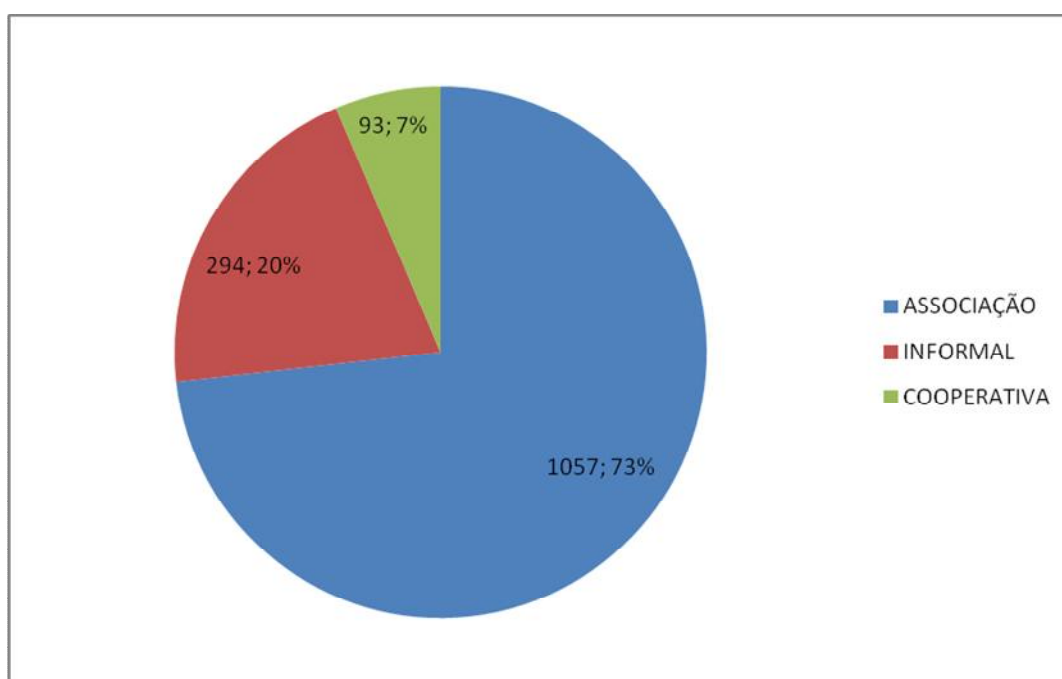
Para mostrar os resultados, o Governo do Estado criou os Centros de Economia Solidária (CESOL). Esses Centros são espaços destinados à visitação do público, em geral, cujo objetivo é promover a interação entre os bens produzidos, por empreendedores dos setores populares e a população. Para tanto, são destinados espaços, em locais e feiras públicos, - quando os empreendedores pagam uma taxa -, para a exibição de seus produtos, promovendo a comercialização das obras confeccionadas pelos integrantes das entidades ligadas ao programa. Promove um conjunto de ações para formação dos empreendedores, - através de cursos de capacitação e gestão -, divulgação dos resultados, além de permitir a interação social e política entre seus membros. O valor arrecadado, com a comercialização, é destinado aos produtores (SETRE, 2016).

Foram implantadas nove unidades do CESOL, em Salvador e outras cidades, que exercem influência sobre todo território baiano. As unidades localizam-se nos seguintes locais, em Salvador: Comércio, Mares, Barra, - Centro que atende alguns empreendimentos do Engenho Velho da Federação -, e

Sussuarana e, no interior, Guanambi, Itabuna, Pintadas, Juazeiro, Cruz das Almas. Cada Centro procura interagir com a comunidade, oferecendo condições para o melhoramento de seus empreendimentos (SETRE, 2016).

Entre os tipos de empreendimentos dos setores populares e solidários, existentes na Bahia, foram referenciados no Atlas de economia solidária, três grandes grupos, as associações, as cooperativas e o grupo informal, cujos dados, obtidos nas pesquisas de campo, vistos no Gráfico 2, mostram o número de empreendimentos, de cada grupo, no território baiano.

Gráfico 2 - Formas de empreendimentos na Bahia



Fonte: ECOSOL, 2017

Este Gráfico 2 mostra os tipos de grupos, no Estado da Bahia, possuindo 1057 empreendimentos cadastrados como Associação, enquanto que o grupo informal, em segundo lugar, tem apenas 294 e as cooperativas contam com 93, segundo os dados da ECOSOL (2017).

Um dos grandes desafios, que se apresenta aos empreendimentos populares, destaca-se a baixa remuneração dos trabalhadores, que os integram, o que obriga uma parcela desses indivíduos a buscar outras atividades, muitas vezes

em outros locais e empreendimentos, com o objetivo de complementar a sua renda, como se pode visualizar no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Renda obtida pelos sócios



Fonte: ECOSOL, 2013.

A parcela em azul escuro indicam os associados, que têm as suas atividades realizadas nos empreendimentos dos setores solidários, como sua principal fonte de salário, demonstrando que as iniciativas solidárias das associações, ainda não tiveram sucesso, quanto a possibilitar a sobrevivência dos trabalhadores, numa única atividade. A parcela que se encontra nesse Gráfico 3, marcado em azul claro demonstra que, no Estado da Bahia, os valores, obtidos pelos empreendedores se dão mais nas atividades complementares de rendimentos, de forma simultânea.

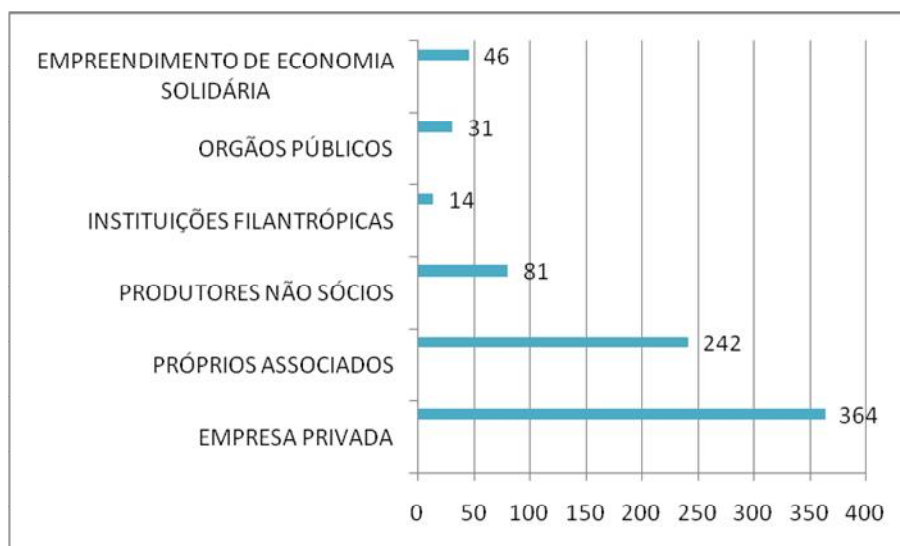
Os empreendimentos dos setores populares, como associações e cooperativas, na Bahia, estabelecem outro tipo de relação diferente com os produtores, por lidarem com propriedade coletiva, na qual os equipamentos, - para produção dos gêneros, a que se propõem -, pertencem a todos os membros, assim como o poder de decisão de novas propostas que são também uma proposta de ação coletiva.

Os associados têm uma trílice relação com a cooperativa: como donos, como usuários e como investidores, cumprindo assim simultaneamente os papéis de agente principal. Essas três relações implicam cada uma, responsabilidades e recompensas específicas (AMODEO, 2006, p. 155).

Mesmo com o crescimento dos empreendimentos dos setores populares, na Bahia, e em todo território nacional, estes não se tornaram auto-suficientes, visto a dependência de outra atividade para sobreviver, pois as associações e cooperativas continuam sendo abastecidas, pelos insumos e matéria prima, de empresas particulares, confirmando o que Santos (2008) denominou a “relação de dependência do abastecimento do circuito inferior da economia”, ao consumir produtos elaborados por empresas que integram o circuito superior da economia, conforme mostra o Gráfico 4.

Esse Gráfico salienta a necessidade de se ampliar a produção de insumos e matérias primas, pelos próprios empreendimentos populares e/ou solidários, buscando construir uma estrutura de produção e consumo mais ampla, fortalecendo com isso os empreendimentos envolvidos, sem necessidade de somar outras atividades complementares.

Gráfico 4 - Produtores de insumos e matéria- prima



Fonte: ECOSOL, 2017.

Amodeo (2006) apontou a necessidade de se adotar à educação cooperativa, como princípio essencial para o desenvolvimento e sua manutenção, nos princípios de empresas não capitalistas, estabelecendo relações de respeito e solidariedade entre seus membros, o que proporcionaria um avanço na produção de seus itens e o estabelecimento de formas de trabalho dignas para todos os membros.

A capacitação cooperativa diferencia-se de uma simples capacitação em gestão destinada a produtores, operários ou usuários em geral. O objetivo da mesma não é só melhorar a gestão econômica, mas também, reforçar a própria relação com os cooperados e democratizar a informação e o poder (AMODEO, 2006, p. 168).

È sobre a realidade da economia popular, como meio de crescimento e transformação social, que se analisará como os empreendimentos populares, localizados no Engenho Velho da Federação, colaboraram e colaboram com seus habitantes e com a própria comunidade.

Capítulo 3 - FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BAIRRO

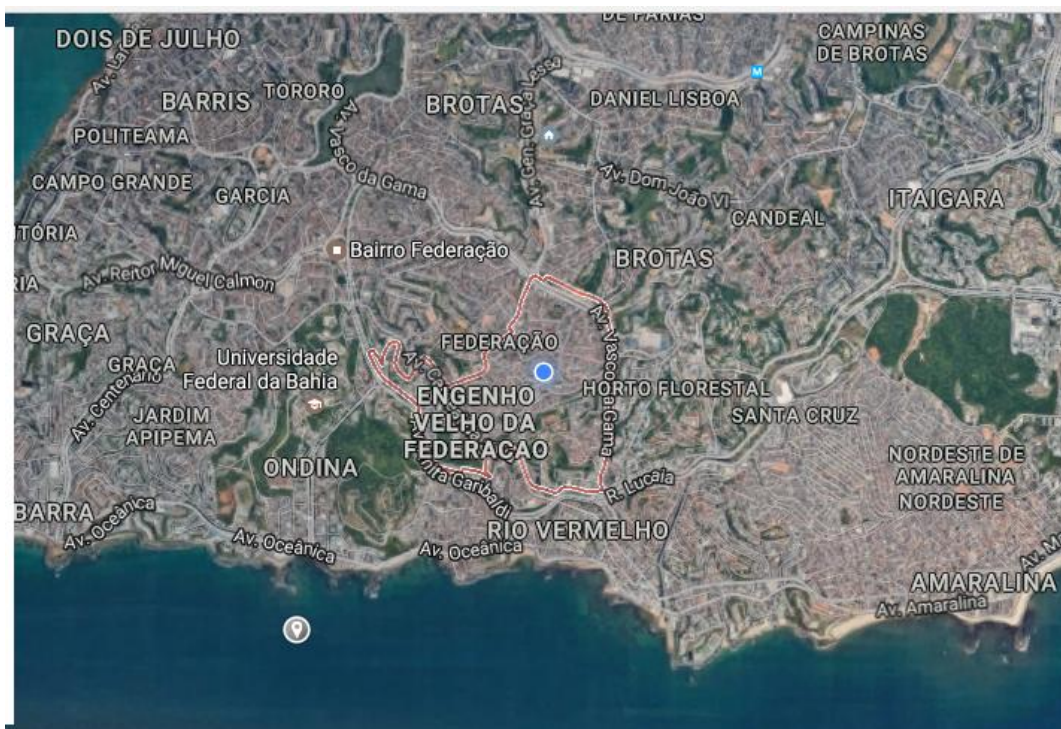
Primeiros ocupantes do território

Para identificar as características do território, se busca descrever, - na medida em que foram encontradas fontes, que elucidassem como ocorreu o processo histórico de ocupação do Engenho Velho da Federação -, quais os aspectos prevalecem ainda na atualidade e como se dão as relações entre seus habitantes e que lugar este ocupa no bairro. A abordagem terá como principal objetivo identificar a complexa dinâmica interna do bairro, resultante de sua ocupação através dos anos.

Na cidade de Salvador, os bairros retratam algumas particularidades históricas, durante o procedimento de expansão da cidade. Em função disso, se busca contextualizar o Engenho Velho da Federação, identificando e buscando compreender como ocorreu a ocupação do espaço que é identificado, na atualidade, como um dos bairros de Salvador.

Pelo fato de não existir um mapa delimitador dos bairros, contidos no território de Salvador, publicado oficialmente pela Prefeitura Municipal e os existentes não apresentam as divisões atualizadas, tem-se a possibilidade de utilizar as localizações através dos registros oficiais do IPTU, entretanto, estes também são imprecisos, quanto aos limites dos bairros.

Mapa 1 – Engenho Velho da Federação e seus limites



FONTE: Google maps, 2017.

Consultados os moradores, através de entrevistas, identificou-se que, a maioria daqueles que emitiram sua opinião, e questionados quanto ao seu sentimento de pertencimento, mantiveram o tratamento de bairro independente, vizinho ao da Federação, o Engenho Velho da Federação. A designação de bairro é corroborada pelo estudo “O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes” (SANTOS *et al.*, 2010, p. 64), que o identifica, da mesma forma, como um bairro⁴. Dadas as suas características peculiares, se adotará, nesta dissertação, a designação bairro ao tratar o foco principal em estudo.

Os primeiros registros, encontrados no início do século XIX, que falam sobre o território, hoje ocupado pelo bairro, que era, então, denominado Bogum ou Alto do Bogum, - referindo-se ao Terreiro de Candomblé da mesma designação, terreiro da nação jeje (PARÉS, 2007), povo originário do Sudeste do Benin -, que hoje é conhecido como Engenho Velho, da Federação.

⁴ O próprio diretor das prefeituras de bairro, Reinaldo Braga Filho, afirmou que essa pesquisa vem sendo utilizada como referência pela atual gestão municipal (MENDES, 2016).

Ainda no século XIX, foram acrescentados outros terreiros de candomblé, entre os quais o mais conhecido é o da Casa Branca, que se instalaram nas imediações dos terreiros da nação jeje. Esse local era denominado Engenho Velho de Baixo, que possibilitava pouca visibilidade e permitia que se escondesse da perseguição policial, na época em que o candomblé era visto como infração e seus praticantes vistos como feiticeiros. Isso foi constatado por Carneiro (1991), que confirmou o fato dos seus adeptos buscarem lugares no meio do mato, considerando que seus cultos estavam intimamente ligados à natureza “Os candomblés situam-se, a bem dizer, no meio do mato, nos arrabaldes e subúrbios mais afastados da cidade. Em geral estão localizados em sítios de difícil acesso” [...] (CARNEIRO, 1991, p.39).

Considerado como feitiçaria, para os membros do candomblé poderem realizar seus rituais, deviam pedir licença à Polícia, até os anos de 1940 aproximadamente, em especial licença da Secretaria de Jogos e Costumes, do Estado. Sem a licença, os candomblés sofriam com a perseguição policial e os instalados no Engenho Velho da Federação sofreram críticas, mesmo por parte dos juízes de paz de outros distritos.

Foi o caso de Antonio Gomes de Abreu Guimarães, juiz de paz da freguesia de Nossa Senhora de Brotas que comunicou a José Gordilho de Barbuda o Visconde de Camamu, então presidente da província da Bahia, a realização de festejos com a colocação de enfeites no distrito do Engenho Velho, em 1829 REIS (1989, p. 33, 35), assim como incursões da polícia nas primeiras décadas do século XIX, como destacou PARÉS

[...] em 1831 o mesmo Antônio Guimarães, com uma tropa de 30 soldados, sob o comando de um certo capitão Matos, invadiu, embora fora dos limites de sua freguesia, mais de 30 casas de africanos no distrito do Engenho Velho, onde se encontraram tambaques, santos e instrumentos de seus diabólicos festejos [...] (PARÉS, 2007, p. 131).

Complementado com o testemunho de Reis que comunicou

[...] mas a blitz não terminou aí. Já no caminho de volta, uma denúncia levaria a tropa a um prêmio maior: “saiu-nos um homem ao encontro e disse-nos que subíssemos aquele monte e no cimo⁵ dele acharíamos uma casa, que de contínuo existia nela pretos e pretas com danças, toques e venturas”. E assim era descoberto mais um ativo terreiro, onde as divindades africanas se incorporavam regularmente entre os vivos e onde se praticava adivinhação (REIS, 1989, p. 56-57).

Essas investidas policiais ocorreram nos terreiros da Casa Branca e do Bogum, respectivamente, estruturas que ainda no presente mantêm-se no mesmo lugar da sua criação, embora seu entorno tenha sofrido acentuadas mudanças em momentos posteriores.

A presença de policiais no Engenho Velho mostra que os terreiros, além de estarem instalados nos respectivos locais, encontravam-se com toda sua estrutura de rituais já estabelecido, fazendo-se conhecido aos frequentadores, negros e brancos dos batuques daquela época. Esses eventos poderiam ocorrer por dias, fazendo-se necessária complexa organização na elaboração (REIS, 1989).

Em princípio, os membros e praticantes do candomblé construíram as primeiras casas de taipa, próximas ou em torno dos terreiros da Casa Branca e do Bogum, mantendo-se próximos a localidade, não só para manter a limpeza e segurança dos respectivos lugares ocupados, quanto à dificuldade de acesso, por falta de infraestrutura de locomoção. O terreiro da Casa Branca, segundo (Carneiro, (1991) foi o primeiro terreiro a funcionar regularmente na Bahia

A data da sua fundação remonta, mais ou menos, a 1830, de acordo com cálculos feitos por mim, embora haja quem lhe dê até 200 anos de existência. Fundaram o atual Engenho Velho três negras da Costa, de quem se conhece apenas o nome africano- Adêta (talvez IyáDêta), IyáKalá e IyáNassô (CARNEIRO, 1991, p.56).

Nas proximidades da área encontravam-se outros terreiros de candomblé, que contavam com construções modestas nas proximidades, entre eles

⁵ Era a localização do Terreiro do Bogum.

destacavam-se o candomblé do Acú, ambientado em Brotas, no Caminho do Rio Vermelho, entre outros (REIS, 1989).

O método de início de constituição e estruturação do bairro, através dos primeiros moradores, pessoas negras, descendentes de africanos e de baixa renda. Ramos (2013) supõe que

O processo de territorialização pelas populações negras, foi constituído na cidade de Salvador, desde o período escravista, gerando um ‘fio invisível’ marcado pelas territorialidades culturais afro-brasileiras, conformando identidades étnicas (RAMOS, 2013, p.115).

A escolha da localidade para a instalação do terreiro pode ter ocorrido devido encontrar-se na proximidade com elementos vitais para a execução dos ritos e iniciações como a água, a terra e a vegetação. Por outro lado, desde a construção da cidade do Salvador, os edifícios religiosos católicos foram sempre recomendados que se construísse fora dos muros da cidade. Salvador nasceu na atual praça Municipal, não passava da rua da Misericórdia e nem chegava à praça Castro Alves. A Sé e a igreja dos Jesuítas, a atual Catedral, São Bento, Igrejas de São Francisco e do Carmo foram construídas fora dos muros iniciais da cidade.

O grupo menos abastado, em sua maioria negra, utilizava o solo para o plantio de gêneros de subsistência e árvores frutíferas. Essa realidade ocasionou, em alguns casos, a criação e o arrendamento de lotes, passando a serem adquiridos por alguns rendeiros, como relatou Astrogildo Bonfim de Jesus, nascido em 1912, na atualidade o morador mais antigo do bairro. Informou que o pai foi um dos primeiros moradores do Engenho Velho no século XIX. O mesmo trabalhava na Companhia Metropolitana e foi encarregado da obra de meio-fio da Fonte Nova até o Rio Vermelho. Uma parte das terras dessa localidade “foi dada ao meu pai, mais especificamente na parte da Vasco da Gama, para que ele pudesse fazer o barracão, para substituir, posteriormente, por uma casa” (JESUS, 10 set; 2016).

Segundo sua informação, alguns operários construíram suas casas, mas outros não, “com medo de morar no meio do mato” (JESUS, 2016). O bairro começou a crescer graças ao trabalho de Astrogildo de Jesus, que lutou, mas não conseguiu atingir seu objetivo, que era aumentar e melhorar o bairro. Ele deu continuidade ao trabalho do pai, Manoel Bonfim de Jesus, falecido aos 95 anos e que emprestou seu nome à ladeira do Bogum, que dá acesso à Vasco da Gama (JESUS, 10 set. 2016).

Por intermédio de entrevistas, feitas entre os membros do Terreiro do Bogum, muitos definem a aparição da localidade, no século XVIII, a partir do agrupamento de escravos, fugidos de outras propriedades. Por meio da análise de Rego, pode-se compreender o método

Em 1724, limítrofe com as terras do Convento de São Bento, no Rio Vermelho, e na fronteira com a atual Avenida Cardeal da Silva (antiga estrada da Federação), existia um engenho que, “por se colocar divisória de granito, ficou, até hoje, na toponímia urbana, conhecido como Pedra da Marca (Rego, s. d.).

Existem informações diversas sobre o início do sítio. A falta de informações confiáveis e sequenciais dificultam a organização cronológica dos acontecimentos e da participação dos indivíduos que fizeram parte da história do Engenho Velho da Federação. Em função disso, recorreu-se às entrevistas e à memória dos moradores para obter dados, porém normalmente as informações são eivadas de fantasias e imaginário, permeando-as. Relativizando essas características, vez por outra, se utiliza informações repassadas pelos entrevistados que se dispuseram a narrar o que sabiam.

O Campo Santo e o bonde alargando os limites da cidade

No decorrer do século XIX, ocorreu o início de obras de abertura da rua ou Estrada de São Lázaro próxima à antiga estrada do Rio Vermelho, localizada nos inícios da Rua Caetano Moura. Embora seu projeto estivesse cogitado,

desde o início das obras no Campo Grande e arredores, a partir da abertura de vias de acesso para o Bom Gosto do Canela

Do Bom Gosto, o Campo Grande fora unido ao cemitério do Campo Santo, desde 1812, pela estrada cuja obra foi principiada por ordem do Conde dos Arcos, mas só foi terminada em 1853 (FLEXOR, 1999, p. 61).

Paulatinamente com as obras de ligação da estrada do Rio Vermelho, a área deixa de ser roça, para iniciar o adensamento do território.

As terras do alto da colina, estendendo-se para a atual avenida Centenário e para o Alto das Pombas, pertencia à fazenda São Gonçalo, que foi adquirida, em 1835 pela empresa administradora do cemitério, a Matos e Cia, com a proposta de iniciar imediatamente às obras de construção, além de obras de infraestrutura adjacentes, por meio da construção e manutenção de estradas que ligariam a parte central da cidade ao cemitério e seu entorno, como se vê nas Figuras 1 e 2, que podem ser vistas nas páginas seguintes.

Assim o principal acontecimento, que permitiu a abertura de acesso em direção ao atual bairro da Federação, vizinho do Engenho Velho. Foi a construção do cemitério do Campo Santo, sendo o primeiro logradouro público com essa função da cidade. O cemitério foi construído depois da proibição do enterramento dos mortos no corpo das igrejas e devido à grande epidemia de Cólera Morbus que alcançou Salvador nos meados do século XIX. A primeira construção foi administrada por empresa privada, que não agradou a população que o destruiu, dando origem à chamada Cemiterada.

Esse episódio ocorreu em 25 de outubro de 1836. Membros das irmandades e organizações católicas, assim como membros da sociedade baiana se deslocaram em direção a Praça de Palácio. Nesse local protestaram em frente ao Palácio do Governo. Uma comissão foi recebida pelo então presidente da província, Francisco de Sousa Paraíso, que solicitou a revogação da Lei que proibiu a realização dos enterros nas igrejas. O presidente adiou a colocação em vigor da Lei, para o dia 7 de novembro, para que a Assembleia Provincial

julgasse o caso em sessão própria, com o intuito de acalmar a população revoltada (REIS, 1991).

O acordo entre a população e o presidente da província não acalmou os ânimos dos revoltosos, que se dirigiram para a sede do escritório da empresa Matos e Cia., responsável pelo Campo Santo, e apedrejaram o estabelecimento, lançando gritos contra os administradores do cemitério. (REIS, 1991).

A população armada de machados, paus e pedaços de ferro, dirigiu-se então para o recém-construído cemitério, ao chegar à área iniciou-se a depredação

No Campo Santo, o estrago foi quase completo, e os manifestantes não gastaram apenas uma hora, mas quase toda tarde. Uma avaliação dos danos feita posteriormente por uma equipe de pedreiros, carpinteiros, canteiros e ferreiros, enumerou: destruição do portão e colunas da entrada principal; dos pilares, grades, portão de ferro em frente à cavalaria e cocheira [...] (REIS, 1991, p. 17).

Só com a administração da Santa Casa da Misericórdia, se reconstruiu o Campo Santo, que se encontra, na parte mais alta da colina, em direção ao Rio Vermelho, então fora dos limites da cidade (REIS, 1989).

Figura 1 - VISTA PARCIAL DO CEMITÉRIO DO CAMPO SANTO, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX



Fonte: SANTOS, 2010, p. 18.

A Figura 1 mostra detalhe do cemitério do Campo Santo, no final do século XIX, no local onde se abriria a entrada para o Alto das Pombas, ainda pouco povoado. Ai se instalaram, como seus primeiros habitantes, os funcionários contratados a prestar serviços no cemitério, que construíram suas casas nas proximidades. A fotografia mostra a capela do Cemitério, em estilo neogótico, iniciada em 1870 e inaugurada quatro anos depois (REIS, 1991).

A construção do cemitério, fora dos muros da cidade, colaborou para estender o povoamento para além do Campo Santo, visto que se fez indispensável aplicação de recursos do governo em abertura de estradas, como eram então chamadas, a partir das obras de suporte de estrutura, como o alinhamento do terreno, a partir do local que tinha se iniciado o cemitério.

Os gastos com a estrada ligando o cemitério à cidade já aparecem no plano orçamentário de 1836 do governo provincial. Seriam designados onze contos e doze mil réis iniciais para essa obra, orçada em 21 contos e 864 mil réis. (REIS, 1991, p. 302).

Após esse episódio, a população só aceitou o cemitério quando a Santa Casa de Misericórdia concordou em administrá-lo, considerando que essa entidade

sempre fora encarregada do traslado dos corpos para o lugar da sepultura. Foram, sobretudo, os irmãos das instituições beneficentes, que tinham direito à sepultura no chão da nave, no adro ou no terreno da igreja de sua Irmandade, que promoveram a destruição do cemitério, além do mais, em especial, no Cemitério de Quintas, o terreno foi todo dividido entre as irmandades, cumprindo o acordo entre a população, Santa Casa e o governo.

Os primeiros defuntos a serem enterrados no cemitério, segundo Reis (1991), foram os indigentes e os escravos, depois vieram os doentes da Santa Casa, seguidos por alguns estrangeiros. O número de sepultamentos se ampliou, a partir de 1855, com a epidemia de Cólera Morbus, levando à morte considerável fração da população soteropolitana.

Figura 2 - Início da Rua Caetano Moura, junto ao Campo Santo



Fonte: SANTOS, 2010. p. 31.

A Fotografia 2 é da primeira metade do século XX, quando o local ainda estava próximo de pequenas roças, mas já tinha casas alinhadas, como se pode verificar no lado esquerdo da ilustração. Aponta-se informação diversa da citação abaixo, deslocando o início da Rua Caetano Moura, para o largo fronteiro do Cemitério.

[...] o bairro da Federação ainda era uma área de grandes fazendas e o fluxo de pessoas se estendia apenas ao Cemitério do Campo Santo, foi construída uma estrada partindo de onde hoje se localiza a Escola Politécnica da UFBA, até o viaduto da Federação (que corresponde à rua Caetano Moura). Como o caminho foi aberto em tempos de proclamação da República Federativa do Brasil, a nova passagem, foi chamada

de Estrada da Federação, dando origem assim, ao nome do bairro (SANTOS *et al.*, 2010, p. 60).

Após a construção do cemitério, foram realizadas, paulatinamente, obras de infraestrutura do local, destacando-se a construção e manutenções da Estrada do Rio Vermelho de Cima⁶, depois Avenida Cardeal da Silva, e a Estrada do Rio Vermelho de Baixo, ou Avenida Vasco da Gama o que propiciou mais facilidade no acesso de moradores às áreas de habitação, que foram surgindo em Salvador.

Ainda, no começo do século XX, em 1906, a ligação do centro da cidade ao Rio Vermelho se dava pela estrada do Rio Vermelho de Cima, passando pelo Campo Santo, e pela atual Caetano Moura e Avenida Cardeal da Silva.

Nessa mesma época, a cidade de Salvador passou por uma sucessão de transformações socioespaciais de seu território. Com o intuito de compreender, como ocorreram essas mudanças, se utilizou a obra de Santos (2012)⁷, que analisou e descreveu, os melhoramentos na cidade, desde os primórdios do processo de crescimento e expansão territorial até o adensamento populacional das localidades afastadas do centro da cidade, fenômenos que colaboraram para a modificação do espaço habitado de Salvador.

Entre os principais motivadores do crescimento populacional da cidade do Salvador, após 1940⁸ para Santos (2012) estava na absorção do excedente da mão-de-obra agrícola, - devido à estagnação de zonas produtoras de cacau no Sul e Extremo Sul baiano -, fazendo com que esses trabalhadores se direcionassem a capital na procura por trabalho e melhores condições de vida.

O crescimento populacional ocasionou a necessidade de abrigar a população, que não tinha condições de se manter nas proximidades dos postos de trabalho, - devido o alto custo de moradia -, passando o indivíduo a exercer um conjunto de funções, de natureza mais autônoma, como meio de prover seu sustento, destacando-se o comércio de utensílios, as lavadeiras de ganho, costureiras, carregadores, entre outros. Em consequência

⁶ Desde 1873, entre o Campo Grande e o Rio Vermelho servido pela Companhia Trilhos Centrais.

⁷ Data da primeira edição da obra de Milton Santos, 1959

⁸ Em 1940 a capital tinha 290.443 habitantes e passou, em 1950 para 417.235.(IBGE, 2010)

Os despossuídos aproveitam os espaços vazios sem mesmo indagar quem é o proprietário e aí constroem verdadeiros *bidonvilles*, bairros inumanos onde vivem seja como for; esses bairros são chamados invasões; o mais impressionante de todos é aquele construído sobre os manguezais aterrados com lixo, na península de Itapagipe⁹ (SANTOS, 2012, p. 53-54).

Nos anos 1940-1950, principalmente, ocorreram a ocupação de terrenos mais afastados do centro da cidade, como a Baixa de Santo Antônio, Roça das Sabinas, - e mesmo os Alagados -, em Itapagipe, e no Engenho Velho da Federação. Neste último, foi dada continuidade às modificações do tempo em que ocorreu a transição, - do século XIX para as primeiras décadas do século XX -, com a concentração da população, decorrente de todo o processo das construções das linhas de bonde, projetadas para se chegar ao Rio Vermelho. Vasconcelos (2002, p. 324) apontou, como um dos indícios desse aumento populacional, o número de donos de loteamentos que deram entrada, - para registro -, na Prefeitura, entre as décadas de 1930 e 1940.

Portanto, o Engenho Velho foi um dos locais que participou de todo esse contexto. Foi composto pelo território de duas fazendas. O proprietário de uma das fazendas, a Engenho Velho, era Hermógenes Príncipe de Oliveira¹⁰, que iniciou a venda de lotes, que passaram a integrar um novo núcleo habitado, guardando o nome original, Engenho Velho que, enquanto propriedade rural, se situava na Estrada da Federação ou do Rio Vermelho de Cima.

Na área, hoje ocupada pela Universidade Católica do Salvador, foi criado o Seminário da Arquidiocese, em parte da roça existente no local, marcando o limite oposto de acesso atual do Engenho Velho. Em comemoração ao recebimento barrete cardinalício, em 1953, pelo Arcebispo Primaz, D. Augusto Álvaro da Silva, Cardeal da Silva¹¹, realizou-se a benção da primeira pedra do Seminário Central, na Federação. Essa construção se deu em consequência da campanha da Comissão Central e Comissão de Finanças Pró-Construção desse Seminário, no terreno oferecido pela senhora Almerinda Martins

⁹ Conhecido hoje como Alagados.

¹⁰ Médico pediatra, empresário rural e político, tendo sido vereador, deputado estadual e federal em várias legislaturas.

¹¹ Motivo pelo qual a avenida recebeu seu nome.

Catharino da Silva¹², numa área de 144.473m². A Igreja, dessa forma, também colaborava com os festejos do jubileu. A doação se deu em torno de 1948 ou 1949 e o Seminário foi inaugurado em 1954 (FLEXOR, 2012). Isso explica as origens da substituição do nome de Engenho Velho de cima pelo novo nome da avenida.

Retrocedendo, na linha da história, têm-se notícias de que já nas décadas entre 1930 e 1940, - em função da divisão entre os herdeiros -, iniciou-se a divisão das terras das fazendas existentes nessa região, que começaram a ser loteadas por várias pessoas, sob a forma de arrendamento, locação ou venda. Esse processo se intensificou com a transferência de moradia de pessoas de origens diversas. Os primeiros lotes foram arrendados pelo próprio proprietário do Engenho Velho, na expectativa da valorização dos terrenos ou como reserva para suprir passagens adversas economicamente.

A origem do bairro, portanto, ocorreu a partir da unificação de duas fazendas, a fazenda Madre de Deus, que teve início nas proximidades da atual Avenida Cardeal da Silva, uma porção dos vales e da baixada, - conhecida como Baixa da Égua até o segundo largo do Madrugada -, que passou a compor o local. A segunda fazenda era a Engenho Velho, que iniciava nesse largo¹³, até os limites conhecido Engenho Velho de Brotas atual, segundo afirmou Santos (2011)

[...] a abrangência da fazenda da Roça do Engenho Velho abarcava também extensões de Brotas, formando o grande Engenho Velho. Devido ao processo de urbanização da cidade de Salvador, com os desmembramentos de terras, redefinições oficiais de subdistritos, e principalmente com a abertura da Av. Vasco da Gama, uma parte da fazenda se constituiu como Engenho Velho de Brotas e a outra parte em Engenho Velho da Federação (SANTOS, 2011, p. 122).

¹² Almerinda Martins Catharino da Silva era tia de Maria Laura Martins Catharino, - que herdou as terras correspondentes ao Engenho Velho -, e de Henriqueta Martins Catharino, filhas e herdeiras do Comendador Bernardo Martins Catharino e Úrsula Costa Martins Catharino.

¹³ Englobava parte dos lugares conhecidos como Rua Dulce, Palmeiras, Lajinha de agora.

Fazia parte desse território, a fazenda Madre de Deus, que pertencia à massa falida da Kelsch e Cia¹⁴, cujas terras foram compradas por Antônio Lopes Filgueira, em fevereiro de 1916, num total de 71 tarefas¹⁵, fazendo limite, com a fazenda Engenho Velho, - objeto deste estudo -, que pertenceu, inicialmente, a Eduardo Martins Catharino e, após o seu falecimento, passou para sua filha, Maria Laura Catharino e seu esposo Hermógenes Príncipe de Oliveira.

Após a separação do casal, em 1989, na partilha de bens, as terras, relativas ao território do Engenho Velho da Federação, ficaram para Hermógenes Príncipe de Oliveira, conforme verificado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Capital

Os bondes

O bonde foi um fator que forçou a abertura e melhoramento da Estrada do Rio Vermelho de Cima, tendo sido precedido pela linha que ligava o centro da cidade, a partir do Dique do Tororó, cortando o vale até o Rio Vermelho, mais embaixo (FLEXOR, 1999). Eram dois ramos de trilhos de bondes, das linhas 7 e 15 que, segundo Flexor (2003) que, com as demais que se espalharam pela cidade, redesenharam Salvador.

Dando continuação à ampliação das linhas de bonde, na década de 1950, foram alargados os limites da cidade de Salvador. Segundo Vasconcelos (2002, p. 328), “o Mapa da Prefeitura, de 1952, registrou como o sub-distrito era bem servido por linhas de bondes, com terminais no Canela, na Federação, na Barra Avenida e na Barra”, como se vê na Figura 3.

¹⁴ Não foi possível esclarecer proprietário e atividades.

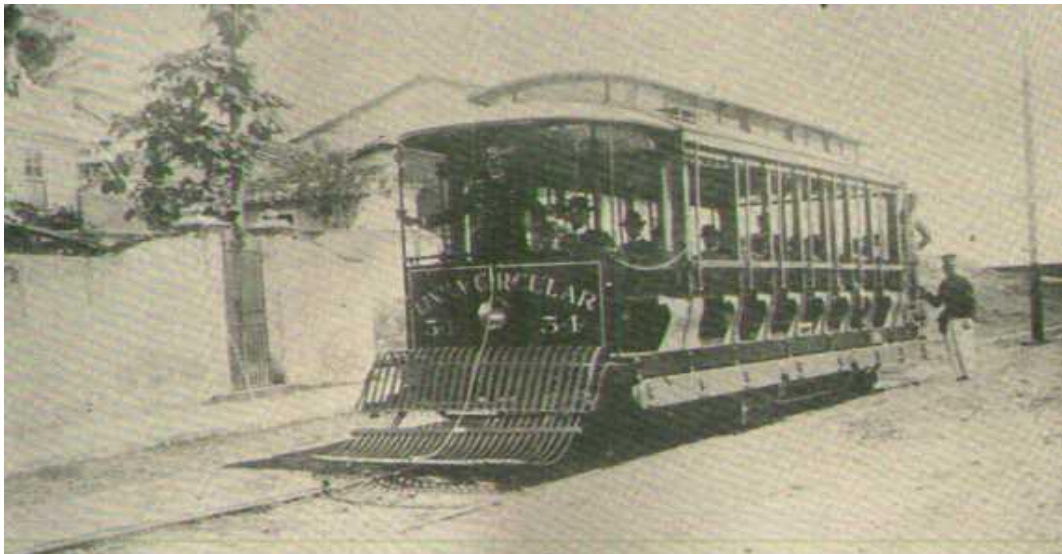
¹⁵ Dependendo do estado do Brasil, a tarefa tem um valor diferente em metros. Na Bahia equivale a Bahia a 4.356m².

Figura 3 - ESTRADA DA FEDERAÇÃO COM A LINHA 7 DE BONDES



Fonte: Coleção Allen Morrison s.d

Figura 4 - BONDE NA AVENIDA OCEÂNICA



Fonte: A CASA DO PEU. s.d. Posterior a 1922, caminho pela orla.

Com a construção da estrada da Federação e com a circulação de bondes nas proximidades do bairro que se formava, o deslocamento das pessoas foi facilitado por serem transportes coletivos, o que permitiu a construção de

habitações na área e suas redondezas, visto que era um momento de expansão da cidade, propiciando alterações no bairro do Engenho Velho da Federação.

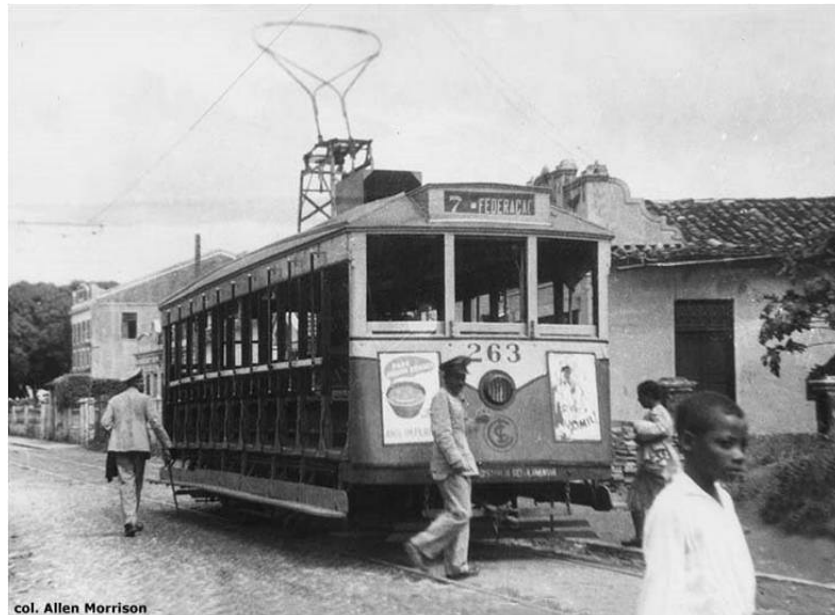
Na Figura 5 pode-se observar que a mata ainda era bastante densa, com escassas residências, com “ausência de obras de suporte de estrutura”, segundo narrou a moradora, Célia Marques (2016). Para chegar ao bairro, a partir, primeiro do Campo Grande, depois do centro da cidade, se tinha duas opções, ou por meio da Linha 7 do bonde, (Figura 5) até chegar na estação da Federação (Figura 6), de onde se caminhava a pé até o Engenho Velho da Federação, ou se chegava pelo bonde do Rio Vermelho de Baixo, Linha 15, que passava pelo o Rio Lucaia, a partir do Dique do Tororó, com parada no início da colina e subindo a pé a ladeira de barro.

Figura 5 - ESTRADA DA FEDERAÇÃO



Fonte: BAHIA, s.d.

Figura 6 - ESTAÇÃO DE BONDE DA FEDERAÇÃO



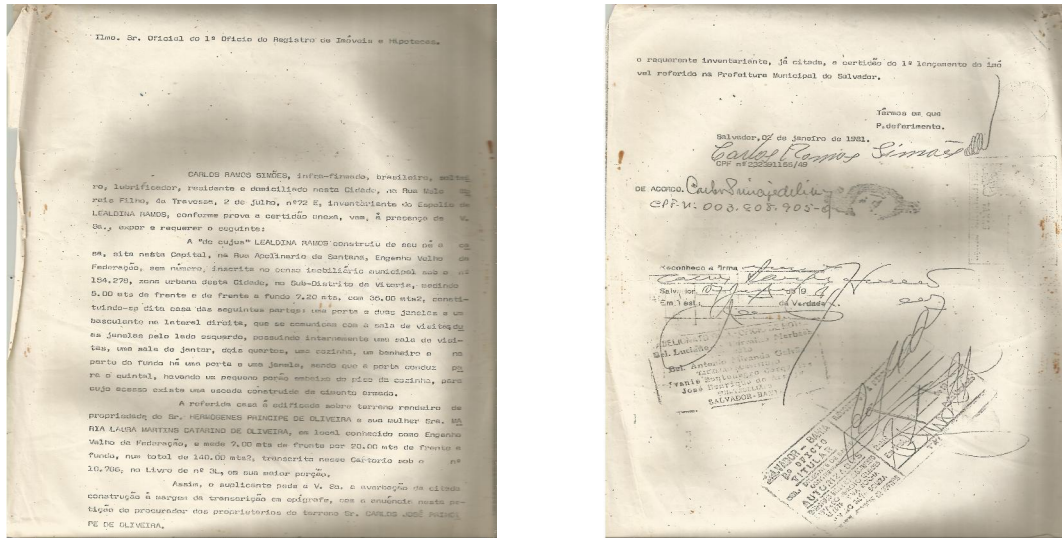
Fonte: Coleção Allen Morrison, s..d.

Esta Figura 6 já revela construções mais sólidas, nas proximidades do local de passagem do bonde, mas como indicou Carneiro (1991), - que observou as edificações -, elas foram construídas ao lado e ao longo dos trilhos do Rio Vermelho de Baixo, assim como nos seus arredores.

[...] Outros (bairros) como o Engenho Velho e o Gantois, ficaram à beira da linha do bonde, mas, ainda assim, dentro do mato [...] para todos esses candomblés a condução se faz a pé, de bonde, raramente de carro [...] (CARNEIRO, 1991, p. 39).

As edificações e o “urbanismo”

Figura 7 - PETIÇÃO DE AVERBAÇÃO DE DOCUMENTO NA PREFEITURA



FONTE: SIMÕES (1981).

Figura 8 - EXEMPLO DE MODELO DAS PRIMEIRAS CASAS CONSTRUÍDAS NO BAIRRO



FONTE: SIMÕES (1950)

As fotos dos documentos mostram a petição de averbação de lançamento da propriedade na Prefeitura de Salvador (Figura 7, ver Anexo 1). A casa, da Figura 8, a qual os documentos fazem referência, pertenciam a uma das moradoras, Lealdina Ramos, que habitou o bairro desde o início dos arrendamentos.

O documento se refere ao espólio dessa moradora, Lealdina Ramos, da qual o autor, Carlos Ramos Simões, foi inventariante. Segundo o documento o lote media 7,00m². de frente por 20,00m².de fundo, perfazendo 140,00m², dos quais apenas 36,00m² foram utilizados na construção singela da casa, que possuía 4 cômodos. Dividia-se em sala de visita, sala de jantar, dois quartos, cozinha e banheiro. Através da descrição, feita nessa petição de averbação da casa, tem-se um exemplo do tipo de moradia que foi se adensando no bairro.

O Engenho Velho da Federação é um local formado por terrenos extremamente acidentados, possuindo, em grande parte, vales, cumeadas, baixadas e encostas. Nessa realidade é que se iniciou o povoamento e a concentração populacional do bairro. Os moradores, com maior poder aquisitivo, adquiriram os lotes na parte mais alta e plana, que hoje é a Rua Apolinário Santana, a principal via de acesso, enquanto que os moradores menos abastados ocuparam as baixadas e encostas, construindo casas de padrão simples, que permanecem na atualidade.

Figura 9 - RUA DAS PALMEIRAS, NA DÉCADA DE 1970



Fonte: SANTOS, 2010, p. 33.

A Rua das Palmeiras, mostrada na Figura 9, da década de 1970, - uma das ruas que dá acesso à Avenida Vasco da Gama, de terreno extremamente acidentado -, mostra a ausência de infraestrutura e as construções são todas de padrão simples.

Figura 10 - ESCADARIAS DA RUA DAS PALMEIRAS, 1968



FONTE: Fundação Gregório de Mattos, 1968.

O cenário precário, de acesso à Rua das Palmeiras, retratado na Figura 10, - ligando o Engenho Velho da Federação à Avenida Vasco da Gama -, ilustra a ausência total de saneamento básico. Os habitantes, desde longa data, ficavam expostos a ter que ultrapassar o riacho, passando por uma pinguela e conseguir ter acesso ao caminho de terra batida e, com uma escadaria precária, serviam, inversamente, de ligação do bairro com a citada avenida, situada na parte mais baixa, da colina. Especialmente as mulheres, mães de família e lavadeiras, se locomoviam pelas ruas com latas d'água na cabeça, de acordo com a imagem, estampada na Figura 9.

Com a expansão populacional, algumas dessas fontes foram aterradas e, aquelas que se encontravam em terrenos de particulares, mas que ainda continuavam com a mesma serventia, foram utilizadas pelos moradores. Outra reivindicação antiga era a canalização de todos os riachos que apresentavam riscos, tanto para a saúde da população, ameaçada por um conjunto de doenças, quanto pelos riscos de acidentes a que os moradores estavam sujeitos.

O adensamento populacional do bairro foi ocorrendo paulatinamente, os lotes eram vendidos, as casas eram construídas e reparos eram realizados pelos

próprios moradores, com intervenções individuais ou coletivas. Foram muito intensivas as promoções dos vendedores de lotes vazios, como relatou a moradora Ana Maria

Uma moça, cujo nome era Maria da Glória, apelidada de Dona Senhora, moradora do bairro, era responsável pela cobrança dos terrenos arrendados e cobrança dos alugueis no bairro. Os terrenos sem construção ela buscava vender. O bairro, que tinha casas com grandes quintais, se transformou, pois, esses quintais foram loteados e vendidos para outras pessoas (ANA MARIA, 2016).

A fotografia aérea, cedida pela CONDER (Figura 11), tirada em 1959, se comparada à fotografia, também aérea, da Figura 12, de 1976, é possível compreender as mudanças socioespaciais, que ocorreram na ocupação do solo do bairro. As áreas verdes, que existiam em todo o território abordado, foram substituídas por construções de imóveis. O Engenho Velho da Federação se formou como resultado da prática comum, em Salvador, de invasões de espaços livres, mesmo que o bairro tenha se iniciado com uma organização em lotes, que sofreram o fenômeno narrado pela entrevistada, Ana Maria, na citação acima.

Figura 11 - FOTOGRAFIA AÉREA – 1959



Fonte: Base Cartográfica SICAR/RMS (Créditos: CONDER/INFORMS), 1959.
Apud RAMOS, 2013, p. 174.

A Figura 12 mostra o início de ocupação do território, com poucas habitações instaladas, na parte central e na região mais alta e plana, do Engenho Velho da Federação.

Figura 12 - FOTOGRAFIA AÉREA - 1976



Fonte: Base Cartográfica SICAR/RMS (Créditos: CONDER/INFORMS), 1976.
apud RAMOS, 2013, p.178.

Em 17 anos houve uma alteração muito grande no número de habitações, que passaram a ocupar as partes mais baixas e as encostas do bairro (Figura 12). Nenhuma das ruas era calçada, em 1976, continuando o mesmo barro, inclusive na rua principal, tanto quanto nas ladeiras, becos e vielas. Mesmo com a rápida ocupação desordenada do solo, a esse tempo, existiam ainda resquícios, de áreas verdes nas ruas e proximidade das casas.

Figura 13 - FOTOGRAFIA AÉREA - 1998



Fonte: Base Cartográfica SICAR/RMS (Créditos: CONDER/INFORMS), 1998.
apud RAMOS, 2013, p. 181.

A Figura 13, acima, mostra o povoamento total do território do Engenho Velho da Federação, em 1998, completando a ocupação dos vales e encostas e marcando o desaparecimento das áreas verdes. Essa imagem deixa se verificar a ocupação rápida e desordenada, ocorrida em um pouco mais de duas décadas.

Alguns documentos, que diziam respeito ao loteamento de antiga Fazenda Engenho Velho, foram encontrados em poder da Associação de Moradores do Engenho Velho da Federação (AMEVF). Eles mostram o acordo fixado entre as partes e o proprietário, Hermógenes Príncipe, que era quem negociava, em definitivo, a venda dos lotes, tendo preferência os moradores mais antigos. Admitia, porém vender, também, para novos moradores. Após longas reuniões, entre o proprietário e os interessados, foram fixados os valores do metro quadrado, constantes da Tabela 2, baseados na localização do terreno, e tipologia do terreno.

Os contratos firmados, na compra e regularização dos lotes, podia ser parcelados em 10 ou, em casos excepcionais, em até 30 mensalidades, sendo

a escritura do terreno transferida ao comprador após a quitação de todas as parcelas do acordo.

Tabela 2 - VALORES DOS TERRENOS POR M², EM 1997

TIPO DE TERRENO	VALOR A SER PAGO/ M²
Terrenos de uso residencial, áreas planas superiores.	R\$ 7,00
Terrenos em áreas enladeiradas com arruamento	R\$ 4,00
Terrenos em áreas planas de baixada com arruamento	R\$ 4,00
Terrenos em áreas planas de baixada sem arruamento	R\$ 2,00
Terrenos em áreas de encosta sem arruamento	R\$0,20
Terrenos para uso comercial	R\$ 10,00

FONTE: AMEVF, 2015.

A construção do viaduto, que liga à Rua Caetano Moura à Avenida Cardeal da Silva, na segunda metade do século XX (Figuras 14 e 15) ¹⁶, assim como a ligação desta avenida à orla marítima do Rio Vermelho, colaboraram para a ampliação do acesso à localidade, facilitando o deslocamento e permitindo à população residente o uso dos transportes públicos

¹⁶Construções de períodos diferentes, quando a ligação foi reconstruída por ocasião da abertura da Avenida Garibaldi.

Figura 14 - VIADUTO ENTRE A RUA CAETANO MOURA E A AVENIDA CARDEAL DA SILVA



Fonte: Fundação Gregório de Mattos, 1969.

Figura 15 - RECONSTRUÇÃO DO VIADUTO DE LIGAÇÃO ENTRE A RUA CAETANO MOURA E A AVENIDA CARDEAL DA SILVA



FONTE: Fundação Gregório de Mattos, segunda metade do século XX.

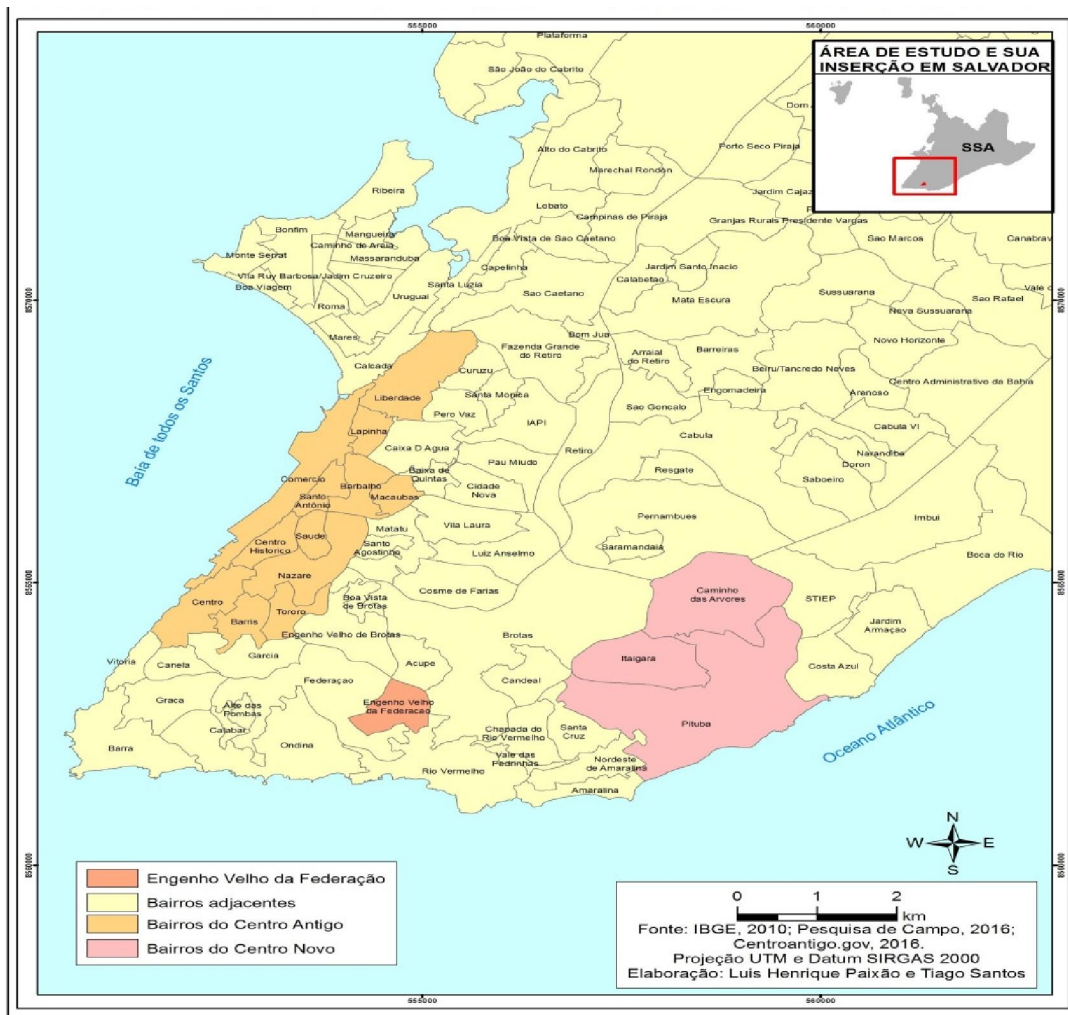
A ligação entre as duas cumeadas, ligando a Avenida Cardeal da Silva e a Rua Caetano Moura, em especial, depois da abertura da Avenida Garibaldi, houve condições de melhoria para a região, com a instalação das emissoras de rádio e televisão.

Nas décadas de 1960 e 1970 iniciaram-se as instalações de emissoras de rádio e televisão (TV). Primeiro foi instalada a TV Itapuã, em 1960 e, em 1969 surgiu a TV Aratu e, após certo tempo, se instalou a TV Bahia, filiada à Rede Globo, em 1985, na estrada de São Lázaro e, pouco antes, tinha se criado a TV Bandeirantes, em 1981, na ladeira vizinha ao terreno de Menininha do Gantois no bairro da Federação (VASCONCELOS, 2002). Situadas nos pontos mais elevados da cidade, a implantação desses meios de comunicação colaborou, não só para o crescimento do bairro da Federação, como do próprio Engenho Velho. Muitos moradores conseguiram se empregar nas emissoras, para a realização de serviços gerais, em razão disso, muitos lotes e novas construções se somaram aos existentes no bairro.

Localização do território

Tendo abordado parte das origens e a possível composição histórica do território, do Engenho Velho da Federação, se passa a localizá-lo geograficamente, buscando compreender as suas características e topografia. Com a expansão da cidade, o bairro passou a ser considerado área próxima do Centro Histórico de Salvador, assim como, do novo centro financeiro de Salvador, concentrado no bairro do Iguatemi, como se vê no Mapa 1, abaixo

Mapa 2 - BAIRRO DO ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO E SUA PROXIMIDADE ENTRE O CENTRO ANTIGO E O CENTRO NOVO DO MUNICÍPIO DE SALVADOR



Na ausência de mapa oficial, contendo os limites dos bairros da cidade do Salvador, tomou-se por base a publicação de Santos *et al.*(2010), “O caminho das águas em Salvador”, que descreveu os limites do Engenho Velho da Federação, como indica o Mapa 2, da seguinte forma

Inicia-se no cruzamento entre a Avenida Cardeal da Silva e a Rua Henriqueta Martins Catarino, por onde segue até a interseção com a Avenida Altair. Segue por esta até o cruzamento com a Travessa Helenita Miranda, por onde segue até a Rua Sérgio de Carvalho, até alcançar a Avenida Vasco da Gama. Segue por esta via até a Ladeira Cangira. Segue por esta via até alcançar a rua São João. Segue nesta via até

alcançar o fundo dos lotes com frente para a rua Padre Raimundo Nonato e para a rua Deputado Newton, por onde segue até alcançar a 2ª Travessa Tupã. Deste ponto segue pelo fundo dos lotes com frente para a Rua Ibitupã e para a Travessa Assis, até a Avenida Cardeal da Silva, por onde segue até o ponto de início da descrição do limite desse bairro (SANTOS *et al.*, 2010. p. 65).

Mapa 3 - LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO DO ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO

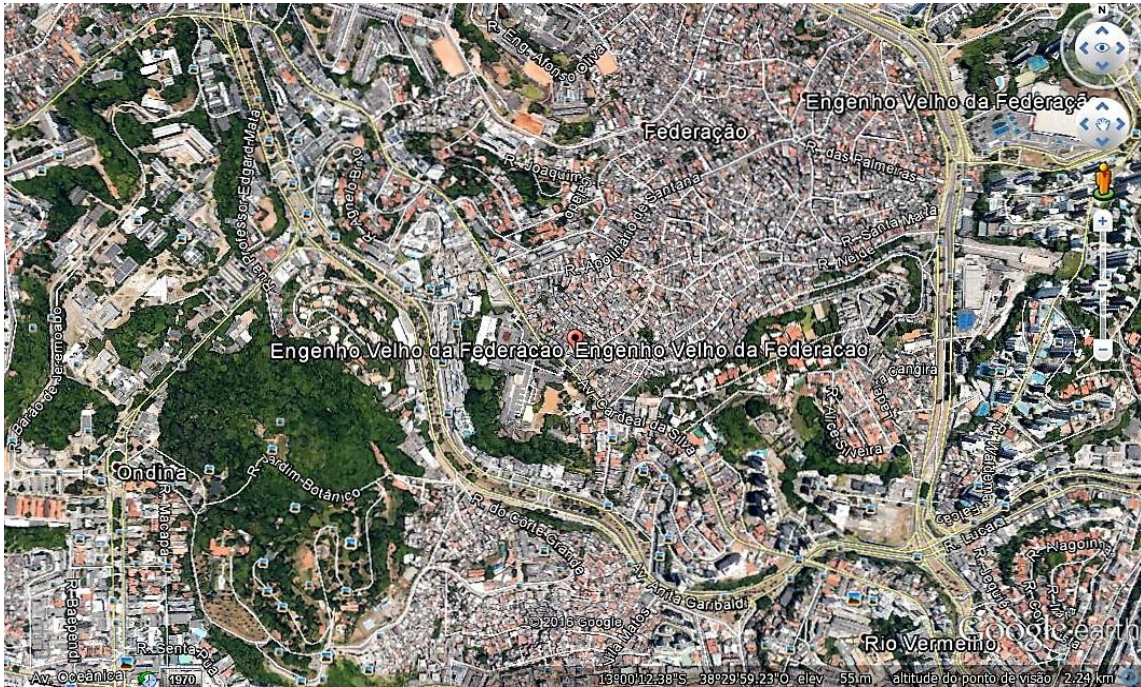


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador (RMS). 2006.

O Engenho Velho da Federação tem como limites, pelo Leste, a Avenida Vasco da Gama e o conjunto residencial Santa Madalena; pelo Oeste, a Avenida Cardeal da Silva e a Rua Henriqueta Martins Catharino; pelo Sul, conjunto residencial Santa Madalena e a Avenida Cardeal da Silva; pelo Norte, a Avenida Vasco da Gama e o Alto do Sobradinho.

Tomando por base o Google Earth, se visualiza, no Mapa 3, a localização do bairro do Engenho Velho da Federação e essas localidades limítrofes.

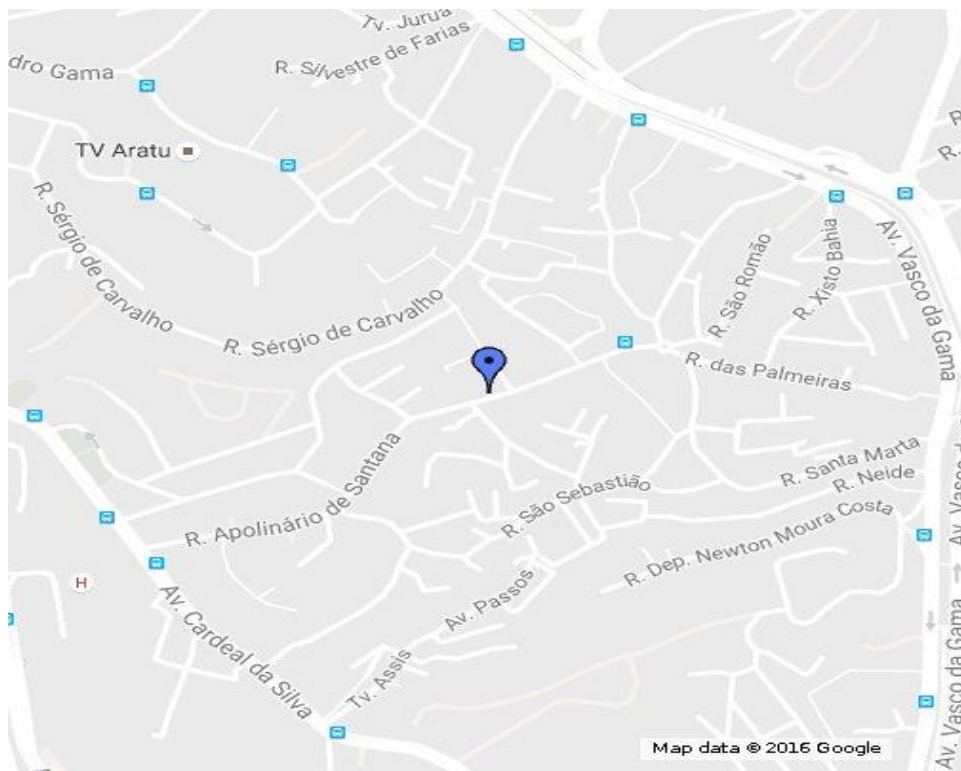
Mapa 4 - O ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO E SEUS BAIRROS LÍMITROFES, 2015



Fonte: Google Earth, 2010.

Embora tenha sido iniciado como loteamentos, o Engenho Velho da Federação não é urbanizado, nele se destaca a Rua Apolinário Santana, a principal via do bairro (Mapa 5 e Figura 16), a única via que permite a circulação dos ônibus, e é a via de rodagem de automóveis, motocicletas, caminhões etc., partindo do ponto mais central do bairro com destino à Cardeal da Silva. Outras vias, de entrada e saída do bairro, são a Ladeira Manoel Bonfim e a Rua Xisto Bahia, ambas levam à Avenida Vasco da Gama, onde o fluxo de veículos está restringido à circulação de veículos de pequeno e médio porte.

Mapa 5 - RUA APOLINÁRIO SANTANA



Fonte: Google MAPS, 2016.

O bairro dispõe da linha Integra Salvador Norte, o ônibus azul¹⁷, que serve a população, a partir da Praça da Sé até Itapuã. Liga a região do Centro Histórico da cidade, seguindo roteiro pré-determinado, servindo outras localidades. Se os moradores necessitarem de transporte para outros bairros, fora desse roteiro, deverão deslocar-se para a Avenida Vasco da Gama ou a Avenida Cardeal da Silva, onde poderão dispor de uma ampla rede de opções para as diversas partes da cidade.

¹⁷ O sistema está dividido em três áreas, liga a região ao Centro Histórico da cidade, assim como também para outros lugares, através da linha Integra Plataforma, área operacional do Subúrbio, que liga São Tomé de Paripe à região do Comércio, reconhecido por ser o ônibus amarelo, e Integra OT, ônibus verde, que serve a área operacional do miolo da cidade, de Mussurunga a Pernambuco, incluindo Cajazeiras e Pau da Lima.

Figura 16 - RUA APOLINÁRIO SANTANA



Foto: SANTOS, 2016.

É preciso ressaltar que o bairro, como outras partes da cidade, vive num momento de crescente violência, motivada, em especial, por disputas de facções, para controlar o tráfico de drogas do local e das redondezas. Isso, com frequência, causa a interrupção do serviço de transportes coletivos. Os rodoviários, vez por outra, justificam a paralisação dos serviços, por causa da falta de segurança para a sua classe. As paralisações obrigam os moradores a se deslocarem para a Avenida Cardeal da Silva, onde os ônibus que servem o bairro se mantêm, sem entrar, até o restabelecimento da segurança.

O Engenho Velho da Federação tinha 24.653 habitantes, segundo o censo de 2000, diminuiu poucos números, para 24.555, no censo de 2010, tendo taxa negativo de - 0,04, de crescimento e, em média, 24.523, como taxa de crescimento 2000/2010. Como foi feita antes de 2015, a projeção da população dos bairros de Salvador, previu que, em 2015 o Engenho Velho teria menos habitantes ainda, num total de 24.507, como cálculo para esse ano (BAHIA. SIHS, 2014).

Não se sabe como a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento fez essa projeção da população, por bairros, visto que, segundo notícia recente, de 5 de abril de 2016, de Henrique Mendes, de o Globo Bahia, informou que “Aos

467 anos, Salvador é cidade sem bairros oficializados” e que o “IBGE diz que a legislação de 1960, que definia 32 bairros, não foi atualizada”¹⁸ (MENDES, 2016).

O próprio IBGE, - que indica o censo por raça ou cor, na coleta de dados feita, a cada dez anos, e no formulário constem as distinções entre brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas, não se tem condições de indicar números exatos de negros e brancos, por bairros, em específico o do Engenho Velho da Federação, pois se baseiam em outra divisão territorial própria, de Salvador. Em 1999, nos quadros apresentados por esse Instituto, constam, que indicou a distinção por cor ou raça, por região do Brasil, em todos aparece a predominância dos brancos (IBGE, 1999)¹⁹.

Em função das dificuldades de delimitação dos limites oficiais do bairro e de dados censitários do IBGE de raças ou cor, por bairro bem marcado, se usa a observação cotidiana, da vivência com os vizinhos, entre os quais os pretos, ou negros como geralmente se autodenominam, têm predominância no Engenho Velho da Federação.

Em função da predominância da população negra nesse bairro, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele foi considerado como “sede de experiência piloto”, de reconhecimento de quilombos urbanos²⁰, pelo Decreto n° 4.887, de 20 de novembro de 2003, se prometendo a requalificação urbana (A TARDE, 25 set. 2005, p. 12). A denominação de quilombo urbano garantia o reconhecimento da identidade e a segurança jurídica de direito à propriedade aos moradores da comunidade²¹. Esse reconhecimento trouxe alguns benefícios para o bairro, como algumas obras de infraestrutura localizadas, como por exemplo, na reforma dos terreiros de candomblé que se encontram no seu território, a pavimentação e recuperação de asfalto de todo o bairro.

O bairro, - que originariamente, teve forte relação com as religiões, ditas de matriz africana, ou Candomblé -, recebeu o título de Quilombo urbano, como

¹⁸ Notícia que existe um Projeto de Lei, proposta pela UFBA, que segue sem votação desde 2010 (MENDES, 2016).

¹⁹ Os resultados dos censos são vendidos pelo IBGE. Não se teve acesso a essas publicações.

²⁰ Se entenda “quilombo” contemporâneo, que obedece aos critérios estabelecidos pela Fundação Palmares. Isso não significa que, originariamente, o bairro foi um quilombo.

²¹ Bairro ou invasão, como se habituou o tipo de ocupação sofrido pelo Engenho Velho.

uma forma de reconhecimento da luta e “resistência” da população que nele habita. O Governo Federal, através da Fundação Palmares, criou quilombos contemporâneos, definindo-os: “Nós entendemos como quilombos também as áreas que têm as características próprias de reagrupamento, mas que mantêm sua identidade negra do ponto de vista cultural”, segundo o primeiro presidente dessa Fundação, o professor, doutor em História, Ubiratan Castro. O Engenho Velho da Federação foi escolhido, como local de experiência, por reunir um número considerável de terreiros de Candomblé e, também, representar um dos espaços da cidade, onde a concentração da população negra é significativa (A TARDE, 20 set. 2005, p. 12).

Entretanto, mesmo tendo reconhecimento de quilombo urbano, o Engenho Velho continua com infraestrutura precária, moradores e visitantes se defrontam com as dificuldades para se deslocar, de um lado para outro, porque o bairro é composto por escadarias e ladeiras, que ligam avenida principal do bairro até a parte mais baixa da colina, como se vê na Figura 17, na Rua Muriçoca ou Figura 18, da Rua Dulce ou, ainda, a Figura 19, do Forno da Mangueira.

Figura 17 - ESCADARIA DA RUA MURIÇOCA

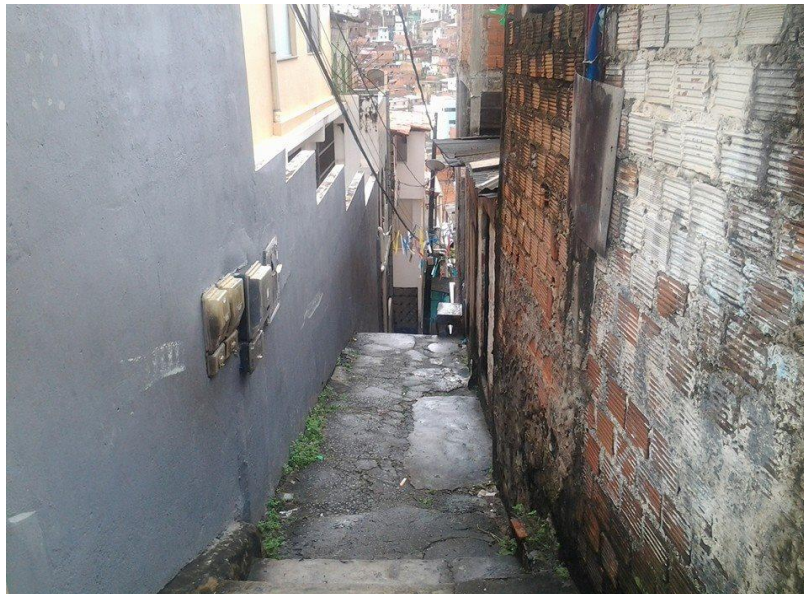


Foto: SANTOS, 2016.

Essa Figura 18 mostra a má conservação das construções. Em muitos casos, os próprios moradores locais são responsáveis pela sua manutenção, sem interferência do poder público, visando evitar a total depredação das passagens e, com isso, dificultar o acesso a suas residências e a outras localidades do próprio bairro.

Figura 18 - ESCADARIA DA RUA DULCE



Foto: SANTOS, 2016.

Figura 19 - ESCADARIA DO FORNO DA MANGUEIRA



FOTO: SANTOS, 2016.

A Figura 19 é caminho para o lugar mais perigoso do bairro, na parte baixa da Água. Pelos três exemplos de escadas apresentadas, que ligam a parte alta à

baixa do bairro, é nítido o mal estado de conservação, o que provoca, ou pode provocar diversos acidentes aos pedestres, desde quedas a ferimentos mais graves, como torções e lesões.

Ainda são inúmeras as necessidades estruturais e urbanísticas, persistentes no Engenho Velho da Federação, necessitando investimentos de recursos públicos, além da implantação de políticas públicas, que beneficiem o bairro.

Relação entre a UCSAL e o Engenho Velho

O bairro encontra-se na proximidade das principais instituições de ensino superior da cidade, a Universidade Federal, - na Rua Caetano Moura e São Lázaro, na Federação, a UNIFACS com dois *campi*, na Avenida Cardeal da Silva e a Universidade Católica do Salvador (UCSAL), *Campus* da Federação, localizada na mesma avenida.

A Universidade Católica do Salvador (UCSAL) realizou, nas décadas, entre 1980 e 1990, algumas ações de extensão junto à comunidade do Engenho Velho. A Vice-Reitoria de Assuntos Comunitários (VIRACOM), buscando aproximar a universidade da comunidade, colocou em prática, projetos voltados para o atendimento de determinadas necessidades dos moradores mais carentes do bairro, do Vale da Federação ou Baixa da Égua, Largo da Palmeira, Largo do Bogum, Largo do Engenho Velho, Largo do Quebra Laço e Ladeira de Deus.

O Projeto de Assessoria Jurídica teve mais destaque, pois o principal objetivo era legalizar a propriedade dos terrenos, ocupados por casas de moradores, com base no usucapião, oferecendo apoio jurídico, com consultorias individuais e coletivas.

Criança do Amanhã foi outro projeto, implantado, no ano de 1989, e que contou com o apoio do Curso de Serviço Social. A proposta era oferecer auxílio de reforço escolar às crianças e jovens, de 7 a 14 anos, que estivessem matriculados nas escolas da rede pública de ensino, visando a interação entre escola, pais e alunos e o fortalecimento das relações familiares.

Somou-se a estes, o Projeto Educação para a Saúde da Mulher, usando mecanismos, - adotados por uma equipe interdisciplinar, constituída por membros dos Cursos de Serviço Social e Enfermagem -, usando visitas domiciliares, nas quais davam informações adequadas ou esclareciam diversas dúvidas, relacionadas à saúde, das moradoras do bairro.

O Projeto de Educação Sanitária buscou repassar noções, para a formação de hábitos de higiene, a fim de ensinar à população a manter a limpeza de locais públicos, deixando os ambientes higienizados e aprendendo as formas de combater as doenças, advindas do acúmulo de lixo e resíduos nas vias públicas.

Esses projetos permitiram alguns avanços, dos setores envolvidos, contudo a extinção das assistências à comunidade do bairro provocou o retorno do afastamento entre a universidade e os moradores do Engenho Velho da Federação.

No entanto, a proximidade entre essas instituições foi determinante, em princípio, para ampliar as ações dos poderes públicos, federais e estaduais, na comunidade.

Saúde, Educação e Cultura

O bairro conta com alguns equipamentos relacionados ao setor de saúde. Em 2011 foi inaugurado o Centro de Saúde, com o intuito de atender a população local e adjacências. Oferece serviços direcionados, mais especialmente, para saúde da mulher, - pré-natal, planejamento familiar, e preventivos do câncer de útero e mama -; para a saúde do idoso, como aconselhamento, prevenção de quedas e fraturas, além de atendimentos de prevenção a um grupo específico de doenças, - tuberculose, hepatites, dengue, AIDS. Esse novo Centro de Saúde Engenho Velho da Federação (Figura 20) intensificou a oferta de consultas de clínica geral.

Esse atendimento se dá, também, em outro equipamento, que serve o bairro da Federação e ao Engenho Velho, - o Posto de Saúde, localizado na Avenida Cardeal da Silva -, quase fronteiro à saída do bairro, no acesso a essa mesma

avenida -, onde são realizados exames laboratoriais, testes rápidos de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e as campanhas de vacinação. A unidade de saúde funciona apenas durante a semana, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 17:00h, não atendendo casos de emergência. Somente faz consultas previamente agendadas, não atende à demanda de um bairro tão populoso, sendo necessário, em alguns casos, o deslocamento para outra unidade de saúde, principalmente as de emergência.

Figura 20 - POSTO DE SAÚDE ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO



Foto: SANTOS, 2016.

Os equipamentos referentes ao setor de educação, o Engenho Velho conta com quatro escolas públicas, a Escola São Gonçalo, de Educação Infantil, o Colégio Padre José de Anchieta, de Ensino Fundamental I, a Escola Cidade de Jequié, responsável pelo Fundamental II, e a Escola Henriqueta Martins Catharino, de Ensino Fundamental II e Médio.

Outro equipamento, de grande importância no Engenho Velho, é a Escola Casa Via Magia (Figura 21), instituição que utiliza a metodologia construtivista e emprega processos de formação e capacitação de jovens, através do circo e outras atividades.

Figura 21 - ESCOLA VIA MAGIA



Foto: SANTOS, 2016.

No bairro se realiza, também, uma caminhada anual contra a intolerância religiosa (Figura 22), devido ao número de terreiros de Candomblé e adeptos ali residentes. Membros de diversas terreiros de Candomblé da cidade, todos vestidos de branco, se reúnem no Engenho Velho da Federação e, partindo do final de linha do ônibus, caminham por todo o bairro, entoando cânticos e proferindo discursos de igualdade racial, pedindo respeito e tolerância religiosa. Essa caminhada passa por outros bairros da cidade e retorna ao Engenho Velho para finalizar o encontro.

Figura 22 - CAMINHADA CONTRA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA



Foto: SANTOS, 2015.

Um grupo cultural importante foi o Bom Bocado, criado no ano de 1994. Iniciou como uma banda de pagode. Após a perda trágica, de um dos integrantes do grupo, o objetivo dos componentes da banda se modificou. O grupo se voltou para os problemas do bairro, que passou a ser o principal foco de suas ações. Com isso, o grupo Bom Bocado transformou-se no Centro Cultural Recreativo Bom Bocado, cuja ação se dava diretamente na comunidade.

Figuras 23 e 24 - AFROBOGUM



Fonte: Acervo da Associação AFROBOGUM, 2014/2015.

Uma dessas ações foi criar a creche comunitária, gratuita, na qual os filhos dos moradores têm espaço, para aprendizado e recreação diários, enquanto os pais trabalham. O Centro, também, formou um bloco carnavalesco, conhecido como Afro Bogum (Figuras 23 e 24), que se apresentava, até recentemente, no carnaval alternativo.

Capítulo 4 - ECONOMIA SOLIDÁRIA

Associação dos Moradores do Engenho Velho da Federação

Os moradores do Engenho Velho, diante do quadro de extrema precariedade das condições físicas do bairro, devido à ausência de infra-estrutura começaram a se organizar, de forma associativa, com o objetivo de conseguir melhorias, assim como equacionar as reivindicações, comuns a todos os moradores, para dar providências mais concretas. Essa organização inicial possibilitou o surgimento da Associação de Moradores do Engenho Velho da Federação, desde o ano de 1955, cuja sede está localizada, ainda hoje, na Rua Apolinário Santana.

Associação Cultural dos Moradores da Ladeira João de Deus

No ano de 1958 foi criada a Associação Cultural dos Moradores da Ladeira João de Deus, na ladeira do mesmo nome, voltada exclusivamente para a cultura local.

Centro Cultural Recreativo Bom Bocado

Mesmo o Centro Cultural Recreativo Bom Bocado, já referido acima, se enquadra nesse grupo de parcerias. Por exemplo, os moradores colaboram com o Centro Cultural Recreativo Bom Bocado, doando alimentos e realizando trabalho voluntário com as crianças da creche, além de fazer a limpeza das dependências. Esses mesmos colaboradores realizam trabalhos remunerados, em alguns eventos, realizados pelo Centro.

Os laços, estabelecidos no Centro, baseiam-se nos princípios da economia popular e solidária, guiados pela cooperação e a autogestão da instituição. Inclusive, realiza eventos para seus colaboradores obterem de outra fonte de

renda. Segundo Hernandez Chaves, um dos responsáveis pelo Centro, os eventos são realizados para complementar a renda dos seus membros, devido aos ganhos insuficientes dos cooperados, mas mesmo assim é difícil à manutenção desses associados, em função de que, muitos se afastam e não retornam mais.

Associação das Mulheres do Engenho Velho da Federação

A Associação surgiu primeiramente, em 1995, como Grupo de Mulheres do Engenho Velho da Federação (GMEVF), ligada à Associação de Moradores do Engenho Velho da Federação. Devido às divergências, nos rumos que a Associação deveria trilhar, ocorreu a separação entre as Associações, sendo seis mulheres as pioneiras e responsáveis pela instalação e desenvolvimento da Associação de Mulheres, sendo elas, Maria Celeste, Vera Tolentino, Martha, Ednéia, Marizete e Laurentina Pereira²², cada integrante se responsabilizava por diferentes tipos de artesanato.

Nesse contexto, a Universidade Católica do Salvador colaborou quanto ao transcurso educacional, dando a possibilidade da formação de boa parcela das associadas, dentro das instalações da própria Universidade. O projeto durou até os anos 2000, contribuindo para o crescimento socioeconômico das integrantes.

Durante março de 2004, o grupo se tornou Associação, o que originou a AMEVF, ampliando suas atividades e ações na comunidade, gerando a capacitação de outras gerações de integrantes associadas, criando uma entidade de pessoas, de diversas faixas etárias, gerando constante modernização nas peças a serem produzidas.

A primeira sede da AMEVF localizava-se em casa alugada na principal via do Engenho Velho, a Rua Apolinário Santana. No início, o aluguel da Associação era pago com contribuições dos maridos das integrantes. As dificuldades iniciais acabaram reduzindo o número de associadas, que, naquele período, contava com a participação de 100 mulheres, entretanto, devido à redução dos

²² Algumas preferiram não declarar o sobrenome.

ganhos esse número reduziu-se pela metade. Parte da evasão ocorreu, também, devido à pretensão das mulheres em ocupar empregos com carteira assinada, com salário fixo e ganhos imediatos, algo que fugia da proposta da Associação, que obtinha seus ganhos por meio de participação em eventos e feiras solidárias.

Num primeiro momento, a Associação conseguiu proporcionar cursos de profissionalização para as integrantes, o que possibilitou o crescimento no número de adesões, contudo, problemas internos enfraqueceram o grupo, que se reinventou, por meio de mudanças no corpo diretor da Associação, mantendo-se apenas as mulheres, devido à dificuldade na divisão de ações com os homens, que integravam a Associação, e mantém-se assim até o presente. Independentemente, as mulheres criaram uma logomarca bastante representativa (Figura 25), deixando clara a participação, unicamente, de mulheres.

Figura 25 - LOGOMARCA DA AMEVF



Fonte: Acervo da Associação

A Associação de Mulheres atua, realizando confecções manuais, em produtos de vestuário e decoração de artigos de cama, mesa e banho, criando bordados, crochês, pinturas etc., aplicados nos tecidos. Na Associação, a administração é feita em autogestão. As decisões são compartilhadas em

reuniões e assembléias, permitindo a participação e comprometimento das associadas. Segundo Singer

Ao tomar decisões coletivamente, as informações devem ser necessariamente socializadas, participadas e discutidas. Ao assumir a responsabilidade pela concepção, pelo planejamento e pelo controle do processo produtivo, o trabalhador muda sua posição de submissão para o de gestor conjuntamente com outros trabalhadores, ampliando sua visão sobre o negócio, sobre o grupo e sobre si mesmo (SINGER, *apud* a BEATRIZ, 2012, p. 58).

Os laços de autogestão e cooperação mútua regem os empreendimentos solidários possibilitando, - eventualmente, o surgimento de novas associações ou a adesão àquelas já existentes -, que buscam colaborar para criar novas fontes de renda, revertidas para as suas integrantes, que se encontram desempregadas ou em subempregos, que podem recorrer a esse expediente, pois

A produção associada gera valores solidários, participação, autogestão, autonomia e iniciativas de caráter integral, como vida coletiva, cultural e educativa etc. A economia popular não se baseia nos critérios de rentabilidade e de lucro do sistema capitalista e da economia não-popular (GADOTTI, 2005, p. 13).

Embora, nos tempos de crise atual, o ganhar mais seja a prioridade, mas a principal proposta da AMEVF é a qualificação de mão-de-obra, cujo objetivo é a geração de renda para as moradoras locais, tentando emancipar-se, para proporcionar autonomia às mulheres, não só financeira, mas também social e educacional.

A segunda sede da Associação se fixou na Ladeira Manoel Bonfim, também em espaço alugado. A área física da instalação não permitia a acomodação de todo maquinário, - obtido por patrocínios de projetos financiados pela PETROBRÁS -, nem, tampouco, os materiais para produção das peças. Esses patrocínios permitiram a modernização dos equipamentos (Figura 28), ocasionando benefícios e ampliação na produção das peças. A Associação participou desde o ano de 2014 do Projeto da PETROBRAS de incentivo à economia popular e/ou solidária, sendo uma das entidades beneficiadas,

recebendo, assim, todo o maquinário, - de máquinas de costura a de overloque -, o que gerou crescimento na produção. O BNDES, também colaborou com a Associação, aplicando fundos destinados à compra de material para a confecção das peças. Os projetos colaboram para expandir as ações da Associação, que, na maior parte dos procedimentos, arcava com altos custos de produção.

Figura 26 - ASSOCIADAS NA PRODUÇÃO DE PEÇAS



Fonte: Acervo da AMEVF, 2015.

No trabalho cotidiano, existe cooperação durante todas as etapas da produção, como se visualiza na Figura 26. Cada associada colabora com a sua habilidade, propiciando diferenças na produção, tornando cada peça única, com detalhes que só são encontradas em peças produzidas manualmente.

Figura 27 - ANTIGA SEDE DA LADEIRA MANOEL BONFIM



Fonte: Acervo da AMEVF, 2015.

Na Figura 27 visualizam-se associadas na confecção de lençol, para o jogo de cama, um dos variados produtos da Associação, que são vendidos na sua própria sede da Associação, no site ou nas feiras solidárias, das quais a associação participa, por toda cidade e pelo estado da Bahia, propiciando o aumento dos negócios e, conseqüentemente, o aumento na arrecadação da AMEVF.

A AMEVF permaneceu na sede da Ladeira Manoel Bonfim por oito anos, como tendo espaço para divulgar seu trabalho, através de expositores (Figura 28), divulgando seus produtos junto aos moradores, panfletando. Essa divulgação também ocorre nas feiras solidárias que espalhadas por toda cidade, organizadas pelo CESOL, com o objetivo de aproximar o consumidor do produtor, porém a necessidade de ampliar a produção e proporcionar maior visibilidade as peças, produzidas na associação, acarretou na transferência da sede, retornando para a Rua Apolinário Santana, via central do bairro.

Figura 28 - EXPOSITOR DA ANTIGA SEDE DA LADEIRA MANOEL BONFIM



Fonte: Acervo AMEVF, 2015.

No ano de 2016 a AMEVF, estava ampliando sua estrutura e produção, mas conservando os princípios da Associação, de uma administração autogestionária, todas as ações decididas em reuniões com todas as associadas e decisão coletiva, os ganhos são repartidos entre as integrantes, em partes iguais, após o pagamento das despesas mensais, como aluguel, luz, água e materiais para confecção dos produtos. Essa organização ocorre após a qualificação das integrantes nos cursos, de viabilidade econômica, realizadas pelo CESOL.

No momento, a única Instituição de Ensino Superior, que vem prestando auxílio à Associação é o IFBA Salvador, disponibilizando cursos de aperfeiçoamento de produção, além de qualificação de gestão, controle de estoque e produção. O conhecimento adquirido é aplicado no cotidiano da AMEVF, com o intuito de expandir a produção e as vendas dos produtos, permitindo a maior aplicação de recursos na própria Associação, aumentando a remuneração para todas as associadas.

Durante as entrevistas, quando questionada sobre as conquistas, obtidas após os vinte anos de existência da Associação, a presidente da associação, a presidente da associação, Celeste de tal (2016) afirmou que ocorreram significativas modificações em sua realidade, assim como na vida das demais associadas.

Antes ficava contando com o ganho do meu marido, para comprar a feira, roupa e as coisas para a casa, depois que a Associação se firmou, muita coisa mudou, pois, passei a comprar as coisas de casa, para os filhos também, ajudando dentro de casa com as contas que só viviam atrasadas (Celeste de tal, 2016).

Com esse testemunho foi possível ter consciência das mudanças efetivas no cotidiano das associadas, que saíram do estado de completa dependência financeira dos maridos e, com o trabalho coletivo, realizado na Associação, estão conseguindo modificar, mesmo que paulatinamente, a sua existência, assim como a de sua família.

Dentro dos grupos solidários é o que se mantém, até o presente, e seu trabalho já vem despertando o interesse, não só de profissionais, como de acadêmicos, especialmente a sua organização e produção como cooperativa, que, neste caso, predomina entre as associadas. A sua organização se enquadra na definição de Crúzio

[...] cooperativa é a união de trabalhadores ou profissionais diversos, que se associam por iniciativa própria, sendo livre o ingresso de pessoas, desde que os interesses individuais em produzir, comercializar ou prestar um serviço não sejam conflitantes com os objetivos gerais da cooperativa (CRÚZIO, 1956, p. 13).

Condição socioeconômica das associadas

A AMEVF conta, atualmente, com 25 associadas regulares. As participantes têm idade entre 18 e 65 anos, o que demonstra a possibilidade de constante diversificação de gostos e produtos pela qual passa a Associação, atendendo público diversificado e dando retorno às mulheres trabalhadoras. A maioria dessas integrantes se encontra, na condição da população com idade economicamente ativa -, desempregadas e que encontram na Associação, mesmo temporariamente, uma forma de remediar sua situação econômica.

A coleta de dados, entre as associadas, se deu através de visitas à sede e ao atelier, onde são confeccionadas e comercializadas as peças de roupas e enxoval de cama, mesa e banho. Para compreender a organização da

Associação, foram aplicados questionários fechados, que permitissem traçar o perfil das empreendedoras, que integram o projeto.

As Associadas informaram ter licenciamento Municipal e pagam os impostos à Prefeitura de Salvador. Na Associação não comporta empregados, pois utiliza o modelo de administração, baseada na autogestão, incluindo os trabalhos, - paralelos, e necessários -, ligados à limpeza e ordem dos materiais e produtos com que se defrontam cotidianamente.

Tabela 3 - FAIXAS ETÁRIAS DOS EMPREENDEDORES

FAIXAS ETÁRIAS		
ATÉ 20 ANOS	2	8%
21 A 30 ANOS	1	4%
31 A 40 ANOS	3	12%
41 A 50 ANOS	4	16%
51 A 60 ANOS	7	28%
61 A 70 ANOS	6	24%*
MAIS DE 70 ANOS	2	8%
TOTAL	25	100%

FONTE: SANTOS, 2016.

Nota-se, igualmente, nessa Tabela 3, que é predominante a participação de associadas cuja idade, a partir do 31 anos até os 70 anos, sendo representada por 80% das participantes da associação. A menor participação das associadas está na faixa entre 21 e 30 anos, correspondentes a 4%. Conclui-se que as associadas mais jovens, que normalmente estão em idade de qualificações e primeiras experiências, assim como as idosas, compõem os grupos de trabalhadoras que encontram maior dificuldade em se inserir em novos empregos. Equivalem a 1/5 das associadas da AMEVF.

Na Tabela 4, abaixo, se encontra a indicação das associadas por faixa etária. Por ela pode-se constatar que, o maior número de associadas, se encontra

entre as idades de 51 a 70 anos, pessoas que já estão, dentro da sociedade capitalista, fora daquelas consideradas úteis para o trabalho formal. A Associação, dessa forma, permite rendimento a pessoas que, sem ela, estariam na dependência de outros parentes, por serem consideradas inúteis e, no entanto, continuam a produzir e tendo, como retorno, o merecido pagamento, dividido entre as associadas.

Tabela 4 - GRAU DE ESCOLARIDADE

ESCOLARIDADE	
SEM ESCOLARIDADE	4%
1° GRAU INCOMPLETO	38%
1° GRAU COMPLETO	29%
2° GRAU INCOMPLETO	21%
2° GRAU COMPLETO	8%
SUPERIOR INCOMPLETO	—
SUPERIOR COMPLETO	—
TOTAL	100%

FONTE: SANTOS, 2016.

As associadas foram questionadas quanto ao seu nível de escolaridade. Com base nos dados coletados, presentes na Tabela 4, o grau de escolaridade das 25 associadas, demonstram os seguintes índices: 4% das entrevistadas não têm nenhum grau de escolaridade; 38% não concluíram o 1° grau; 29% conseguiram concluir o 1° grau; 21% iniciaram, mas não concluíram o 2° grau; e, apenas 8% concluíram o 2° grau. Essas porcentagens demonstram que a grande maioria, 88%, tem baixa escolaridade, variando entre 1° grau e 2° grau incompletos, que conseqüentemente acarreta em reduzido grau de especialização profissional e mesmo menor possibilidade de aperfeiçoamento. A prática ancestral predomina nas confecções, especialmente entre as

associadas mais velhas, que, nem sempre tem sua elaboração, preços de materiais e tempo de execução otimizados.

O baixo grau de escolaridade, muitas vezes, é decorrente da necessidade da inserção precoce no mercado de trabalho, visto que, muitas das associadas se inseriram ainda na infância e a adolescência, em atividades laborais de naturezas variadas, dificultando, quase sempre, a continuidade e permanência dos estudos, devido à carga horária no trabalho elevada, em busca de remuneração.

Normalmente, as associadas da AMEVF trabalham entre 9 e 12 horas diárias, mas essas integrantes, na totalidade, não recolhem o INSS, - (Instituto Nacional de Seguridade Social), ficando expostas às incertezas do cotidiano, como doenças ou acidentes de trabalho, que as afastem de seus afazeres. As associadas atuam desprotegidas, ficando à mercê apenas dos resultados obtidos do seu próprio labor.

O total da remuneração, obtido pelas associadas, não chega aos R\$ 500,00, para cada uma, valor muito abaixo do salário mínimo vigente, na época das entrevistas, que era de R\$ 880,00, o que significava o valor diário de R\$16,66. Mesmo recebendo ínfimos valores, as associadas não pensam em trocar, ou parar de realizar as suas atividades, nem aderir a programas oficiais²³. Segundo Kraychete (2007, p. 57) “em seu conjunto, estes dados evidenciam as carências e dificuldades dos indivíduos por conta própria, contrastando com o discurso fantasioso do empreendedorismo”.

²³ Tendo conhecimento dos programas do MEI, Micro Empresário Individual, ou SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Médias e Pequenas Empresas, não se interessaram em buscar auxílio quanto a planejamento e gestão da Associação. Normalmente as condicionantes para aderir a esses programas, são inalcançáveis para a AMEVF.

Tabela 5 – TIPOS DE CONSUMIDORES

TIPOS DE CONSUMIDORES	
MORADORES DO BAIRRO	76%
OUTROS BAIRROS	24%
TOTAL	100%

FONTE: SANTOS, 2016.

Conforme a Tabela 5 se identifica que o maior percentual de consumidores dos produtos da Associação de Mulheres é composto por moradores do próprio Engenho Velho da Federação, num total de 76%. A divulgação dos produtos da Associação se dá através da propaganda boca-a-boca ou visitas ao atelier, local onde são expostos os modelos, produzidos pelas associadas.

Os consumidores de outros locais, ou bairros, representam 24% e que têm a oportunidade de conhecer a produção da AMEVF e adquirir as peças, tanto nas feiras solidárias e populares, das quais a Associação participa, tanto na cidade de Salvador, quanto nas cidades do interior da Bahia, assim como em outros estados.

Seu público alvo são os adolescentes, considerando que uma faixa de suas associadas reproduz o vestuário da moda, normalmente ditado pelas atrizes de TV ou filmes, entre outros fatos inspiradores. Os adultos e idosos dão preferência às peças de decoração de casa.

As associadas apresentaram como motivação para o exercício do trabalho o objetivo principal que é o de complementação de renda para a família e sua emancipação, bem como não ter patrão nem ordens a serem obedecidas, evitando cobranças de cotas e metas, que podem enfrentar em empresas capitalistas convencionais.

Em relação aos planos futuros da Associação destacam-se a manutenção dos serviços hoje realizados e ampliar, tanto a produção, quanto os itens produzidos, obter novos equipamentos e materiais, desenvolver a entidade, assim como aumentar a renda de suas integrantes.

Outro empreendimento popular solidário é a Cooperativa Múltipla de Produção de Alimentos Engenho Doce (COOPAED), cuja iniciativa originou-se de algumas lideranças, que integravam o terreiro de Candomblé, Ilê Axé Obatomy, que se localiza no Engenho Velho da Federação. A cooperativa iniciou seus trabalhos em 2004, com o objetivo de combater o alto índice de mortes dos jovens do bairro, que eram, e são recrutados pelo tráfico de drogas.

Figura 29 - INSTALAÇÕES DA COOPAED



Fonte: Acervo da Cooperativa, 2015.

A Cooperativa busca ajudar os habitantes a ter acesso a fontes de renda, através da produção, e fornecimento de produtos de alimentícios, sob a forma de Buffet, para eventos de todos os tipos, como festas infantis, noivados, casamentos, aniversários, etc. possibilitando a inserção dos moradores em atividades de profissionalização, assim como a obtenção de meios de subsistência.

A Cooperativa já tem uma história considerável, que data de 2012, Teve participação na Conferência Rio+20, na Cúpula dos Povos, evento que fazia parte da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Serviu as refeições junto com mais cinco cooperativas baianas, formando a Rede de Alimentação de Economia Solidária, com o apoio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado (SETRE) que cuidou da estruturação da rede, para atendimento ao evento internacional, fornecendo equipamentos e fardamentos, para viabilizar a aparência e a qualidade dos serviços. O convite para essa participação partiu do Fórum Brasileiro de

Economia Solidária, a partir de uma experiência experimentada no Carnaval de Salvador, quatro anos antes (PORTAL VERMELHO, 2012).

Neste item foi possível conhecer um pouco da complexa realidade que envolve o bairro do Engenho Velho da Federação, e como seus moradores interagem com essa realidade no território, com o intuito de transformar o seu cotidiano, ligados aos empreendimentos solidários.

A identificação e mapeamento dos empreendimentos populares individuais ou familiares serão trabalhados no próximo capítulo, assim como a sua estrutura e sua organização frente à competição de empreendimentos formais e de maior estrutura e poder aquisitivo.

Capítulo - 5 EMPREENDIMENTOS POPULARES

No atual cenário socioeconômico do Brasil, - que passa por uma grande crise político-econômica -, a busca pelo emprego de “carteira assinada”, mostrasse um sonho, cada vez mais distante, para uma ampla parcela dos indivíduos, que foram despedidos de empregos formais, depois de muitos anos de trabalho.

A opção, para muitos desses indivíduos, que se encontram excluídos do mercado de trabalho, é buscar uma fonte de renda, por conta própria, para atingir esse objetivo, buscam o que se designa, - na linguagem popular -, um “bico”, como transição para algo mais seguro e eficiente ou, na medida de sua criatividade, lançam-se numa atividade que não exija capital. Via de regra, esses indivíduos se inserem no que se convencionou, neste trabalho, classificar como economia dos setores populares, contudo a economia desses setores exige o aperfeiçoamento de novas relações de trabalho, que se baseiam na autogestão e/ou cooperativismo. Este não é um fenômeno novo, existem desde o século XIX, como consequência da Revolução Industrial. É recuperado em períodos de crise, fazendo com que parte da população busque outros meios de prover seus ganhos para obtenção do seu sustento, e o de sua família.

Para melhor compreender a realidade do comércio e serviços populares, no bairro estudado, assim como a relação da comunidade com eles, lançou-se mão do auxílio de pesquisa de campo, cujo objetivo inicial visava localizar, identificar e mapear os seus empreendimentos, com o intuito de compreender as suas principais características.

Com o auxílio de técnicas de georreferenciamento foi possível mapear os comércios formais e dos setores populares, encontrados no bairro do Engenho Velho da Federação, e com os dados coletados, através de entrevistas com negociantes, e indivíduos de pequenos negócios, foram obtidas informações que colaboraram para o entendimento das atividades comerciais, assim como o papel dos empreendimentos na economia local e principalmente como uma alternativa para as pessoas envolvidas ganharem seu sustento.

A pesquisa de campo foi primordial para a coleta e interpretação dos dados, para melhor entendimento da organização econômica do bairro, assim como a relação da população com ela, especialmente devido à escassez de bibliografia sobre as atividades econômicas do Engenho Velho da Federação.

Identificação e mapeamento dos comércios do Engenho Velho da Federação

Utilizando o aparelho de Sistema de Posicionamento Global (GPS) foi permitido o georreferenciamento de diversas ruas, entre elas a principal, Rua Apolinário Santana, além de outros logradouros, como a Travessa das Palmeiras, Avenida da Fonte do Forno, Travessa da Ladeira da Paz, Travessa João de Deus, 1° Travessa Villa Valle, 1° Travessa Xisto Bahia, Ladeira Manoel Bonfim, 2° Travessa do Bogum, Rua Dulce, Avenida São Sebastião, Ladeira do Scorpion, Travessa Jaburu, Avenida Santa Clara, Rua Alice Silveira, Rua André Luiz.

Não foi possível georreferenciar os demais logradouros, devido à impossibilidade de penetrar nos lugares ocupados pelas duas facções, responsáveis pelo tráfico de drogas no bairro, que impedem o acesso de estranhos. Em contrapartida, através de informações fornecidas por moradores mais antigos, que habitam essas zonas de risco, se teve notícias de que ocorreram o encerramento de atividades comerciais ou, em muitos casos, eles se mudaram para a parte principal do bairro, afetando a população, ali residente, que tem que se deslocar para outros lugares a fim de fazer suas compras.

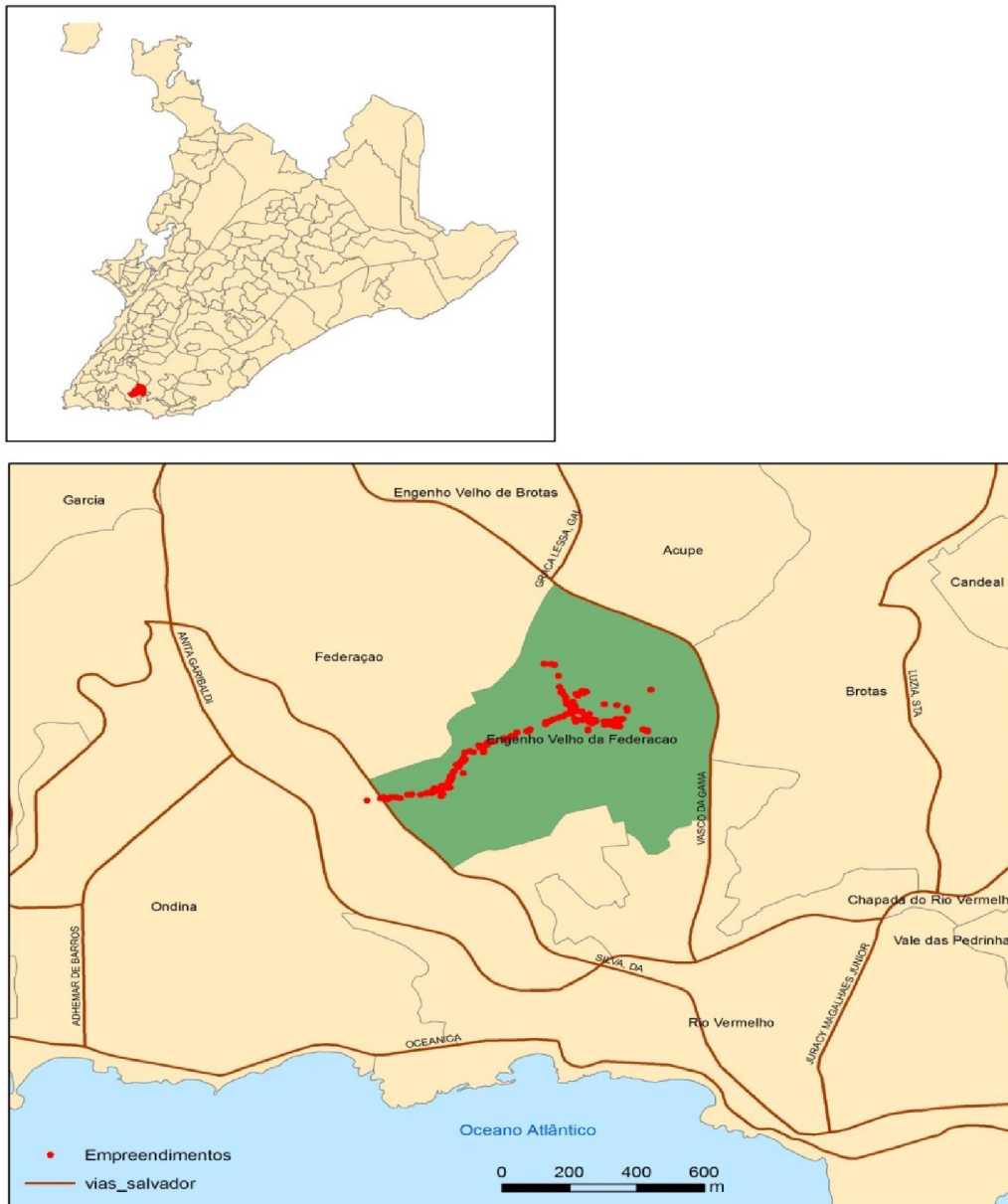
Os confrontos, entre as facções citadas, estão ocorrendo com intensidade, desde o ano de 2014, com a chegada e instalação de uma segunda facção, que controla o tráfico de drogas e tenta obter o seu controle total. Os locais ocupados por elas encontram-se nos lugares em disputa pelo controle do tráfico, enquanto a localidade, conhecida como Lajinha, é dominada por integrantes da facção denominada Caveira, que tem como principal aliada à facção paulista, o Primeiro Comando da Capital (PCC), causando entraves,

tanto para moradores e comerciantes desses lugares, quanto para todo o bairro.

No ano de 2016 ocorreram seis homicídios, entre eles a morte de um dos líderes da facção Caveira, o que colaborou para acentuar os confrontos entre as facções. Após a morte desse traficante, na troca de tiros com a polícia, os membros da mesma facção, incendiaram um ônibus, o que colaborou para que se instalasse um clima de tensão e medo, levando, assim, ao fechamento e mudança de diversos comércios das localidades de combate entre traficantes.

Esse deslocamento provocou o adensamento dos comerciantes dos setores populares, e formais, na parte alta do bairro e, com maior intensidade, na Rua Apolinário Santana, via de deslocamento intenso de veículos e a região mais valorizada do Engenho Velho da Federação.

Mapa 6 - COMÉRCIO NO ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO



Fonte: SANTOS *et al.*, 2010. s. p.
Elaboração: SANTOS, 2015.

Como se pode observar, no Mapa 6, os comércios formais e os de setores populares ocupam as principais vias do bairro. Entre os motivos, que resultaram nessa organização, destacam-se, por exemplo, um maior poder econômico dos comerciantes, facilidade de abastecimento e, no presente, fuga da crescente violência. As cenas de violência vêm acontecendo, em maior

grau, nos vales e baixadas, que deixam um "vazio comercial", como se vê no mapa acima, nas cercanias da Avenida Vasco da Gama.

A maior expansão do comércio ocorre nas proximidades do local do ponto final da linha de ônibus, que serve o bairro, onde estão às saídas de comunicações para outros locais, como a Rua da Muriçoca, o parque São Brás e a Avenida Vasco da Gama, não ocorrendo o mesmo fenômeno, em grau tão acentuado, nas proximidades da Avenida Cardeal da Silva, que possui apenas uma saída para essa via principal.

Com o crescente número de empreendimentos formais, mas, sobretudo, com a ampliação acentuada de iniciativas populares, ocorreu uma acentuada mudança socioespacial do bairro, motivo pelo qual, as casas, que eram térreas, passaram por um procedimento de verticalização, transformando a parte térrea em ponto comercial e, os andares superiores, em residência. Esta, também, em muitos dos casos, são extensão do negócio, servindo de depósito, escritório ou outras serventias, ligadas ao mesmo comércio. Isso se dá, quase sempre, devido à falta de recursos para alugar um ambiente, separado da própria residência, ou por falta de terrenos disponíveis.

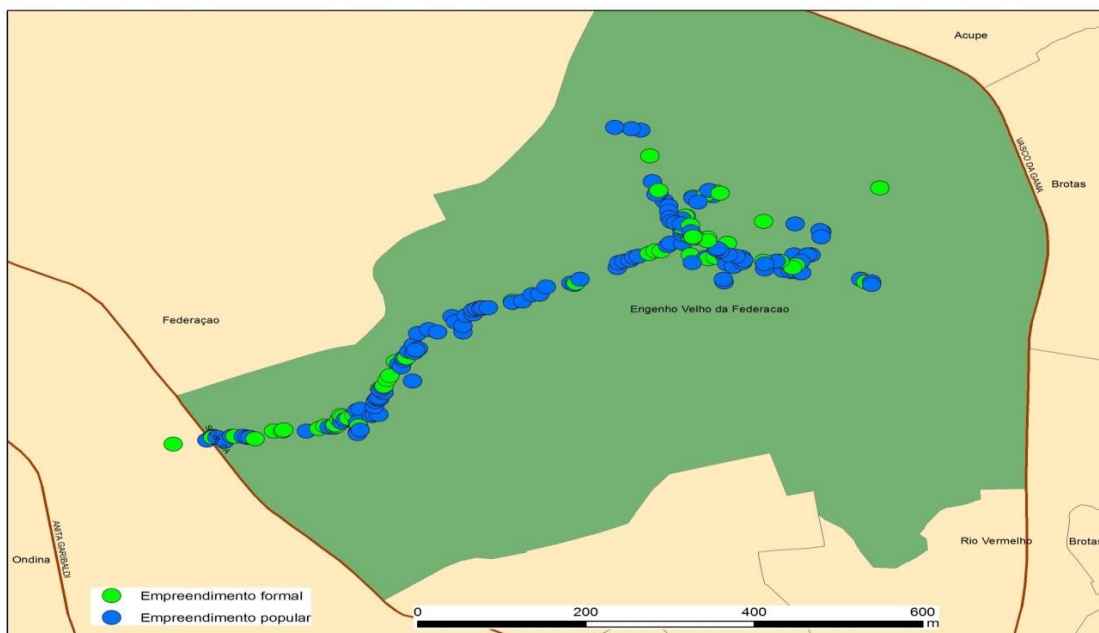
Empreendimentos formais e informais

O comércio, no Engenho Velho da Federação é formado por estruturas de portes e tipos diferentes. Numa divisão mais genérica, eles são classificados, como empreendimentos formais, em que prevalecem a obediência à legislação trabalhista, com carteira de trabalho assinada, salário mínimo, recolhimento das obrigações sociais, férias remuneradas, além de serem estabelecimentos regulamentados pelo Município, que recolhe o Imposto Sobre Serviços (ISS).

O segundo grupo é formado por empreendimentos dos setores populares, nos quais, a iniciativa pode ser individual ou familiar, em que as relações se apoiam na promoção de recursos para a subsistência dos indivíduos e de suas famílias, por meio do próprio trabalho. Os negócios são administrados sob o regime de autogestão.

A grande maioria desses comércios, de iniciativa própria, conforme ficou constatado, não estão regularizados junto à Prefeitura, portanto, podem ser classificados como informais. A justificativa para a escolha da informalidade, isto é, não cumprir com os compromissos da maior parte das obrigações com o Município, diz respeito aos impostos, cobrados dos empreendedores, mas que se declaram incapazes ou impossibilitados em pagá-los.

Mapa 7 – EMPREENDIMENTOS FORMAIS E INFORMAIS OU POPULARES



Fonte: SANTOS *et al.*, 2010.

Elaboração: SANTOS, 2015

O Mapa 7, acima, assinala a localização dos empreendimentos formais e os dos setores populares, com predominância destes últimos, marcados em azul, devido as razões, já citadas. O que chama a atenção é a proximidade entre os dois tipos de negócios, evocando a classificação de Santos (2008) segundo a qual o circuito superior da economia, - o formal -, abastece o circuito inferior, os populares ou informais. Ao se analisar os tipos de comércio, por essa ótica, se pode questionar a razão, pela qual o empreendedor popular não efetua o pagamento de impostos, visto que, ao adquirir produtos, ou matéria-prima, dos comerciantes formais, o negociante popular, paga os impostos embutidos no

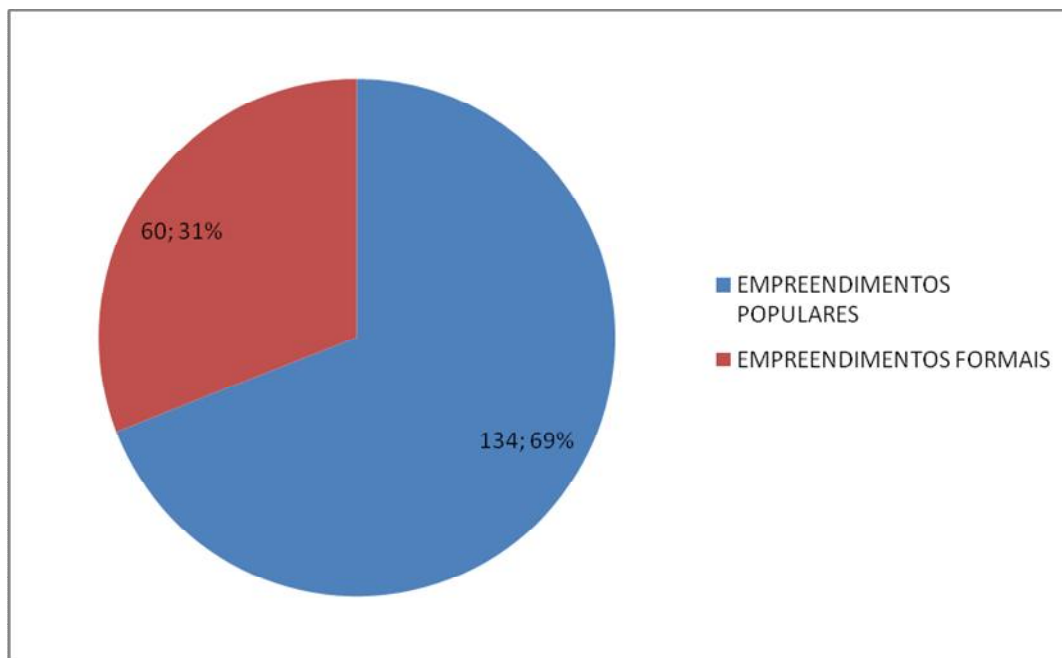
preço dessas mercadorias adquiridas. Ao recolher o ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), os setores populares serão taxados duplamente, justamente os mais desprotegidos.

Tabela 6 – NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS NO ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO

Empreendimentos formais	60
Empreendimentos dos setores populares	134
Total	194

Fonte: SANTOS, 2016.

Gráfico 5 – PERCENTUAL DE EMPREENDIMENTOS FORMAIS E POPULARES



Fonte: SANTOS, 2016.

Segundo os dados apurados, citados na Tabela 6 e representados no Gráfico 5, o percentual dos empreendimentos dos setores populares, no Engenho Velho da Federação, é de 69%, enquanto os formais são de 31%. Esse crescimento das atividades informais se credita ao fenômeno, cada vez mais intenso, da precarização das oportunidades de trabalho, que vem expulsando, os trabalhadores do mercado de trabalho, causando, na maior parte das vezes, o crescimento dos empreendedores populares. A definição desse fenômeno por Kraychete (2000), apesar da diferença dos anos entre sua definição e a atualidade, pode ser repetida

A primeira constatação refere-se às transformações ocorridas na estrutura do mercado de trabalho nas duas últimas décadas, com o aumento do desemprego, a diminuição do número de trabalhadores assalariados e o crescimento do número de trabalhadores por conta própria.

Uma segunda constatação, decorrente da anterior, é o reconhecimento de que a reprodução de vida de parcelas crescentes da população passou a depender, em maior escala, de atividades assentadas no trabalho realizado de forma individual, familiar ou associativa (KRAYCHETE, 2000, p. 15).

De qualquer maneira, o conjunto dessas atividades fomenta a economia local, mesmo que, de modo fragmentado, com um crescente e contínuo fluxo de produtos e serviços de diversas modalidades, o que permite uma movimentação no comércio, gerando novas oportunidades para esses e outros empreendedores.

Tipos de empreendimentos populares

Mesmo contando com a inserção menor de indivíduos, os negócios populares, identificados no Engenho Velho, oferecem diferentes tipos de produtos e serviços, para atender as carências dos moradores, como se mostra na Tabela 8, abaixo, na qual estão destacadas as principais atividades não formais existentes no bairro.

Tabela 7 - EMPREENDIMENTOS POPULARES

TIPOS DE COMÉRCIOS	NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS
Bares	14
Lojas de confecção	14
Quitanda	9
Vendedores de geladinho	8
Lanchonetes	8
Casa de verduras	6
Bancas de apostas e recargas	5
Quiosques de CDS e DVDS	3
Armarinhos	3
<i>Lan House</i>	3
<i>Petshops</i>	3
Restaurantes	3
Tabuleiros de acarajé	3
Vendedores de picolé	2
Casas de cosméticos	2
Banca de folhas e ervas	1
Loja de material de limpeza	1
Loja de informática	1
Loja de roupa de cama mesa e banho	1
Pizzaria	1
Peixaria	1
Loja de artigos africanos	1
Revendedora Hermes	1
Sorveteria	1
Vendedor de tapioca	1
Vendedora de mingau	1

Fonte: SANTOS, 2016

TABELA 8 - COMÉRCIOS POPULARES

TIPOS DE SERVIÇOS	NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS
Barbearias	11
Salões de beleza	7
Estofarias	4
Ferreiros	4
Lava jatos	3
Buffets	2
Oficinas mecânicas	2
Alfaiate	1
Conserto de televisão	1
Confeiteiro	1
Vidraçaria	1
Manicure	1
Oficina de conserto de celular	1
Oficina de alumínio	1
Oficina de geladeira	1
Oficina de eletrodomésticos	1
Sapateiro	1
Estúdio de fotografia	1

Fonte: SANTOS, 2016

As Tabelas 7 e 8 mostram algumas das atividades econômicas populares, que são desenvolvidas no bairro do Engenho Velho da Federação, no seu núcleo principal em torno da Rua Apolinário Santana. A diversidade de comércios demonstra certo dinamismo da economia, oferecendo, principalmente aos moradores, uma gama de opções, tanto para compra, como de alguns serviços básicos e não longe das suas residências.

Alguns comércios ou atividades aparecem em maior número, como são os casos dos bares e das confecções, apontadas na Tabela 8. Boa parte desses negócios tem como característica principal, pertencerem a proprietários moradores mais antigos do bairro, cuja clientela é composta, geralmente, por seus amigos e conhecidos.

As confecções são alimentadas, na maioria dos estabelecimentos, por costureiras locais que, através de associação conseguem produção elevada de peças, vendendo-as na localidade, assim como em outras regiões da cidade ou do Estado, como já foi referido.

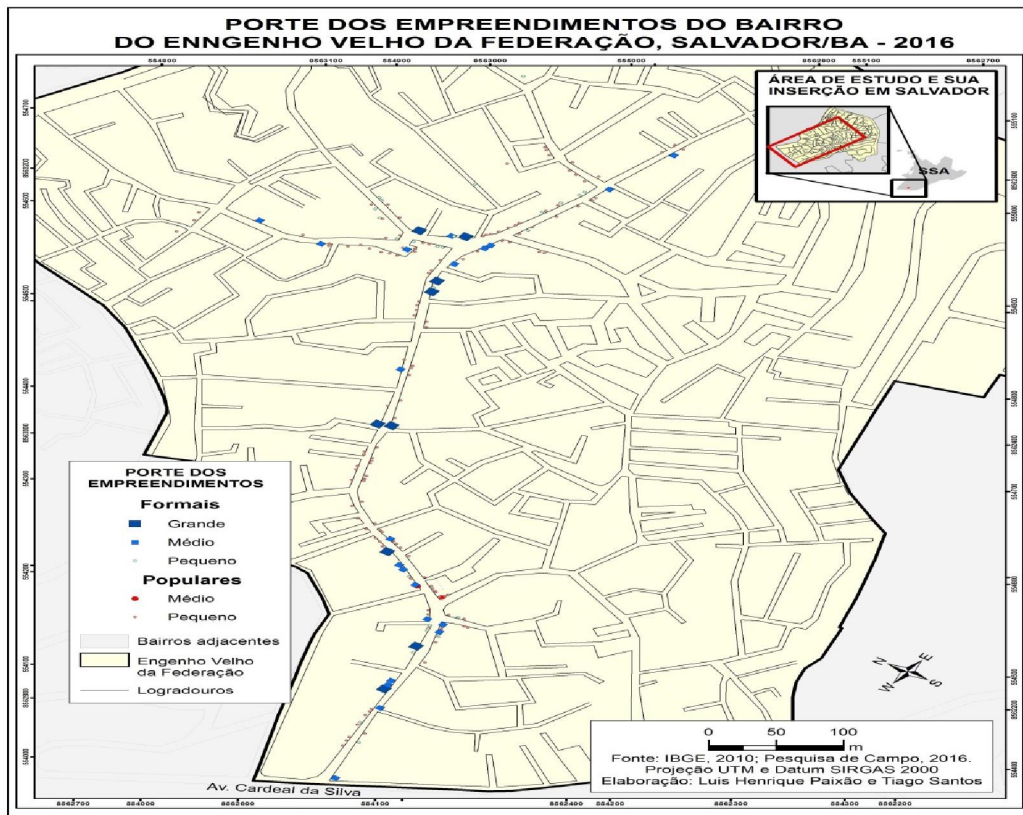
As barbearias, da Tabela 8 de serviços, cresceram em número, nos últimos anos, com a inserção do trabalho de jovens do bairro, - em sua maioria sem capacitação profissional -, que passaram a praticar cortes mais modernos e artísticos, para atender à demanda crescente por esse serviço.

Os negócios surgiram, predominantemente, devido à habilidade dos novos indivíduos diligentes, do que propriamente de estudos de viabilidade econômica e de mercado, pois, em muitos casos, o trabalhador trazia a experiência anterior, - enquanto trabalhava numa empresa e que, devido à situação econômica -, perdeu o emprego e a crescente demora, em se recolocar no mercado de trabalho, o indivíduo tomou a iniciativa de exercer seu ofício no próprio bairro, para conseguir sobreviver dignamente.

Porte dos empreendimentos

Através da realização da pesquisa de campo nas ruas do Engenho Velho da Federação, foi possível mapear e identificar os empreendimentos formais e populares, bem como as ruas em que se encontram estabelecidos, através do georreferenciamento. Foi possível construir o Mapa 7, facilitando a identificação e possibilitando o entendimento da convivência entre os empreendimentos formais, - que são caracterizados por melhores estruturas -, e os empreendimentos dos setores populares cujas instalações são mais precárias, abaixo visualizaremos a organização espacial.

Mapa 8 - PORTE DOS EMPREENDIMENTOS DO BAIRRO DO ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO



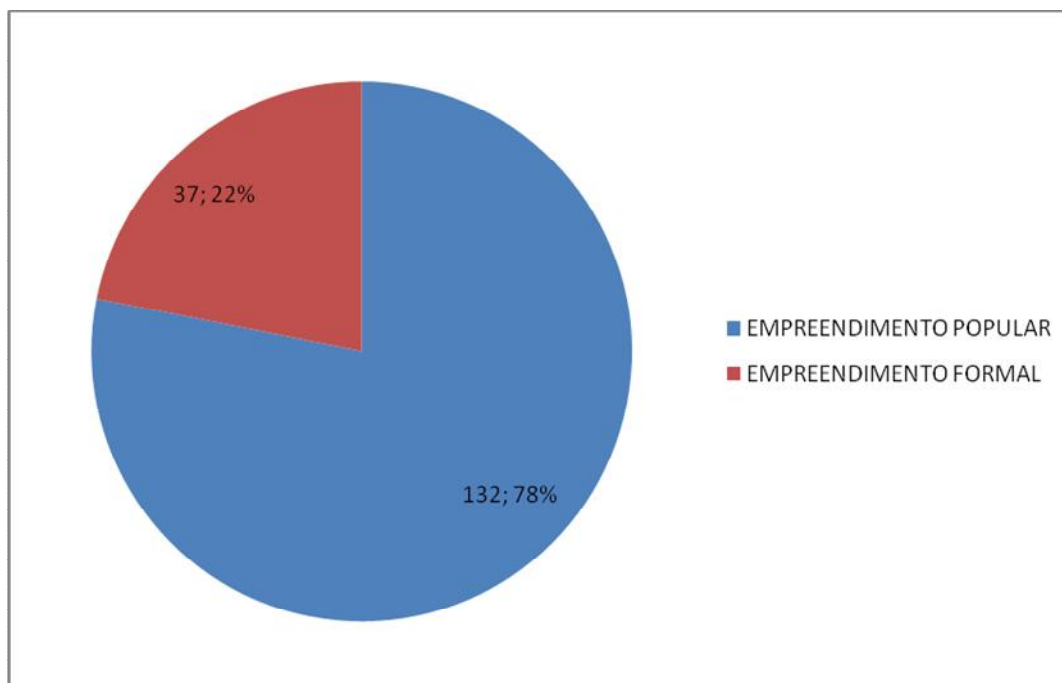
Fonte: SANTOS, 2017

No bairro são encontradas iniciativas comerciais com estruturas diversificadas, sendo predominantes as de pequeno porte, que se encontram espalhadas por várias ruas, no entanto, com acentuada concentração na principal via, - que serve de ligação entre a Avenida Vasco da Gama e a Avenida Cardeal da Silva -, salientando o crescimento dos empreendimentos de iniciativa própria, de cunho particular e informal, e a sua desproporção, em número muito maior, em relação aos empreendimentos formais, como se pode visualizar no Gráfico 6, abaixo.

Para definição da estrutura dos empreendimentos formais e dos setores populares, se estabeleceu uma metodologia. Os negócios que contém de um a três empregados são qualificados como de pequeno porte, aqueles, que contam com a presença de quatro a seis empregados são considerados de médio porte e, os que contam com mais de sete colaboradores, compõem os de grande porte.

O Mapa 8 permite visualizar a posição dos empreendimentos no território comercial, no qual pode verificar a predominância de empreendimentos informais e, principalmente populares de pequeno porte, espalhados por toda extensão da área marcada, acentuando-se no final de linha de ônibus, e ruas próximas, onde o grau de violência não é tão acentuado, permitindo, com isso, o exercício de suas atividades nas vielas e becos que compõem o bairro.

Gráfico 6 - QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS POPULARES DE PEQUENO PORTE



Fonte: SANTOS, 2016.

O Gráfico 6 demonstra que a predominância de empreendimentos populares de pequeno porte apresenta-se de maneira acentuada, contendo 132 estabelecimentos, que representam 78%, nos quais a execução das atividades e serviços são realizada de maneira individual ou coletiva, enquanto que os empreendimentos formais contam 37 estabelecimentos, representando 22% do total. Por meio dos dados obtidos, compreende-se que, no bairro assim como em outros locais, são predominantes comércios de pequeno porte, contando com uma pequena e, em muitos dos casos, estrutura precária de trabalho, - e sem incentivos por parte do Estado -, o que colabora para a precarização e

falta de investimentos na ampliação dos negócios. Segundo Kraychete (2000), esta é a realidade em todo País.

Embora, mais de 90% dos empreendimentos informais constituam atividades permanentes, - que funcionam durante todos os meses do ano, e sejam responsáveis pela reprodução da vida, de uma parcela significativa da população, a grande maioria “não recebe qualquer tipo de assistência técnica, jurídica ou financeira” (KRAYCHETE, 2000, p. 29).

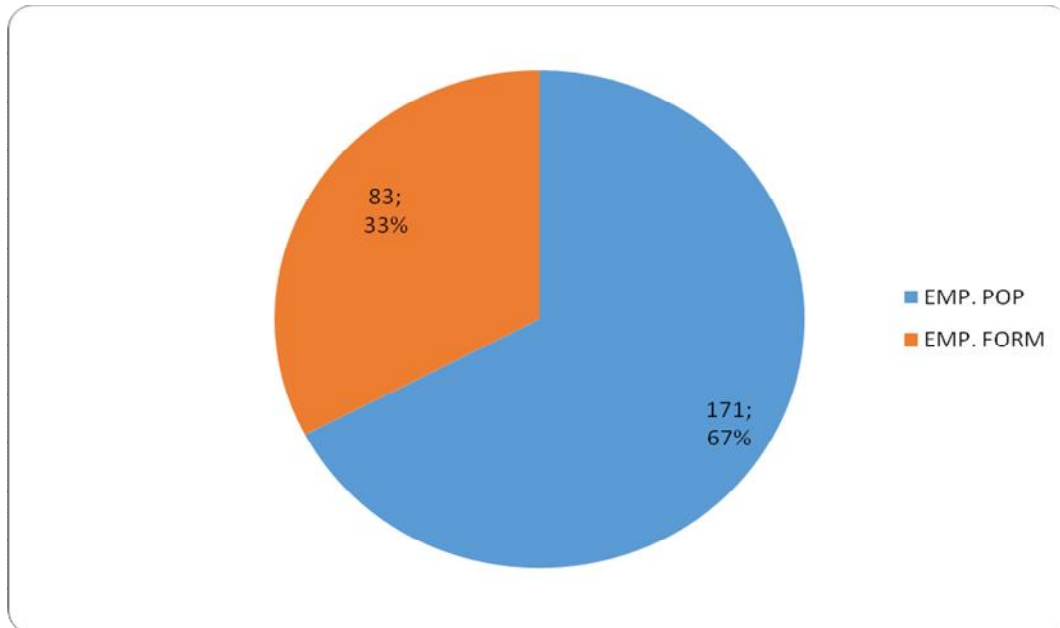
Grande parcela das “empresas” dos setores populares, que foram identificadas e mapeadas são classificadas como sendo de pequeno porte, o que corrobora o que foi constatado há mais de década e meia atrás, por Kraychete, que afirmou que

Ao contrário de ser o espaço que viabilize e estimule o desenvolvimento de prósperos empreendedores como alternativa ao emprego regular, a economia informal, tal como existe hoje, é o lugar aonde, mal e precariamente, vai ocorrendo a reprodução da vida de parcelas crescentes da população, num quadro marcado pela destruição e escassez dos postos formais de trabalho (KRAYCHETE, 2000, p. 29).

Já nos comércios formais, de pequeno porte, são encontradas academias, bombonieres, *pet shops* entre outros, que se ampliam, devido ao acesso ao crédito, fornecido por instituições financeiras e crédito bancário, possibilitando a expansão.

Tipos de empreendimentos e quantidade de empregados

Gráfico 7 - QUANTIDADE DE EMPREGADOS DE EMPREENDIMENTOS DE PEQUENO PORTE

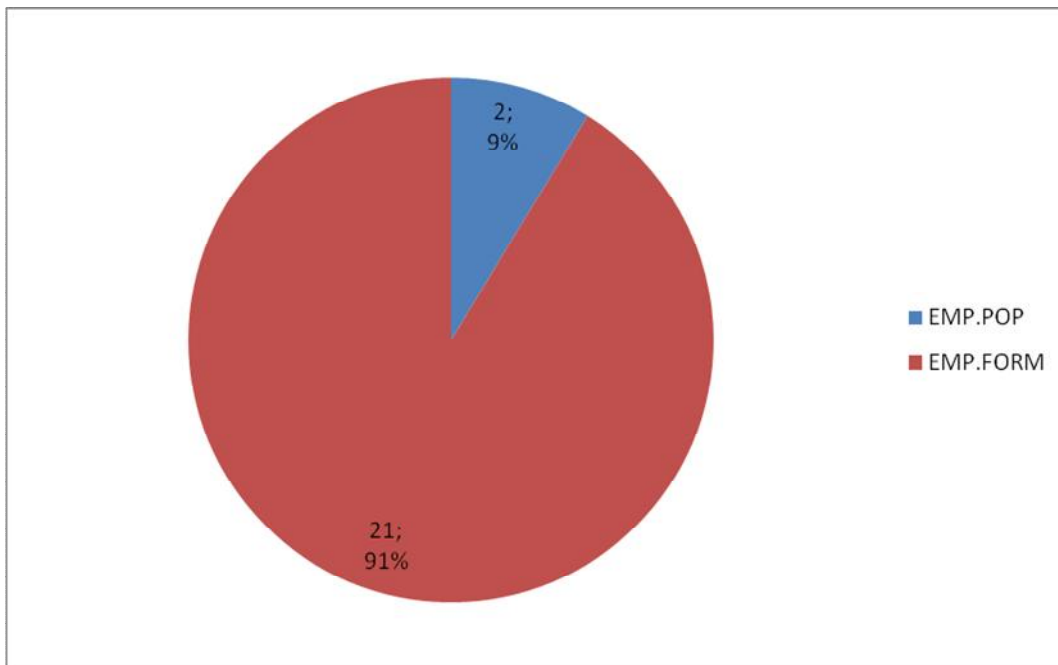


Fonte: SANTOS, 2016.

Os projetos populares, de pequeno porte, envolvem o trabalho de ampla fração de indivíduos em trabalho precário. Enquanto as empresas formais empregam 83 indivíduos, representando a porcentagem de 33%, os comércios populares são responsáveis pela inserção de 171 indivíduos, perfazendo 67% de trabalhadores que obtêm seu sustento, através de uma nova proposta econômica, mas sem nenhuma segurança de assistência social e de rendimentos mais vantajosos.

Ao analisar as iniciativas de porte médio, verifica-se uma mudança de relação, os empreendimentos formais são em maior quantidade, enquanto os negócios populares passam a ter atuação secundária, devido às dificuldades em ampliar a estrutura física de seus negócios e, conseqüentemente isso afeta o emprego de novos indivíduos, ficando as atividades adstritas ao dono, um ou outro familiar, em geral fazendo rodízio de horário de trabalho. A disparidade entre os formais e os populares, pode-se observar no Gráfico 8.

Gráfico 8 - QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO PORTE



Fonte: SANTOS, 2016.

Os empreendimentos formais de médio porte, em número de 21, representam 91%, enquanto os dos setores populares dispõem de apenas dois exemplares de negócios, de médio porte, representando 9%, sendo estes ligados ao setor de beleza, - salão de beleza e barbearia -, negócios antigos que, com o crescimento da sua clientela, conseguiram ampliar, não só a sua estrutura, como, também, o seu quadro de colaboradores, possibilitando a inserção de novos membros no mercado de trabalho.

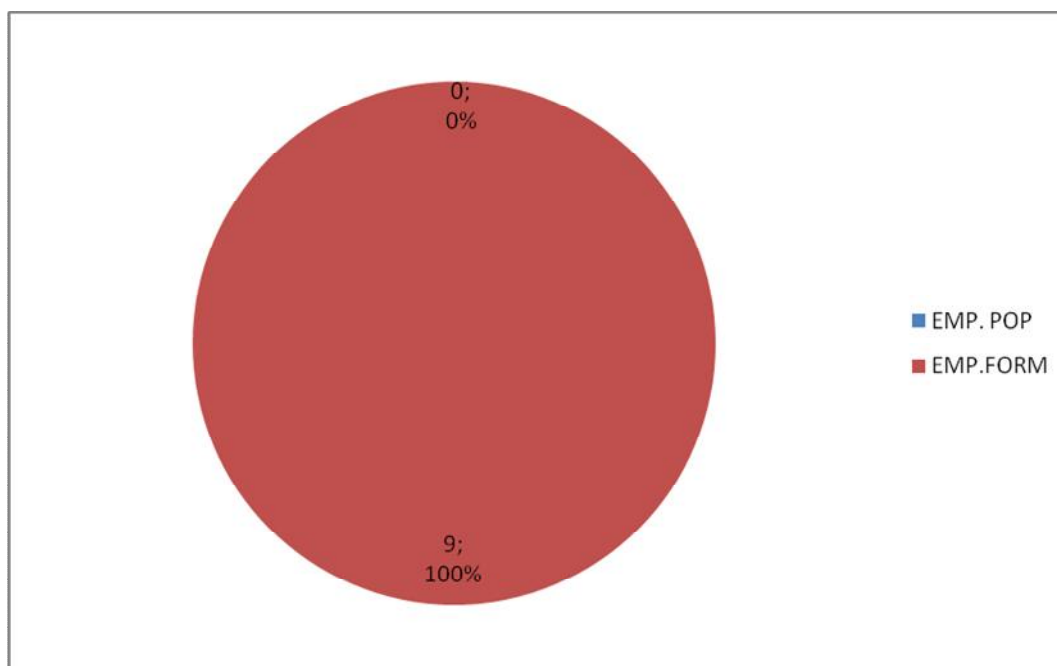
Tabela 9 - EMPRESAS FORMAIS DE GRANDE PORTE

Construtora	14 empregados
Supermercado Mix Bahia	14 empregados
Mercado Compre Mais	13 empregados
Padaria e Mercado	11 empregados
Distribuidora de Gás	10 empregados
Mercado de Gino	10 empregados
Material de construção JJ	9 empregados
Material de construção Alemão	9 empregados
Padaria	8 empregados
TOTAIS	9 Empreendimentos formais 98 empregados

Fonte: SANTOS, 2016.

Nota-se que dos nove empreendimentos que foram identificados e mapeados, todos são formais, compreendendo apenas 9 empresas, número bastante reduzido, face aos de porte médio e pequeno. Apesar do baixo número de estabelecimentos, conseguem empregar uma boa quantidade de indivíduos, 98, como se vê no Gráfico 9, abaixo.

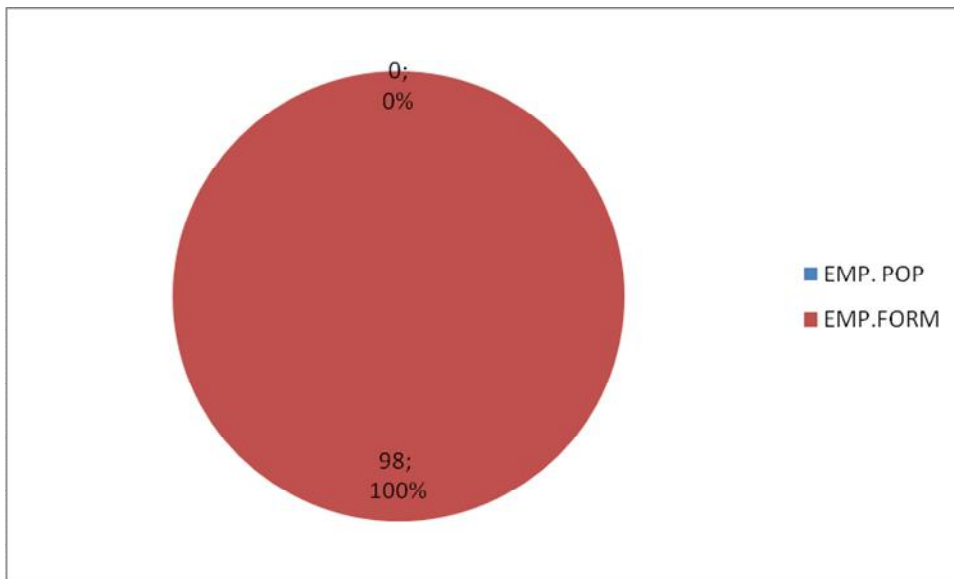
Gráfico 9 - QUANTIDADE DE EMPRESAS DE GRANDE PORTE



Fonte: SANTOS, 2016.

Este Gráfico 9 ilustra a afirmação acerca da inexistência de comércios populares com estrutura e organização de grande porte, destacando-se apenas empregados regularizados, acentuando a ampla disparidade entre os empreendimentos quanto à estruturação de atividades.

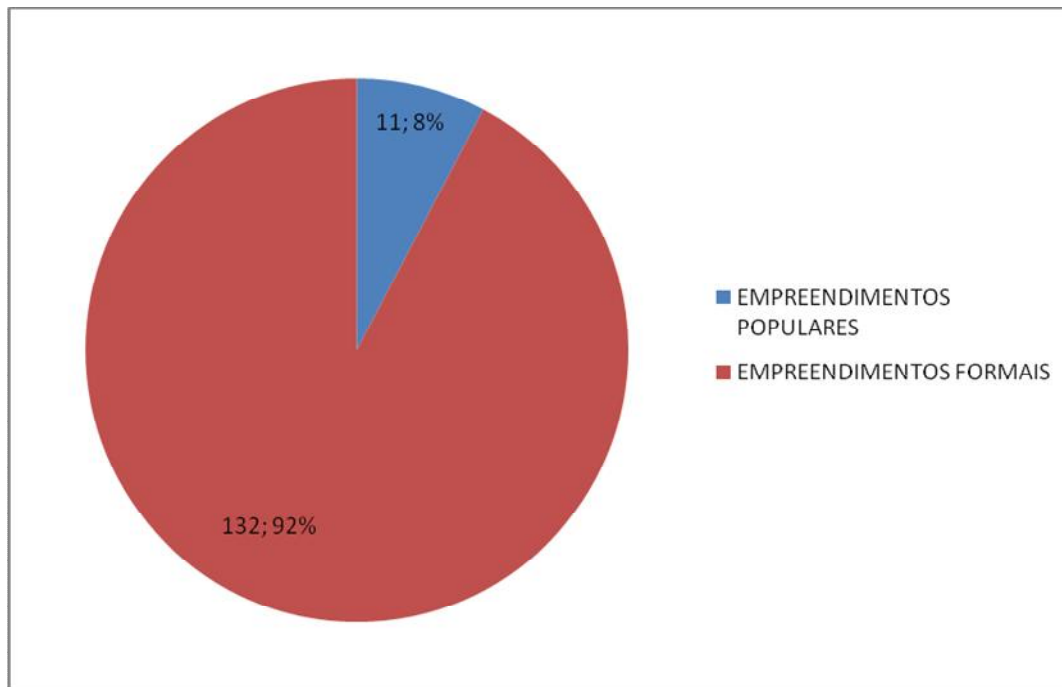
Gráfico 10 - QUANTIDADE DE EMPREGADOS DOS EMPREENDIMENTOS DE GRANDE PORTE



Fonte: SANTOS, 2016.

O Gráfico 10 indica a quantidades de empregados contratados nos comércios regularizados, existentes no Engenho Velho da Federação. Inclusive, esses negócios se encontram em fase de ampliação. Antigos imóveis residenciais estão sendo comprados e modificados para servirem de pontos comerciais desse tipo.

Gráfico 11 - QUANTIDADE DE EMPREGADOS DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO PORTE



Fonte: SANTOS, 2016.

Ao analisar o número de indivíduos, inseridos negócios de porte intermediário médio a disparidade fica ainda mais acentuada. Enquanto os comércios de iniciativa própria, de médio porte, empregam 11 indivíduos, que representam 8%, os formais, de porte médio, ocupam 132 empregados, abrangendo 92% do total. Essa disparidade ocorre devido às diferentes quantias de aplicação de recursos, que ocorrem em cada estrutura, sendo determinante para o seu crescimento.

Entre os principais estabelecimentos regularizados, com infraestrutura média, destacam-se os mercadinhos, nos quais é empregada parte da população local nos serviços mais básicos, com o intuito de reduzir seus custos. A contratação de moradores locais evita o pagamento de transportes e refeições, devido à proximidade das residências. Outras empresas de destaque no Engenho Velho são as padarias que, também utilizam, em larga escala, a mão-de-obra local.

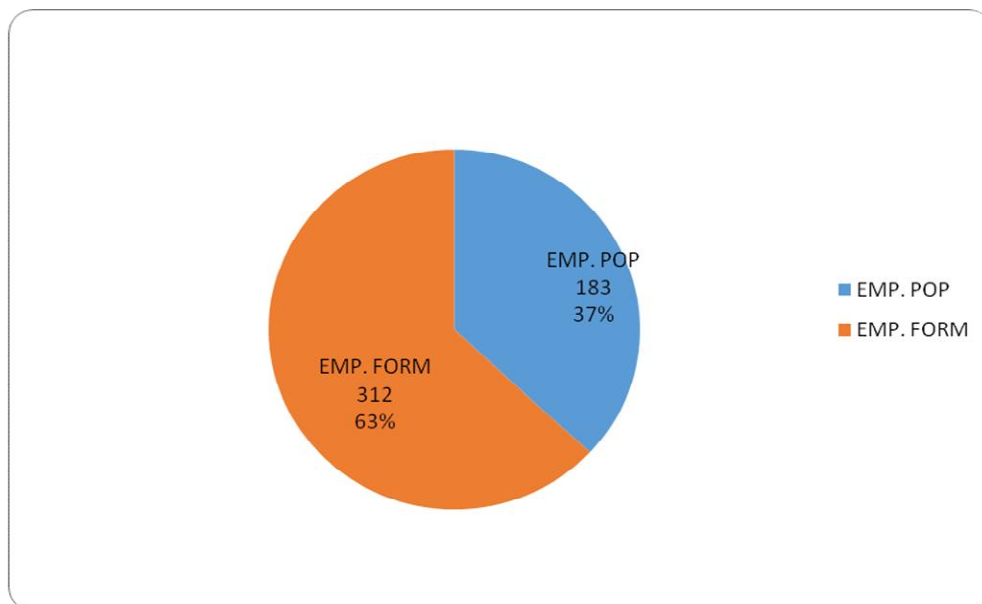
Entre as empresas de grande porte, fica ainda mais acentuada a disparidade, entre os estabelecimentos regularizados e os dos setores populares, devido à

inexistência destes últimos, no Engenho Velho da Federação, predominando os comércios formais dessa categoria, como se vê na Tabela 9.

O comércio local conta com crescente surgimento de novas empresas formais, assim como populares, o que possibilita a inserção dos moradores nos diversos níveis de negócios, dando ocasião, assim, a conseguir trabalho e renda no próprio local em que habitam.

No Gráfico 12 seguem dados sobre a inserção de indivíduos, como empregados, nas empresas formais (63%) e nas populares (37%), sendo possível compreender a relação de dependência, de parte dos habitantes, com esses empreendimentos.

Gráfico 12 - PERCENTUAL DE EMPREGADOS NOS EMPREENDIMENTOS FORMAIS E NOS SETORES POPULARES



Fonte: SANTOS, 2016.

Apesar do crescimento dos empreendimentos, - conseguido de forma individual, familiar ou coletiva -, os moradores locais preferem se empregar nos mercados, casas de materiais de construção e padarias, os principais e maiores contratadores da mão-de-obra local. Em geral para serviços gerais, os

manuais, de limpeza ou que exijam pouca qualificação dos executores, são arregimentados, principalmente, entre os próprios moradores, enquanto que as funções gerenciais e administrativas ficam por conta de indivíduos que não moram no local.

Os negócios dos setores populares possuem ampla diversidade de ações o que exige a adesão de um número crescente de familiares ou não familiares, nessas novas formas de emprego, contudo, a remuneração mensal desses trabalhadores é menor do que a de um assalariado das empresas formais.

Essa situação se agrava, ainda mais, se levar em consideração a comparação dos ganhos entre uma empreendedora e uma mulher assalariada. A diferença, normalmente, chega a ter uma diferença de cinquenta por cento. Essa disparidade nos ganhos é o que colabora para teoria, de muitos autores, que afirmam que, na economia popular, se exercem atividades de precarização do trabalho, tão acentuada como acontece nas empresas capitalistas HRAYCHETE (2000).

No Engenho Velho da Federação houve modificações nas estruturas das residências, como já foi dito, nas quais a parte térrea se transformou em um pequeno espaço para a realização de uma ação comercial popular, executada em sua totalidade por moradores. Os próprios clientes também são moradores exemplificando a teoria na qual Santos (2001) salientou como, pobre trabalhando para pobre.

Mesmo com o crescimento nos negócios dos setores populares, acolhendo uma crescente parcela de indivíduos, que foram excluídos do mercado de trabalho, o apoio do Estado à economia dos setores populares ainda é ínfimo, corroborando o que escreveu Kraychete

Embora esse tipo de atividade seja responsável pela geração de postos de trabalho para uma parcela significativa da população, a grande maioria não recebe qualquer tipo de assistência técnica, jurídica ou financeira, e praticamente não têm acesso ao crédito (KRAYCHETE, 2011, p. 6).

Uma das grandes dificuldades dos empreendimentos dos setores populares em expandir-se, está na falta da informação aos seus membros, explicando como se aplica os processos de trabalho e jurídicos.

Capítulo 6 - PERFIS SOCIOECONÔMICOS E EMPREENDIMENTOS DOS SETORES POPULARES

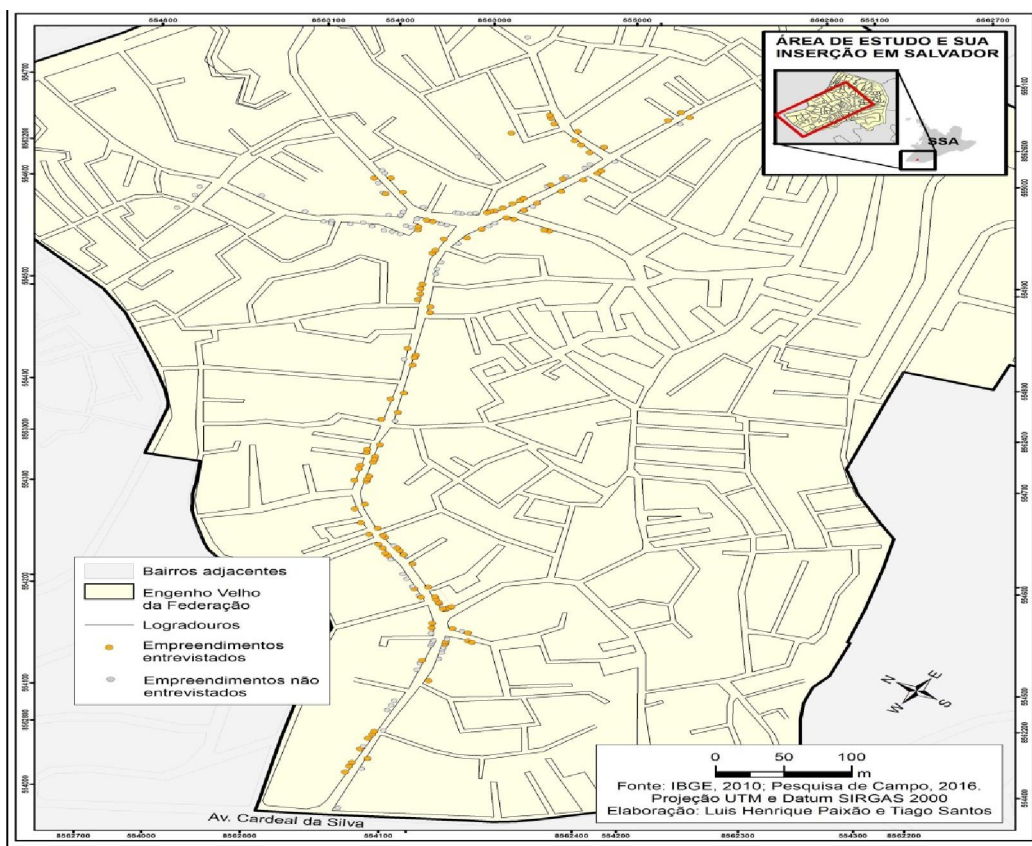
Após análise e estudo comparado dos negócios formais e os dos setores populares, se busca fornecer dados referentes ao perfil dos indivíduos que integram este último setor, alvo principal desta dissertação.

Para a compreensão desse perfil é imprescindível a identificação do contexto no qual os mesmos se acham inseridos. Com o intuito de elucidar essa relação são destacadas características, em especial, dos negociantes ou empreendedores.

Os dados necessários, para esta contextualização, foram coletados em 115 negócios, existentes no bairro do Engenho Velho da Federação, contando com a participação do mesmo número de indivíduos. Através de entrevistas, e aplicação de questionários fechados, os empreendedores deram informações sobre o desempenho das suas atividades. Uma das características, de maior importância, está no conhecimento das instalações, onde se dá o exercício das mesmas, cotidianamente.

Localização dos empreendimentos dos setores populares

Mapa 9 – EMPREENDIMENTOS SELECIONADOS



Observa-se, no Mapa 9, uma padronização na escolha dos comércios, cujos donos deviam ser entrevistados. Priorizou-se englobar a maior parte dos estabelecimentos desse porte do bairro, - evitando focar as entrevistas num determinado ponto, que poderiam distorcer os resultados e, dessa maneira proceder a uma análise melhor embasada, sobre o cotidiano de todos os empreendimentos dos setores populares existentes no Engenho Velho da Federação.

Tipos de instalações e trabalhadores

Tabela 10 - TIPO DE INSTALAÇÕES

Instalações	Número de Empreendimentos	Porcentagem
Ambulantes	7	6%
Barracas	5	4%
Carrinhos	4	3%
Domicílios	69	61%
Garagens	30	26%

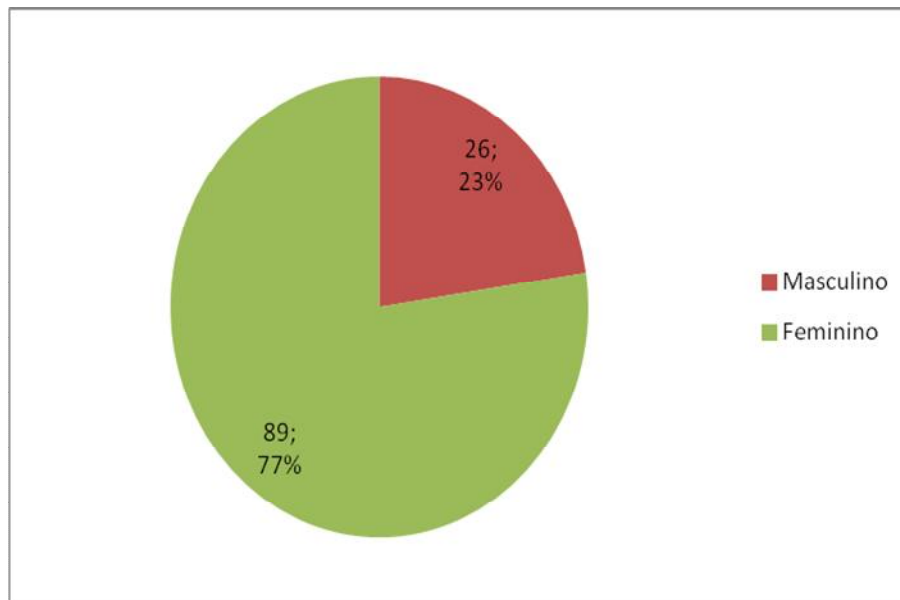
Fonte: SANTOS, 2016.

Quanto ao local ou maneira de exercício, os negócios ou empreendimentos dos setores populares, conforme a Tabela 10 se constata que o maior percentual ocorre dentro do próprio domicílio do empreendedor, ou num anexo da residência, como é o caso das garagens. Somados esses dois, espaços, no lugar de residência, perfazem 87%, cujo principal motivo é a economia de aluguel de outro espaço e a comodidade dos componentes da família que trabalham.

As instalações, que correspondem ao menor percentual, são os carrinhos que representam 3%, seguidos pelas barracas com uma representatividade de 4%. Estas duas últimas porcentagens fazem acreditar que o seu número diminuto se deve aos custos dos equipamentos e os poucos recursos dos trabalhadores para a sua aquisição. Exige um capital para iniciar uma atividade, capital este que, na maioria dos casos, os indivíduos não possuem para investir na estrutura de seu comércio, reservando os escassos recursos para a obtenção de mercadorias para abastecer seu negócio.

O segundo aspecto, a se destacar, refere-se ao fato de que uma ampla parcela dos integrantes dos comércios, de iniciativa própria, é composta por mulheres, conforme se observa no Gráfico13.

Gráfico 13 - GÊNERO DOS TRABALHADORES POPULARES



Fonte: SANTOS, 2016.

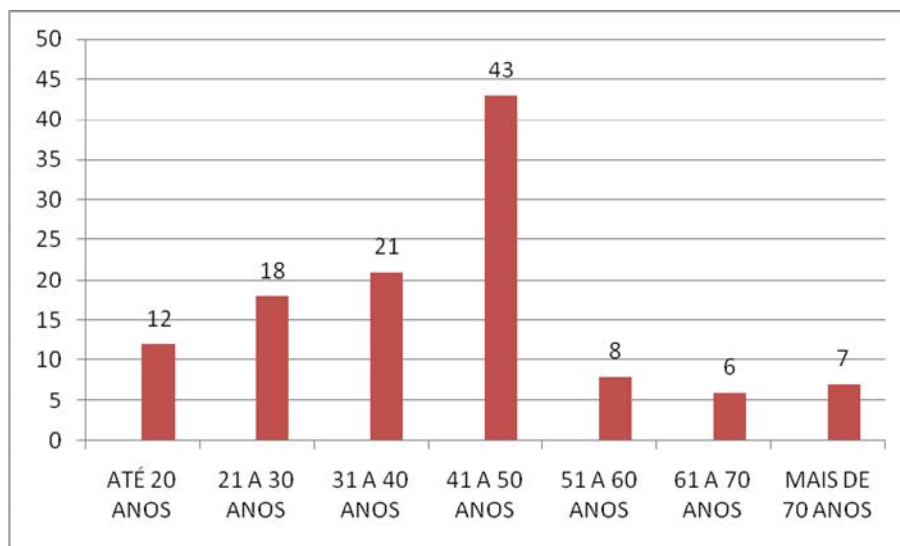
Dos 115 entrevistados, 89 são mulheres o que representam 77%, enquanto os empreendedores do sexo masculino somam 26 indivíduos, que representam 23% do total de negociantes do setor popular.

Os dados obtidos representam o resultado do cotidiano das mulheres, que são alijadas dos postos de trabalho formal, quando comparadas aos homens. Como já é tradicionalmente conhecido, elas tendem a ser excluídas, devido à uma série de fatores, podendo-se destacar a maternidade, preconceito, tarefas domésticas, e mesmo a fragilidade física, entre outros. Outra característica diz respeito à inserção forçada de mulheres em atividades extras. Isso se deve, quase sempre, ao fato de que são oprimidas, por necessidade, de buscar atividades laborais remuneradas com o intuito de complementar a renda familiar. Não são raros os casos em que elas trabalham para o seu próprio sustento e o de seus filhos. “Outro fato relevante, é referente à existência de algumas profissões, que são predominantemente femininas, como é o caso da costura” [...] (GOREK, 2010, p. 81).

Com as modificações que vêm ocorrendo na sociedade, assim como as que atingem o mercado de trabalho, as mulheres trabalhadoras buscam novos

meios que proporcionem a geração de renda, lutando cotidianamente obter, de um lado, sua emancipação financeira ou, de outro, manter uma família, abandonada pelo pai, fato que não é raro na vida da população com menor instrução ou pouco discernimento.

Gráfico 14 - FAIXA ETÁRIA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS



Fonte: SANTOS, 2016.

Ao se analisar, no Gráfico 14, a faixa etária dos integrantes, que compõem os empreendimentos dos setores populares, nota-se ampla diversidade dos perfis dos integrantes. Na faixa etária de até 20 anos são formadas 12 jovens que cursam o Ensino Médio, em colégios do próprio bairro, e que auxiliam os pais nas ações comerciais no turno livre. Os indivíduos, cuja idade está entre 21 até os 40 anos, somada a segunda e terceira colunas, constituem 39 indivíduos, que já exercem atividades a mais de três anos. O maior percentual de trabalhadores/empreendedores se encontra entre 41 a 50 anos. Estes representam 43 indivíduos. Pode-se assinalar que, a partir dos 50 anos, pode-se encontrar um número menor de trabalhadores, entretanto, somam 21 pessoas, entre esse limite inferior e que se estende até mais de 70 anos.

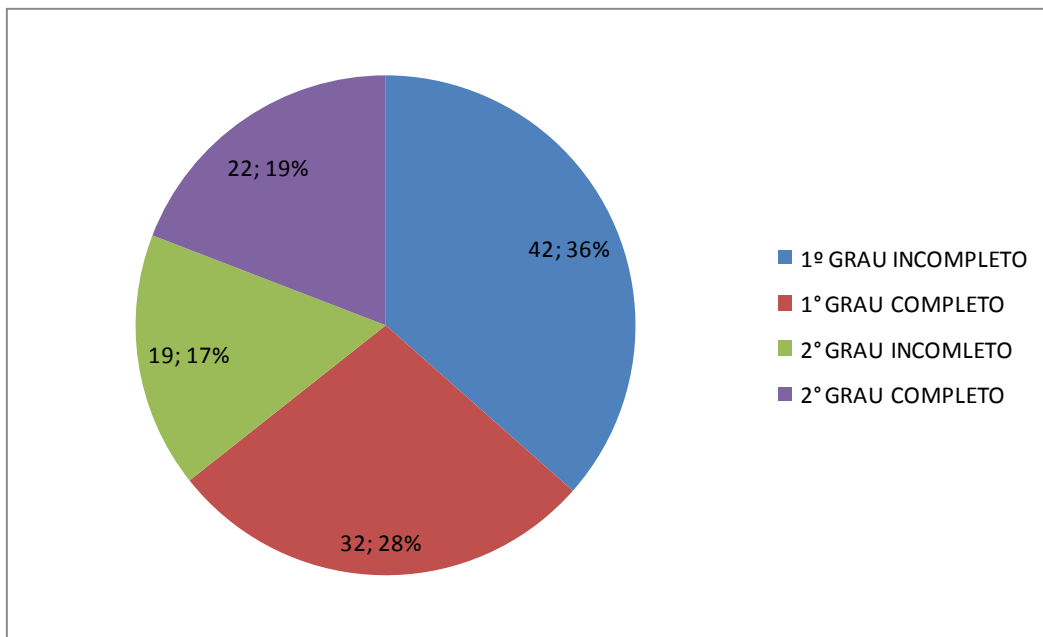
Eles ressaltaram a dificuldade em se inserir no mercado de trabalho, após o desligamento de empresa formal, devido à sua idade, fator que se transforma

em extrema para os desempregados incluir-se num emprego estável. Como forma de mudar essa situação, esses indivíduos buscam instalar um negócio ou se empregar em empreendimentos dos setores populares, confirmando com o que disse Santos (2008)

O circuito inferior na economia urbana constitui um mecanismo permanente de integração que oferece um número máximo de oportunidades de emprego com um volume mínimo de capital (SANTOS, 2008, p. 67).

Quanto ao grau de instrução, mostrado no Gráfico 15, se constata que, no bairro, um bom número dos empreendedores não conseguiu concluir o ensino médio, situação essa que, - num contexto tão competitivo em que o mercado de trabalho se encontra, com pessoas que possuem um conjunto de qualificações profissionais -, amplia a dificuldade em obter um emprego com carteira assinada e todos os benefícios sociais, além de não auxiliar no gerenciamento de seus negócios, que são dirigidos intuitivamente.

Gráfico 15 - ESCOLARIDADE



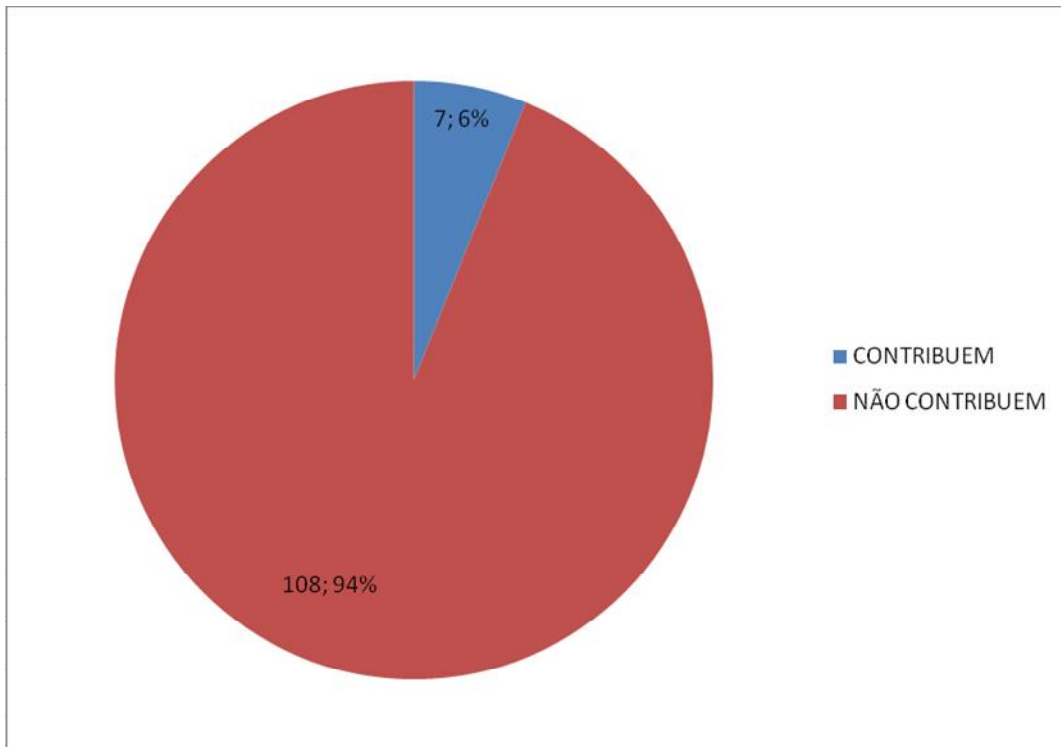
Fonte: SANTOS, 2016.

Esse Gráfico 15 elucida questões relacionadas à formação escolar dos indivíduos que compõem a economia dos setores populares no Engenho Velho da Federação. As quase totalidades dos pequenos negociantes possuem baixa formação escolar, o maior número deles, 42 indivíduos, não conseguiram completar o 1º grau, o que deve acarretar em sérias dificuldades no desempenho de atividades, relacionadas à gestão, ou mesmo usar a criatividade para novas oportunidades. 32 concluíram o 1º grau, porém não deram continuidade nos estudos. Os indivíduos que se encontram nessa situação têm acima dos 35 anos que, dificilmente retornarão aos bancos escolares.

Os que não terminaram o 2º grau, em número de 19 indivíduos, alegam terem largado os estudos devido à inevitabilidade de terem que trabalhar para sustentar sua família. A conclusão do Ensino Médio foi obtida por 22 indivíduos que, após o término do curso, tentaram, sem sucesso, o ingresso em faculdades e universidades e não obtiveram êxito. Muitos atribuíram essa dificuldade, de ingressar no nível superior, à baixa qualidade das instituições públicas de ensino, principalmente as que existem no bairro. Do universo dos entrevistados pode-se dizer que, dos donos dos 115 empreendimentos, nenhum cursou uma universidade.

Ao serem entrevistados, muitos colaboradores dos empreendimentos dos setores populares deixam transparecer a realidade frágil em que estão inseridos. O seu sustento é fruto de sua labuta cotidiana, da qual o indivíduo não pode “tirar folga”, férias, nem goza de nenhum tipo de benefício da previdência social, como assistência em caso de acidente, na realização de suas atividades, auxílio doença, auxílio maternidade e aposentadoria por tempo de serviço. Podem se beneficiar se recolherem suas contribuições, como trabalhador independente, mas a cultura local, e mesmo nacional, é dar preferência ao dinheiro a “entregá-lo” para o governo. Muitos justificam a sua permanência nos seus negócios como o único meio de sustento familiar, sobretudo, buscando os meios para atender as carências imediatas de alimentação e habitação. Essas exigências são algo comum a grande parte dos empreendedores populares, como se constata no Gráfico 16.

Gráfico 16 - CONTRIBUIÇÃO PARA O INSS



Fonte: SANTOS, 2016.

Pode-se verificar, no Gráfico 16 que, quase atingindo a totalidade dos negociantes não recolhem a contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), num total de 94%. Apenas 6% dos donos de empreendimentos populares declararam que pagam INSS, recolhendo a contribuição, de maneira regular e autônoma.

Os componentes daquele percentual que não recolhe a contribuição, ao serem questionados sobre as razões do não recolhimento, vários alegaram a dificuldade em retirar parcela de seus honorários, em geral tão diminutos, para contribuir com um órgão governamental que não faz parte de seu universo cotidiano.

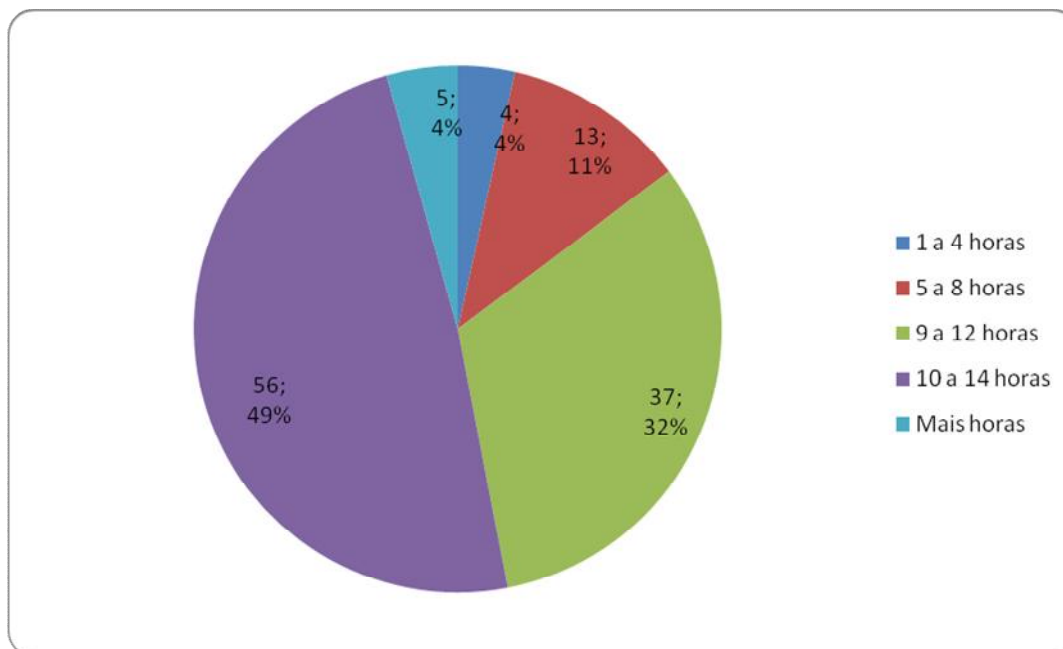
Quando uma das trabalhadoras foi questionada, Célia Marques, que tem sua banca de venda de folhas, uma senhora de 60 anos, - que é dona do seu próprio negócio, há pouco mais de sete anos -, como ela agiria em caso de

ficar doente. O depoimento dessa senhora é o exemplo de milhares de pessoas, que convivem com essa situação cotidianamente no País

Meu filho peço a Deus que isso não ocorra, pois senão, terei que contar com ajuda de familiares, amigos e vizinhos para comprar medicamentos e comida, como já ocorreu em outras situações, quando não passei fome devido ao auxílio de todos que me conhecem, e peço todo dia saúde a Deus, pois me sustento do que vendo na banca de folhas, se não vendo, não ganho nada (MARQUES, 2016).

O depoimento de Célia Marques foi apenas um dos diversos comentários, que foram repetidos, com o mesmo discurso, “se não trabalhar, não tenho nem para comer”, nem sempre ganham todos os dias, daí a ideia de que a contribuição do INSS, normalmente de 20%, é quantia subtraída dos ganhos, e que faz falta. Recusam-se a pagar, também, em função da descrença ou por ignorar os possíveis benefícios que essa contribuição pode dar como retorno, em caso de doença, licença médica, aposentaria etc.

Gráfico 17 - HORAS DE TRABALHO DIÁRIAS



Fonte: SANTOS, 2016.

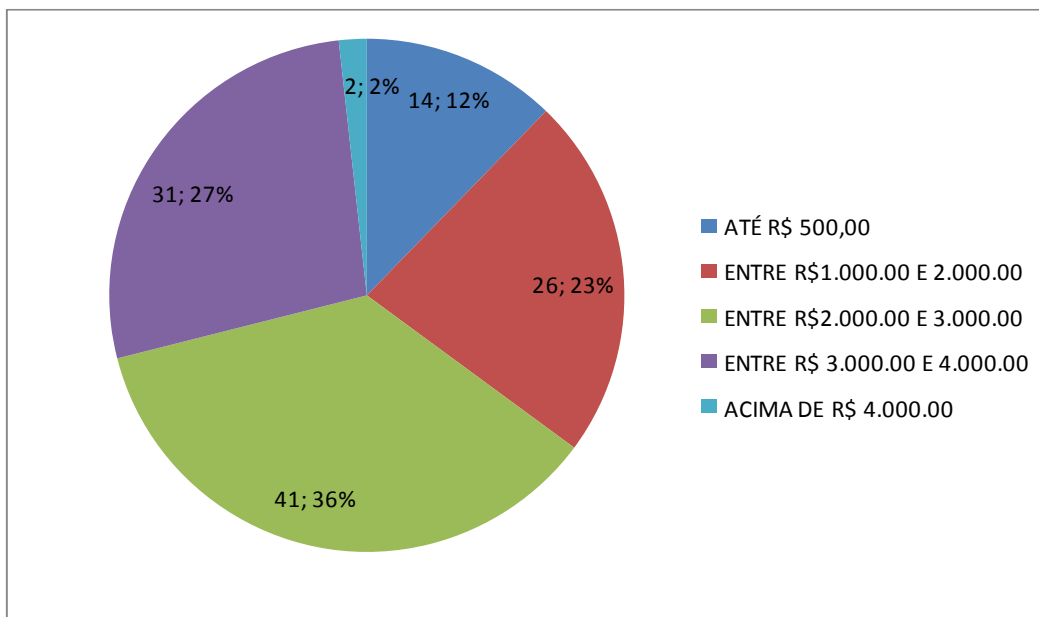
Verifica-se que a carga horária, cumprida pelos trabalhadores, é bastante alta, Gráfico 17, normalmente devido ao número reduzido de pessoas para atender a demanda cotidiana de cada negócio.

Os indivíduos que trabalham acima da carga horária média, contam com 81% dos entrevistados, uma carga horária elevada se comparados com os de empresas formais, que é de 8 horas. Nos comércios populares, em geral, os proprietários trabalham em torno de 9 a 14 horas por dia, sendo, em muitos casos, os mesmos responsáveis por abrir e fechar os estabelecimentos, mantendo-se no exercício da função por todo o decorrer do dia. 5%, dos entrevistados, trabalham diariamente, ainda mais que 14 horas, que são os donos de bares e botecos que, muitas vezes, trabalham até de madrugada atendendo os clientes notívagos.

Um depoimento recorrente, entre os proprietários de bares, é de que, mesmo trabalhado, durante uma carga horária alta, excessiva, o rendimento, em termos financeiros, é baixo. Afirmam e reafirmam que, depois subtrair os custos de todas as despesas, os ganhos são abaixo das expectativas. Este é um dos fatores que impede a aplicação de mais recursos para expandir o próprio negócio.

Fica muito claro, também, que se deve-se a falta de investimentos, também, em função de falta de gerenciamento, considerando que os proprietários não têm um planejamento, menos ainda uma organização criteriosa, especialmente separando os gastos e receitas pessoais das empresariais, que são vivenciados misturados. A falta de acesso ao crédito, como já foi apontado anteriormente, impede a otimização dos serviços prestados.

Gráfico 18 - REMUNERAÇÕES MENSAIS



Fonte: SANTOS, 2016.

O Gráfico 18 revela o baixo poder de movimentação financeira dos pequenos negócios de iniciativa própria no bairro. Entre os motivos, que explicam esses resultados, com rendimento “pífio”, pode estar no que Santos (2012), apontou e que ocorre na rotina comum do bairro, de pobre trabalhando para pobre, não gerando maiores rendimentos mensais e mesmo anuais.

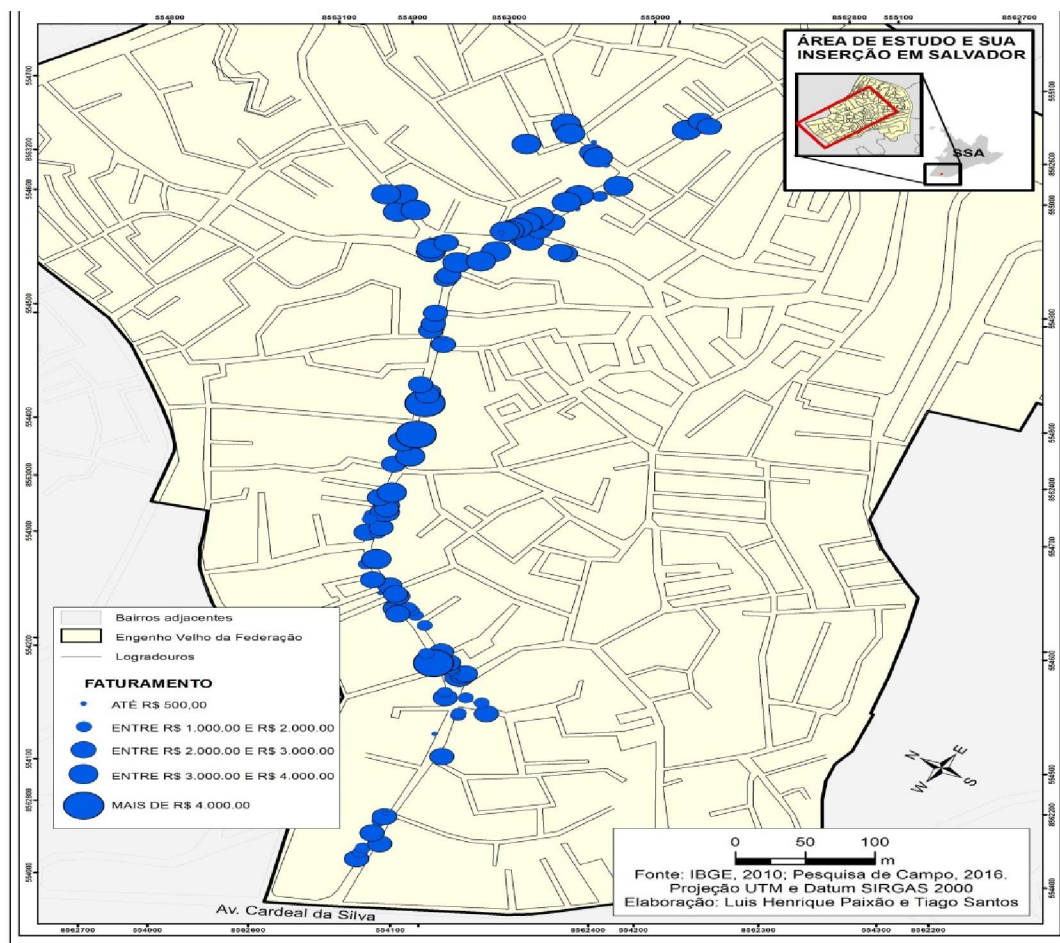
Analisando os dados, informados pelos entrevistados, encontram-se negócios com rendimento muito reduzido, como o caso das quitandas, banca de doces, por exemplo, cujos ganhos são de R\$ 500,00 mensais, mas, outros empreendedores, perfazendo 12% dos empreendedores, conseguem aumentar no faturamento, chegando a 23% dos estabelecimentos que ganham, mensalmente, entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00, são as lanchonetes e oficinas. Alguns chegam a ter melhor remuneração, alcançando o ganho, mensal, de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00 numa porcentagem que representam 41%, que são os que se dedicam ao comércio de alimentação, como as lanchonetes. Em certos casos a porcentagem com ganhos mais altos, como no nível seguinte de R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00, como os 31% desse nível de ganhos dos empreendimentos populares, dedicados ao comércio maior de refeições. Entre

os empreendimentos, com remuneração acima dos R\$ 4.000,00, foram encontrados apenas dois negociantes, que comercializam cosméticos e administram o salão de beleza, e que representam 2% de todos os negócios.

Localização dos empreendimentos populares por ganhos e tipos de consumidores

Esse levantamento, que resultou nas faixas de remunerações acima, permitiu a sua projeção nos espaços ocupados, no bairro, representados no Mapa 10 abaixo.

Mapa 10 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS EMPREENDIMENTOS POPULARES POR REMUNERAÇÃO

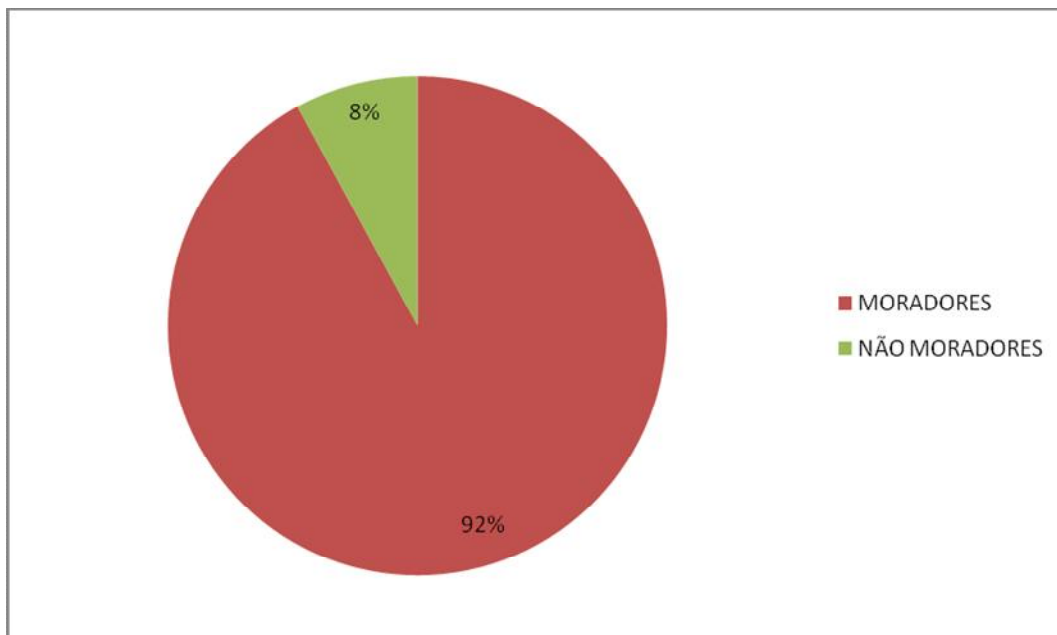


Esse Mapa 10 permite se identificar, espacialmente e misturados, os ganhos dos pequenos empreendimentos dos setores populares no Engenho Velho da Federação, mostrando proximidade de localização entre uma grande parcela dos comércios, localizando os de maior faturamento nas proximidades da Avenida Cardeal da Silva e os comércios situados no final de linha de ônibus do bairro, onde existe sempre uma movimentação mais intensa.

O baixo faturamento dos pequenos comércios ocasiona um conjunto de consequências, dentro da total informalidade, como a ausência de pagamento de impostos municipais e estaduais, assim como a falta de recolhimento do INSS e de outros encargos trabalhistas. Isso acontece, devido ao fato recorrente da falta de rendimento substantivo. Depois de comercializados os produtos, extraídos os custos com as despesas de contas fixas, o que resta é para manutenção familiar.

Os moradores do Engenho Velho, hoje, criaram a cultura de consumir os produtos e serviços comercializados no bairro. Essa cultura se modificou, nos últimos 10 anos, antes do que, a população local se deslocava até o centro da cidade quando desejava adquirir algum novo produto, o que colaborava para a estagnação do comércio local, impedindo a expansão do número de empreendimentos comerciais. Essa mudança gerou a abertura de lojas de confecção, sorveteria, casa de cosméticos, armarinhos e outros comércios, que contribuiu para o crescimento de negócios e maior confiança em seus produtos.

Gráfico 19 - PÚBLICO CONSUMIDOR



Fonte: SANTOS, 2016.

Com o uso das mercadorias, produzidas e comercializadas no bairro, deu oportunidade ao avanço no número de empreendimentos formais e esse crescimento possibilitou, também, a aparição e aumento do número de empreendimentos dos setores populares, gerando fonte de renda e fazendo a economia local crescer.

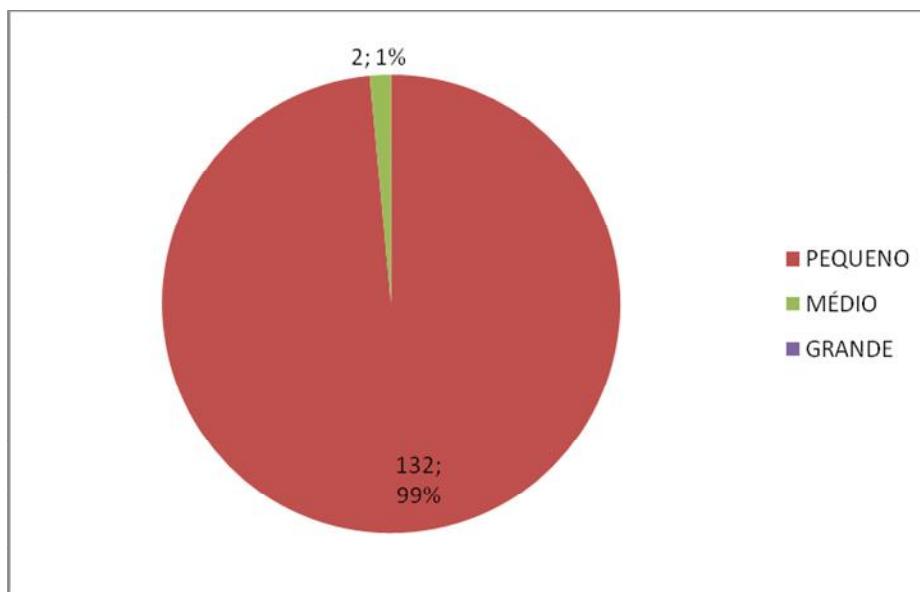
O Gráfico 19, acima, evidencia que maior número de vendas se dá de morador para morador, para os próprios moradores do bairro, o que estimula positivamente o comércio local e, no caso das confecções, estimula mais a produção. 92% dos clientes, dos empreendimentos dos setores populares, moram no próprio Engenho Velho da Federação e consomem artigos que lá são produzidos ou comercializados. Apenas 8% das vendas são destinadas para pessoas de outras localidades, para os estudantes das universidades ou moradores da circunvizinhança ao redor do bairro.

Esse baixo percentual de consumo por parte de indivíduos de outros locais pode ser explicada, em parte, devido à violência que assola o Engenho Velho da Federação e que se intensificou nos últimos seis anos, o que causa uma

sensação de medo nas pessoas, que evitam entrar no bairro, buscando proteger-se de qualquer imprevisto.

O “desenho urbano” do bairro também tem muita influência no fluxo de pessoas. É um bairro que tem uma entrada e uma saída, balizadas pelas Avenidas Vasco da Gama e Cardeal da Silva, não sendo lugar de passagem de pedestres, a não ser de automóveis. Isso se reflete negativamente quanto às possibilidades de crescimento do comércio, mas que poderia ser diferente, considerando que o bairro tem nas suas proximidades, as universidades, colégios, o Seminário São João, postos de gasolina e de saúde, e outros comerciantes, em ambas as avenidas estruturantes citadas. Atualmente, o medo mantém os empreendimentos na dependência do consumo dos moradores.

Gráfico 20 - PORTE DOS EMPREENDIMENTOS POPULARES



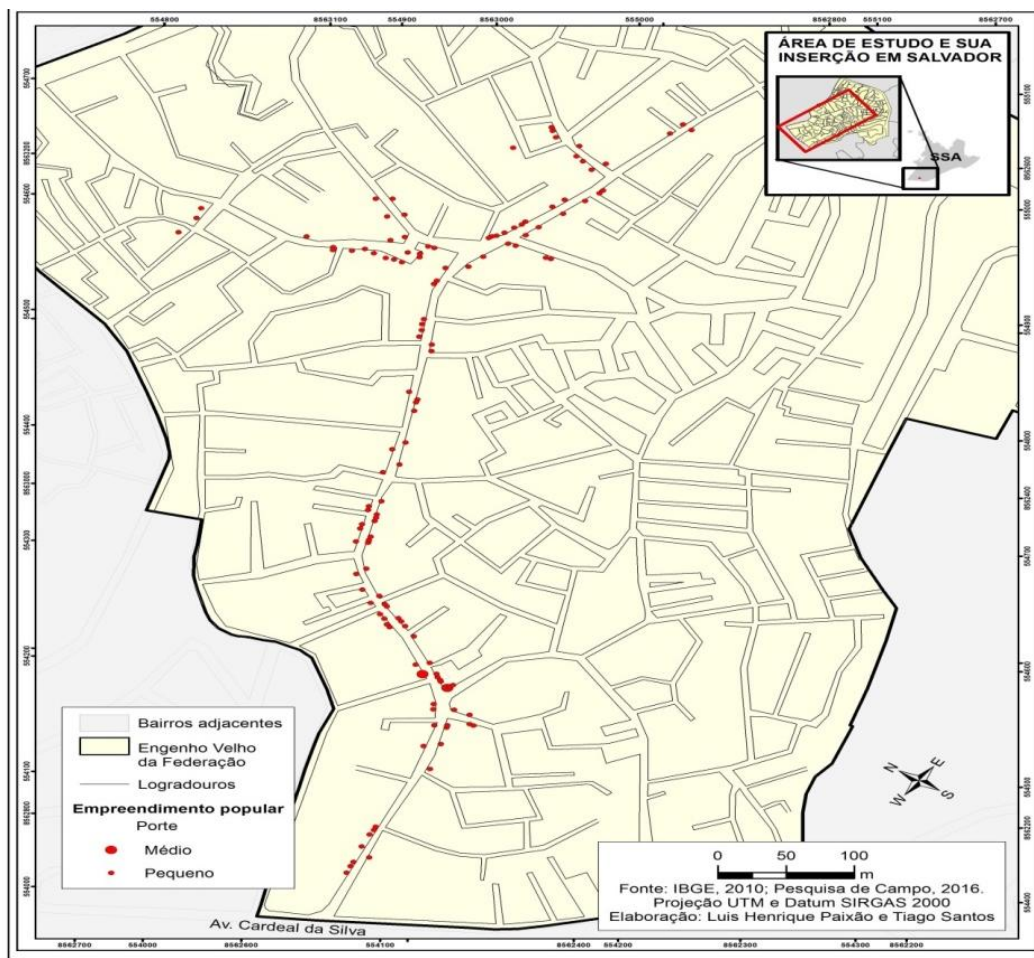
Fonte: SANTOS, 2016.

Como já se afirmou anteriormente, e se confirma no Gráfico 20, a quase totalidade dos negócios, do Engenho Velho da Federação, é de pequeno porte, e que representam 99% dos 134 empreendimentos dos setores populares existentes, restando apenas dois estabelecimentos de porte médio, o que

representam 1% do total dos comércios estudados. Não existem empreendimentos populares de grande porte no bairro, isso pode ser explicado devido ao baixo faturamento desses estabelecimentos, o que impede o crescimento dos empreendedores.

Localização dos empreendimentos populares

Mapa 11 - LOCALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS POPULARES DO BAIRRO DO ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO



No Mapa 11, acima, é possível se verificar a predominância dos empreendimentos populares de pequeno porte, sendo quase a totalidade

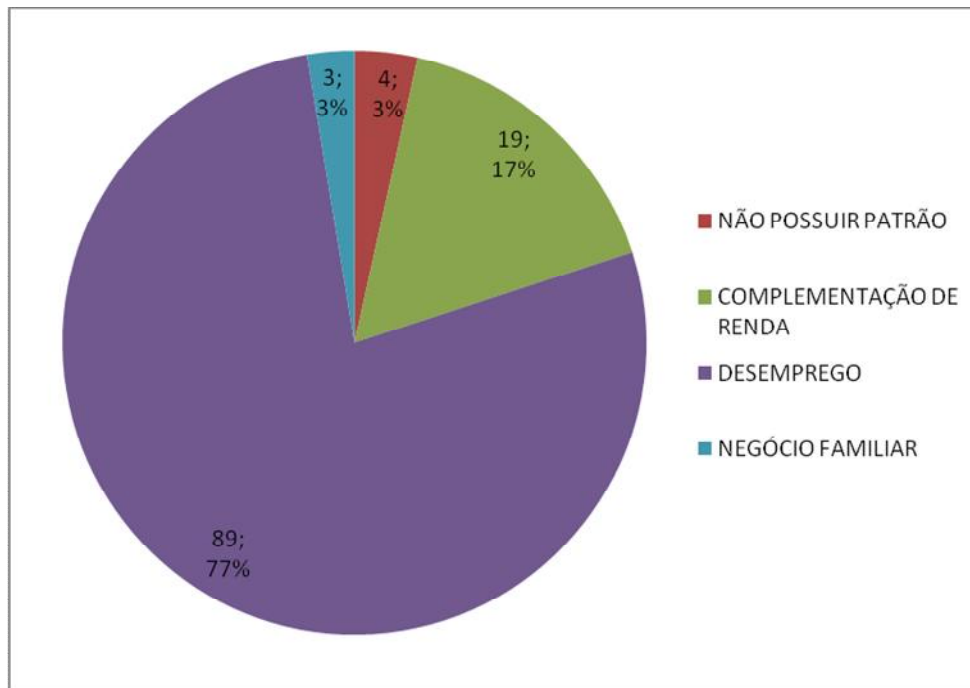
localizada, georreferenciados e mapeados, tendo apenas dois empreendimentos de médio porte, situados na Rua Apolinário Santana. A proximidade entre eles é outro fator que chama atenção, visto que a maior parcela se encontra na parte central do bairro, se distanciando da área de violência, presente no Engenho Velho da Federação.

Diferente dos comércios formais pode-se verificar que os empreendimentos dos setores populares ocupam as partes mais próximas do ponto final de linha do ônibus do bairro e suas imediações. Nas proximidades da Avenida Cardeal da Silva se reduz o número desses empreendimentos. Um dos fatores, que colabora para essa situação é a recente compra de imóveis residenciais, por parte dos grandes empreendimentos formais, para ampliar suas estruturas, restando apenas pequenos negócios, que ainda resistem a esse processo de transformação pelo qual passa o local.

Motivos de escolha de atividades populares

Quando se questionou os entrevistados, sobre a razão pela qual se mantinham em suas atividades nos estabelecimentos, - e por qual razão não procuravam se inserir em outras modalidades, cujos ganhos fossem maiores, com os direitos básicos garantidos, além de maior segurança em relação à previdência social, foram fornecidas respostas variadas sobre a motivação -, como se observa, abaixo, no Gráfico 21.

Gráfico 21- MOTIVAÇÃO DA ATIVIDADE



Fonte: SANTOS, 2016.

Esse Gráfico 21 elucida as questões referentes às motivações da inserção de indivíduos na economia dos setores populares. Diferente do que autores, como Singer (2000) e Lima (2013), que defendem a inserção dos indivíduos na economia popular e/ou solidária, devido à busca por uma nova economia, novas relações de trabalho, essa inserção em outros setores, ocorre, não por questões de ideologia social e comunitária, mas por necessidade de sobrevivência, e esta última realidade se apresenta no Engenho Velho da Federação. Aí 77% dos entrevistados afirmaram estar atuando nesse tipo de empreendimento, devido ao desemprego, e todos decorrentes da dificuldade de conseguir se recolocar no mercado de trabalho formal. Este fato, que na atualidade é mais recorrente, fez com que partissem para uma nova modalidade de trabalho. Alguns acreditavam ser algo momentâneo, passageiro, porém, ainda se encontram na atividade há alguns anos.

Outras motivações aparecem nesse Gráfico 21, que levaram os moradores a escolher um trabalho em estabelecimentos populares, destacando-se a complementação de renda, que foi apontada por 17% dos entrevistados. Os mesmos alegam ganhar salários baixos, no emprego formal, e o comércio

popular era uma opção para ampliar a renda familiar. Entre estes estão 3% dos entrevistados. Ainda há 4% de indivíduos, que não desejam trabalhar em uma empresa formal, por não quererem se submeter a um patrão, - mandando e controlando -, além de outros, 3%, que estão dando continuidade ao negócio familiar, como no caso do salão de beleza, da lanchonete e da casa de verduras, que se situam na Rua Apolinário Santana, também no final de linha do ônibus, respectivamente, principais logradouros do bairro.

Exemplos dos empreendimentos populares

Figura 30 - COMÉRCIO DE SALGADOS



Foto: SANTOS, 2016.

A fotografia, da Figura 30, mostra dois empreendimentos populares do bairro, que se apropriou das instalações de uma residência. No andar térreo, conhecido pelo nome dos produtos que comercializam salgados²⁴, a preço popular de R\$ 1.00 por unidade. Os salgados são vendidos diretamente aos consumidores, mas também aceitam encomendas de padarias, lanchonetes do próprio bairro. O seu proprietário também aceita encomendas para festas de aniversário, casamentos, entre outras comemorações. No andar superior

²⁴ O empreendimento comercializa uma variedade de salgados entre eles: coxinhas, pastéis, risóles, esfihas, enroladinhos, pães delícia etc.

funciona a barbearia de Agnaldo que é um serviço de médio porte, e conta com 11 profissionais que trabalham no local, estabelecendo a relação de trabalho baseado no uso do espaço, pagando um percentual de seu faturamento para o proprietário do espaço.

Esses empreendimentos, assim como os demais, se localizam na parte mais central, onde os moradores estão ampliando, verticalmente, suas residências, como se observa na Figura 32 e estabelecendo seus pequenos negócios.

Figura 31 - BANCA DE FOLHAS



FOTO: SANTOS, 2016.

Nessa Figura 31, se focaliza os empreendimentos, localizados no final de linha do ônibus, onde se encontra a maior parte dos empreendimentos comerciais. No primeiro plano se mostra um empreendimento de pequeno porte, uma banca de folhas medicinais²⁵, na qual são comercializadas folhas de cidreira, capim santo, quebra pedra entre outras. O negócio, de propriedade de Célia já funciona nesse local há mais de quinze anos, atendendo ao público.

²⁵Folhas utilizadas no preparo de chás, como erva cidreira, erva doce, capim santo, camomila, quebra pedra, mastruz etc., encontram-se folhas também para rituais adotados no candomblé e para espantar mal olhado, quebra pedra, entre outros.

Figura 32 - LOJA E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO



FOTO: SANTOS, 2016.

Nesta imagem se mostra a ampliação do edifício (Figura 32), tendo já, no lado direito inferior sendo ocupada por comércio de sandálias Salvaianas, uma barbearia e uma guia de venda de CDS e DVDS, enquanto a parte Superior ainda tem a aparência de inacabada, ficando indefinida a sua futura função.

Figura 33 - CONVIVÊNCIA ENTRE COMÉRCIO INFORMAL E FORMAL



FOTO: SANTOS, 2016.

A Figura 33 contém a imagem da vendedora de mingau, instalada na porta da Padaria Hiperpão, situadas no final de linha dos ônibus. Ela permite se compreender a relação existente, entre os empreendimentos formais e dos setores populares. Lourdes, moradora do bairro, vende suas iguarias, nesse “ponto”, ou local, há mais de cinco anos. O dono da padaria, João Almeida, permitiu que ela se instalasse ali, para vender seu mingau, atividade que começou a exercer após perder o emprego, em uma loja do comércio de vestuário, de Salvador.

Figura 34 - EMPREENDIMENTO FAMILIAR: LANCHONETE



Foto: SANTOS, 2016.

A pequena lanchonete (Figura 34) situa-se nas proximidades dos outros exemplos acima, junto ao ponto final do ônibus, da Rua Apolinário Santana no final de linha de ônibus que serve o bairro. É um dos empreendimentos familiares, cujos componentes vieram de São Felipe, no Recôncavo Baiano, nos anos 2000, a procura de melhores condições de vida. Se instalaram em uma casa, de aluguel, do bairro. Iniciaram suas atividades comerciais vendendo salgados com suco, de porta em porta. Depois de quatro anos compraram uma guia de vendas e, há três anos, conseguiram se estabelecer

nesse ponto fixo, onde trabalham o pai, a mãe e dois filhos, sendo cada um responsável por um turno do dia, permitindo um horário mais extenso de funcionamento, atendendo os seus clientes desde a saída, pela manhã, para o trabalho até o retorno, para casa, de estudantes do horário noturno. Esse é um dos empreendimentos que atuam com carga horária média de 10 a 14 horas diária.

Figura 35 - EXEMPLO DE COMÉRCIO PET



FOTO: SANTOS, 2016

A imagem de outro empreendimento dos setores populares, visitado e seu proprietário entrevistado (Figura 35). É uma pequena Loja Pet, que comercializa rações, objetos e dispositivos para animais de pequeno e médio porte, situada na parte final da Rua Apolinário Santana, em direção a Avenida Vasco da Gama. Conta com o empreendedor na realização das atividades cotidianas, que trabalha no horário comercial.

Como se identificou nos exemplares apresentados e no perfil dos empreendimentos, a economia dos setores populares, na atualidade, no

Engenho Velho da Federação é uma realidade, o crescimento no local ocorre de maneira acelerada. A perspectiva é de crescimento, principalmente com o descontrole do País que tenta superar a crise econômica.

CONCLUSÕES

A pesquisa realizada sobre os empreendimentos dos setores populares e os resultados expostos nesta Dissertação, no bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador/Bahia, mais o georreferenciando dos seus variados tipos e mapeamento desses comércios, a identificação do local em que estão instalados, levaram à uma visão bastante esclarecedora sobre o tema, especialmente após a aplicação de questionários e realização de entrevistas com seus proprietários.

Outro aspecto fundamental, a ser apontado, diz respeito à constatação da intensa e crescente atividade comercial, que está ocorrendo no bairro, e que se apresenta como um agente transformador do território, modificando a sua paisagem, transformando-o em um território, onde as residências estão dando lugar, cada vez mais, a pontos comerciais. O bairro também passou a ser, para uma boa fração dos moradores, além do seu local de moradia, também o de suas atividades profissionais.

Comparando-se o porte dos estabelecimentos comerciais do bairro, chegou-se à conclusão que os comércios de pequeno porte formam a maioria das casas desse tipo de negócio, incluindo-se o setor de serviços. A totalidade dos pequenos comércios estudados apareceu em função do atual cenário de crise nacional e da crescente dificuldade das pessoas se estabelecerem em empregos formais. Isto forçou o desempregado a se deslocar para outro setor da economia, buscando, através de sua própria iniciativa, a abertura de comércios populares que, na maioria dos casos, terminou por instalar um negócio em sua própria residência ou em uma extensão criada na mesma.

Os resultados obtidos permitiram a identificação de um conjunto de empreendimentos dos setores populares e, melhor, que impulsionam a economia local, empregando e gerando renda, mesmo que limitada, aos moradores do bairro e, sobretudo, que cada vez mais os consumidores fazem da gente do bairro.

Pode-se observar que o abastecimento de mercadorias dos empreendimentos de pequeno porte dos setores populares, localizados no Engenho Velho da Federação, são abastecidos pelos empreendimentos formais de grande porte do próprio bairro. Esses processo de dependência dos negócios populares dificulta o crescimento dos empreendimentos de iniciativa própria.

Uma das características dos negócios populares é a precariedade de suas estruturas, como locais inadequados e ausência de planejamento e organização.

A violência que se tornou cotidiana no bairro acaba influenciando a realidade dos moradores, assim como dos empreendimentos populares. Muitos destes se deslocaram das baixadas e vales para as ruas principais, devido a disputa por território entre os traficantes de, pelo menos duas facções, tornando essas áreas sem atividades comerciais, formais ou populares.

A predominância das relações de amizade, entre os moradores e os comerciantes, colabora para que se fortaleçam os laços de fidelidade ao comércio, mantendo a assiduidade das compras nos estabelecimentos do próprio Engenho Velho Federação. Muito em consequência disso, o afastamento dos empreendimentos dos programas governamentais, como o CESOL e das agências financiadoras ou organizadoras, é provocado pela interpretação dada pela população, como agentes de pouca representatividade, não entendendo o retorno da aplicação dos impostos recolhidos, subtraídos do pouco que eles ganham. Por isso, a rejeição aos projetos é uma realidade, entre grande parte dos integrantes do comércio popular e mesmo das atividades solidárias.

A descrença em relação à ação do Estado, visando beneficiar o pequeno empreendedor é bem notória, fazendo com que a maioria dos indivíduos não busque informações relacionadas aos benefícios que serão obtidos com a execução das políticas públicas.

A recusa em recolher o INSS é outra realidade entre os empreendedores dos setores populares. A maior parte destes não recolhe impostos, especialmente devido aos baixos rendimentos, obtidos na realização de suas atividades comerciais, que frequentemente não é suficiente para a quitação de todos os compromissos econômicos dos indivíduos, em busca de regularidade financeira. Os ganhos, em muitas ocasiões, mal chegam para pagar contas corriqueiras e mensais, como água, luz, gás e o sustento da família. A seguridade social é deixada em segundo plano, o que mantém o indivíduo em condição constante de vulnerabilidade social.

A conclusão mais importante a que se chegou neste estudo é que, quando analisada a motivação da escolha das atividades pelos indivíduos nos empreendimentos dos setores populares, a resposta desconstruiu um referencial teórico inicial adotado nesta Dissertação. Muitos dos entrevistados disseram que sua permanência nas atividades ocorria devido à falta de oportunidade em empresas formais. Não existe

uma ideologia de classe, que faça vislumbrar a economia dos setores populares, como uma nova forma de produção e relação trabalhista, pelo menos no Engenho Velho da Federação. Isso desconstrói a concepção de uma consciência solidária, entre os indivíduos, portanto, inexistente entre os empreendimentos do setor de economia popular do bairro estudado. Mesmo nas atividades solidárias da Associação de Mulheres, por exemplo, mostra que as mais velhas formam um número elevado, em função clara de absoluta falta de oportunidade de trabalho de outra forma. Esse sentimento de solidariedade existe, parcialmente, apenas nesse empreendimento mais tradicional, normalmente não sustentável, em função da rotatividade, como as cooperativas e associações, a exemplo da AMEVF.

O pequeno comércio popular, mas, sobretudo, nos empreendimentos solidários, há a predominância da presença de mulheres que, por variadas razões, sustentam seus lares, ou complementam a renda familiar, através de vendas de produtos ou confecções ou comidas advindas das associações. Os serviços, pela sua própria natureza são mais exercidos pelos homens, mas em número muito reduzido;

Assim, tornou-se clara a existência de um amplo e complexo universo de questões e de problemas, que ainda necessitam de estudos aprofundados e exploração, em função da complexidade do tema do presente estudo, no qual se analisa não apenas o setor econômico, mas com grande ênfase se foca no desenvolvimento social de uma comunidade, que contém um conjunto heterogêneo de relações em sua estrutura.

Desse modo, a Dissertação aponta a necessidade de realização de outros estudos, que possam, de maneira mais intensa e aprofundada, localizar, identificar e compreender de que forma os empreendimentos dos setores populares interagem com os habitantes do bairro, não só do Engenho Velho da Federação, não só nas periferias, mas em todos os bairros da cidade do Salvador.

REFERÊNCIAS

A CASA DO PEU. Antigo bonde. Estrada do Rio Vermelho de Baixo, Foto 039, s.d. Disponível em: www.acasadopeu.com.br. Acesso em: 21 abr. 2016.

ANA MARIA, moradora mais antiga. Entrevista no Engenho Velho da Federação em 15 mar. 2016.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung. Mo. **Competência e sensibilidade solidária**: educar para a esperança. Petrópolis/RJ; Vozes, 2000.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DA RMS. Salvador: CONDER/INFORMS/SIED, 2006.

ATLAS DIGITAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Área de atuação do empreendimento**. Bahia. 2017. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em 10 de out de 2016.

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da cidade de Salvador**. Salvador: Itapuã, 1969.

BAHIA, Louti. Rua Caetano Moura. Cartão Postal de: Viaduto entre a Rua Caetano Moura e AV. Cardeal da Silva. Disponível em: <http://www.amoahistoriadesalvador.com/rua-caetano-moura-federacao-ao-fundo-o-terreno-onde-depois-foi-construida-a-escola-politecnica-da-ufba/>. Acesso em 16 jun. 2016.

BAHIA. SETRE - Secretaria do Trabalho. **Emprego, renda e esporte: economia sustentável**. Salvador: SETRE, 2011. Disponível em: http://www2.setre.ba.gov.br/cartilha_economia_solidaria/economia_solidaria.pdf. Acesso em: 15 mai. 2016.

BAHIA. SETRE. **Sobre a SESOL**, s.d. Disponível em: <http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=48>. Acesso em 27 fev. 2017.

BAHIA. SERTRE. CEES. s.d. Disponível em <http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=14>. Acesso em 12 mar. 2017.

BAHIA. SIHS - Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento. Contrato n. 001/2014. **Plano de abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador**, Santo Amaro e Saubara, fase 1, t. II, v. 1. Estudo populacional e demanda. 2014. Disponível em <http://www.sih.s.ba.gov.br/arquivos/File/Vol1cap1.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2017.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BEATRIZ, Marilene Zazula. **Economia solidária**: os caminhos da autonomia coletiva. Curitiba: Juruá, 2012.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da (Orgs). **20 Anos de economia solidária**: trajetória das Cáritas Brasileira do PACs a EPS. Brasília: Cáritas, 2003.

BOURDIN, A. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A. 2001.

BRASIL. Casa Civil. **Lei n. 10.683, de 28 de mai. de 2003**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.683compilado.htm. Acesso em 27 jan. 2017

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SENAES). **Relatório nacional**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em 20 jul. 2015.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo. **O Brasil republicano**: o tempo do nacional estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, v. 2. p. 107-144.

CARNEIRO, Edison. **Candomblés da Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

CELESTE. Presidente da AMEVF. Entrevista no Engenho Velho da Federação, em 20 mar; 2016.

CEPEDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. FGV. **O Brasil de JK**: a criação da SUDENE, s.d.(a). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>. Acesso em 29 jan. 2017.

_____. **O Brasil de JK**: a invenção do Nordeste. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Nordeste>. s.d.(b) Acesso em 29 jan. 2017

CORAGGIO, José Luis. **Economia urbana**: la perspectiva popular. Quito/EE: ILDES; FLACSO, 1998.

DEMOUSTIER, Daniele. **A economia social e solidária**: um novo modo de empreendimento associativo. São Paulo: Loyola, 2006.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**: o tempo da ditadura, regime militar e os movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2013. V.4. p. 207-242.

FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano**: estrutura do poder e economia. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2016. V. 3. p. 13-46.

FLEXOR, Maria Helena O. **O cavaleiro de branco**: José Silveira. 2012. Texto feito para o IBIT, Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose, digitado.

_____. Salvador redesenhado pelo bonde. REUNIÃO BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 23, **Anais**. Curitiba: SBPC, 2003, digitado.

_____. **Salvador e os postais**. Salvador, 1999. Texto feito para a Fundação Gregório de Mattos, digitado.

FLEXOR, Maria Helena O; SCHWEIZER, José Peter (Org.). **Península de Itapagipe**: patrimônio industrial e natural. Salvador: EDUFBA, 2011.

GOREK, Caroline. **Economia popular solidária**: processo de trabalho. Jundiaí. Paco editorial: 2010.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**, ano V. Rio de Janeiro: IBGE, 1939, 1940. p. 1373-1375.

_____. **Sinopse do censo demográfico**. 2010. Disponível em www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00. Acesso em 26 fev. 2016,

ITCP. COOPE. UFRJ. **Quem somos**, s.d. Disponível em: http://www.itcp.ufrj.br/a_itcp_somos.php. Acesso em: 24 fev 2017.

JESUS, Astrogildo Bonfim de. Entrevista realizada no Engenho Velho da Federação em 10 fev. 2016.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia popular solidária**: indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

_____. Economia popular solidária: paisagens e miragens. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 228, p. 13-26, out./dez., 2008.

_____. **Economia dos setores populares**: sustentabilidade e estratégias de formação. Rio de Janeiro: Oikos, 2007.

_____. A produção de mercadorias por não mercadorias. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.1, 2001. 13 f.

KRAYCHETE, Gabriel; COSTA, Beatriz; LARA, Francisco (Orgs). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

KON, Anita. **Economia de serviços**: teoria e evolução do Brasil. inclui uma análise sobre o impacto do setor de serviços no desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, v. 2. p. 241-286.

- LIMA, Maria Isabel Rodrigues. **Economia solidária e vínculos**. São Paulo: Ideias e Letras, 2013.
- MANCE, E. A. **Como organizar Redes Solidárias**. Rio de Janeiro: DP e A. Fase, IFIL, 2003.
- MARQUES, Célia. Entrevista no Engenho Velho da Federação, em 2 abr. 2016.
- MATTOS, João Rodrigo (Dir.). **O engenho novo descobrindo o Engenho Velho**. Produção: Luiz Henrique Oliveira, Ludmila Santos, Moisés Victório Conceição, Valdete Moreira, Jaciara Conceição, Jackson Queiroz e Jailsonde Queiroz. Salvador: FGM, 2007. DVD (26min.) son., color.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MENDES, Henrique. Aos 467 anos, Salvador é cidade sem bairros oficializados por lei, G1/BA. **Globo/Bahia**, Salvador, 5 abr. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/aniversario-de-salvador/noticia/2016/04/aos-467-anos-salvador-ainda-e-uma-cidade-sem-bairro-oficializado-por-lei.html>. Acesso em: 28 fev. 2017.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano vol. 3: o tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2016. V.3. p. 155-194.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. Uma trajetória em companhia de Paul Singer. In. SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (Orgs). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003. 16. f.
- PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. 2ed. Campinas/SPUNICAMP, 2007.
- PARRA, Henrique Zoqui Martins. **Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia**. São Paulo, 2002. 265.f. Dissertação de mestrado, programa da Universidade de São Paulo, 2002.
- PICANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia. **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. São Paulo: Ideias e Letras, 2004.
- POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 2000.
- PORTAL VERMELHO. **Cooperativas baianas fornecem alimentação na Conferência Rio+20**. São Paulo, 13 jun. 2012. Disponível em: <http://vermelho.org.br/rio+20/noticia/185759-58>. Acesso: 29 fev. 2017.
- RAMOS, Cleidiana. Bairro ganha obras por ser quilombo, **A Tarde**, Bahia, 25 set. 2005, p. 12. Disponível em: <http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/docpolo/bairroganhaobrasporserquilombo.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2012.

RAMOS, Maria Estela Rocha. **Bairros negros**: uma lacuna nos estudos urbanísticos, um estudo empírico-conceitual no bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia). Salvador: 2013. 332f. **Tese de doutorado**, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2013.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REZENDE, Cyro de Barros Filho. **Economia Brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1999.

REIS, João José. SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Joyce (Dir.). **MakotaValdina**: um jeito negro de ser e viver. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=sa0HXc48yIE>. Acesso em: 11 jun.. 2016.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antonio Gomes de; MORAES, Luiz Roberto Santos; FISCHER, Tânia (Orgs). **O caminho das águas em Salvador**: bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/ UFBA; SEMA, 2010.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

_____. **O centro da cidade do Salvador**: estudo de geografia urbana. – 2ªed. 1ª reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Ueliton Lemos dos. **Território, Identidade e desenvolvimento social**: a complexidade do Engenho Velho da Federação. 2011 124 fls. Salvador: Dissertação Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica do Salvador. 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRA, Ordep J. T. Monumentos negros: uma experiência. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, nº. 33, p. 169-205, 2005. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia33_pp169_205_Ordep.pdf. Acesso em: 1 mar. 2013.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Instituto Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 51, nº 2, p. 139-172, 1989.

SPÓSITO, Lia. MakotaValdina: minha infância e juventude no Engenho Velho da Federação. Nação Griô. Disponível em: <http://acaogrio.wordpress.com/tag/makota-valdina/>. Acesso em: 18 jun. 2016.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: EDUEL, 2012.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador**: transformações e permanências (1549/1999). Ilhéus: EDITUS, 2002.

ANEXO

Anexo 1 – PETIÇÃO DE AVERBAÇÃO DE DOCUMENTO NA PREFEITURA

Ilmo. Sr. Oficial do 1º ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas.

Carlos Ramos Simões, infra-firmado, brasileiro, solteiro, lubrificador, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Maria Correia Filho, 4º Travessa, 2 de Julho, nº 72 E inventariante do espólio de Lealdina Ramos, conforme prova a certidão anexa, vem, a presença de V. SA., expor e requerer o seguinte:

A “de cujus” Lealdina Ramos construiu de seu pé a casa, sita nesta capital, na Rua Apolinário Santana, Engenho Velho da Federação, sem número, inscrita no censo imobiliário sob o nº 154.278, zona urbana desta cidade, no Sub-Distrito da Vitória medindo 5.00 mts de frente e de frente a fundo 7,20 mts, com 36 mts², constituindo-se dita casa das seguintes partes: uma porta e duas janelas e um basculante na lateral direita, que se comunicam com a sala de visitas, duas janela pelo lado esquerdo, possuindo internamente uma sala de visitas, uma sala de jantar, dois quarto, um banheiro e na parte do fundo há uma porta e uma janela, sendo que a porta conduz para o quintal, havendo um pequeno porão embaixo do piso da cozinha, para cujo acesso existia uma escada de cimento armado.

A referida casa é edificada sobre terreno rendeiro, de propriedade do Sr. Hermógenes Príncipe de Oliveira e sua mulher Sra. Maria Laura de Martins Catharino de Oliveira, em um local conhecido como Engenho Velho da Federação e mede 7.00 mts de frente por 20 mts de frente e fundo, num total de 120 mts², transcrito nesse cartório sob o nº 10.706, no Livro de nº 3L, em sua maior porção.

Assim, o suplicante pede a V.Sa. a averbação da citada construção à margem da transcrição em epígrafe, com anuência nesta petição do procurador dos proprietários do terreno Sr. Carlos José Príncipe de Oliveira.

O requerente inventariante, já citada, a certidão do 1º lançamento do Imóvel referido na Prefeitura Municipal do Salvador.

o requerente inventariante, já citada, e certidão de 1º lançamento do imo-
vel referido na Prefeitura Municipal do Salvador.

Termos em que
P. deferimento.

Salvador, 02 de janeiro de 1981.

Carlos Romão Simões
CPF nº 232391155/49

DE ACORDO. *Carlos Simões*
CPF. N. 003.808.905-9

Reconheço a firma

Caetano Augusto Soares
Salvador, 02 de Janeiro de 1981
Em test. da Verdade.

REBELIÃO DA OFICINA DE NOTAS
Bel. Luciano
Bel. Antonio Miranda Galvão
Ivanir Montenegro Corqueira
José Henrique de Azevedo
SALVADOR-BAHIA

RECEBIMOS DA
SALVADOR - BAHIA
2º OFFICIO
TITULAR
ON. BICENTENÁRIO DE SALVADOR
AUTORIZADO
RECEBIMOS DA
SALVADOR - BAHIA
2º OFFICIO
TITULAR
ON. BICENTENÁRIO DE SALVADOR
AUTORIZADO